

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS**  
**E HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES**  
**“TERRITÓRIO E EXPRESSÕES CULTURAIS NO CERRADO”**

**ALEX DOS SANTOS SILVA**

**AS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CHINA E O MERCADO**  
**AGROEXPORTADOR DO SUDOESTE GOIANO**

**ANÁPOLIS**

**2022**

**ALEX DOS SANTOS SILVA**

**AS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CHINA E O MERCADO  
AGROEXPORTADOR DO SUDOESTE GOIANO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades.  
Área interdisciplinar: Territórios e Expressões Culturais no Cerrado.

**Linha de pesquisa:** Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

**Orientador:** Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier.

**ANÁPOLIS**

**2022**

**ALEX DOS SANTOS SILVA**

**AS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CHINA E O MERCADO  
AGROEXPORTADOR DO SUDOESTE GOIANO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades.  
Área interdisciplinar: Territórios e Expressões Culturais no Cerrado.

**Linha de pesquisa:** Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

**Orientador:** Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Glauber Lopes Xavier  
(Orientador/UEG)

---

Profa. Dra. Divina Aparecida Leonel Lunas  
(Examinador interno/UEG)

---

Profa. Dra. Marisa Silva Amaral  
(Examinadora externa/UFU)

**ANÁPOLIS**

**2022**

## **DEDICATÓRIA**

À memória de Avelino Rodrigues dos Santos, sem dúvida alguma o homem mais inteligente com quem tive a oportunidade de conversar.

Aos meus filhos Ester e Mateus Santos, a maior motivação que tenho em minhas jornadas.

## AGRADECIMENTOS

Ao grande Deus, fonte verdadeira da luz e da ciência pela fé e a perseverança em momentos difíceis.

\*\*\*

A minha família pelo carinho e a torcida pelo meu sucesso; minha mãe, em especial, que sempre comemora cada passo que dou, cada simples vitória é motivo de muita alegria para ela.

Ao meu amigo e orientador professor Dr. Glauber Lopes Xavier. O exemplo impulsiona, e, desde as aulas na pós-graduação, minha biblioteca tem recebido várias obras indicadas por você. Obrigado pela orientação e pelo cuidado com o meu projeto, guiando-me pelo tema com muita responsabilidade sem nunca suprimir minha autonomia.

Às professoras Dra. Divina Lunas e Dra. Marisa Silva Amaral por aceitarem participar da Banca Examinadora e por contribuírem tanto com este trabalho. Professora Divina sempre me lembro de você com carinho e profunda admiração, sinto-me honrado por ter sido seu aluno no mestrado em duas disciplinas e por todos os bons momentos que passamos juntos. Professora Marisa, seu trabalho é inspirador e tê-la nas bancas examinadoras na qualificação e na defesa me enchem de orgulho e responsabilidade. Suas palavras me impulsionaram a seguir em frente e sou extremamente grato pela forma como você me ajudou a concluir este trabalho.

Aos professores que, durante a pandemia, souberam instigar os mestrandos, ainda que fosse através de telas e microfones que quase sempre ficavam no mudo no início das falas. Professora Dra. Joana D'arc Bardella Castro e Dra. Adriana Aparecida Silva vocês foram simplesmente fantásticas.

Ao meu amigo professor Me. Márcio Dourado Rocha, pelo incentivo e orientação na escrita do pré-projeto. Sua ajuda foi fundamental e serei eternamente grato por isso.

À professora Dra. Patrícia Simone de Araújo que sempre me incentivou e me ajudou. Você não faz ideia do quanto a sua torcida foi importante pra mim em cada momento; e se consegui – finalmente – terminar este trabalho é porque ouvi seus conselhos.

Aos meus amigos que trabalham comigo na Universidade, sempre atenciosos e me incentivando a continuar nesta jornada.

Ao meu amigo economista Everaldo Leite pelo apoio e incentivo de sempre.

Mesmo à distância, amigos mestrandos foram de suma importância na realização deste trabalho; destaco minha amiga de longa data mestra Dalvani Alves de Oliveira e o meu amigo

Carlos André A. Alves. A vocês o meu sincero agradecimento pelo apoio, palavras de incentivo e principalmente por não incentivar a minha desistência quando esta parecia ser a melhor opção.

A todos vocês os meus sinceros agradecimentos!

*O sertão vai virar mar  
Dá no coração  
O medo que algum dia o mar também vire sertão*

***Sobradinho (composição de Sá & Guarabyra)***

*A capacidade que a biosfera tem de renovar terra, água e ar é extraordinária. Porém, está baseada em tempos e ciclos vitais específicos que nossas inovações técnicas, químicas e organizacionais estão rapidamente ultrapassando.*

***Saskia Sassen***

*Criador Inefável,  
Vós que sois a fonte verdadeira da luz e da ciência,  
derramai sobre as trevas da minha inteligência um raio da vossa claridade.*

*Dai-me inteligência para compreender,  
memória para reter,  
facilidade para aprender,  
sutileza para interpretar  
e graça abundante para falar.*

*Amém.*

***Oração de Santo Tomás de Aquino para pedir a Deus a graça da luz nos estudos***

## RESUMO

O comércio exterior é de fundamental importância para a economia goiana, e vem apresentando resultados positivos, especialmente a partir do ano 2000. A pauta de exportações goianas é composta basicamente por exportação de soja, carne e minérios. Na última década, a China se tornou o principal destino das exportações goianas, liderando tanto em volume exportado (toneladas) quanto em receita (US\$). Com forte apoio do capital público e com o aumento dos Investimentos Externos, o cultivo da soja avançou em Goiás, visando atender, principalmente, a demanda internacional. Este trabalho tem como objetivo apresentar os dados referentes à exportação de soja para a China na última década, com destaque para os municípios de Rio Verde e Jataí, que são os dois maiores exportadores de soja no estado de Goiás. Destarte, o presente estudo se fundamenta na problemática de compreender como o crescimento das exportações de soja em Goiás impactou os demais indicadores econômicos dos municípios analisados. Quais os impactos da relação comercial entre a China e o Brasil na economia goiana? Qual a importância da soja no mercado exportador goiano? De que maneira a produção de soja em Goiás se reestruturou para atender às novas demandas do mercado nacional e internacional? Buscou-se responder as questões e os problemas norteadores da pesquisa, utilizando metodologia quantitativa e qualitativa, através da coleta e consolidação de dados estatísticos; analisando-os e interpretando-os numa perspectiva interdisciplinar.

**Palavras-chave:** comércio exterior; imperialismo; dependência; hegemonia; BRICS.



## ABSTRACT

Foreign trade has fundamental importance for the economy of Goiás, and has been showing positive results, especially since the year of 2000. The list of exports from Goiás is basically composed of exports of soybean, meat and minerals. In the last decade, China has become the main destination for the exports of Goiás, leading both in exported volume (tons) and in revenue (US\$). With strong support from public capital and an increase in Foreign Investments, soybean cultivation advanced in Goiás, mainly aiming to meet international demand. This work aims to present data on soybean exports to China in the last decade, with emphasis on the municipalities of Rio Verde and Jataí, which are the two largest soybean exporters in the state of Goiás. Thus, the present study is based on the problem of understanding how the growth of soybean exports in Goiás impacted the other economic indicators of the analyzed municipalities. What are the impacts of the trade relationship between China and Brazil on the Goiás economy? What is the importance of soybean in the export market of Goiás? How has soybean production in Goiás been restructured to meet the new demands of the national and international market? We sought to answer the questions and problems that guided the research, using quantitative and qualitative methodology, through the collection and consolidation of statistical data; analyzing and interpreting them in an interdisciplinary perspective.

**Keywords:** foreign trade; imperialism; dependency; hegemony; BRICS.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Investimento Externo Direto por país.....	43
<b>Gráfico 2</b> – Investimento Externo Direto na América Latina por setores .....	44
<b>Gráfico 3</b> – Crédito Rural – valores constantes em 1.000.000 REAIS*.....	72
<b>Gráfico 4</b> – Número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários – Goiás.....	73
<b>Gráfico 5</b> – Produção de grãos em Goiás – anos selecionados (1.000 toneladas).....	82
<b>Gráfico 6</b> – Exportação goiana de soja e derivados no ano de 2020 – Valor FOB (US\$) .....	83
<b>Gráfico 7</b> – Exportação de soja por município – 2021 (1.000 US\$) .....	103
<b>Gráfico 8</b> – Rio Verde: Produto Interno Bruto a preços correntes – PIB (R\$ mil) .....	106
<b>Gráfico 9</b> – Jataí: Produto Interno Bruto a preços correntes – PIB (R\$ mil).....	109

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Conceitos de Renda Diferencial.....	70
<b>Quadro 2</b> – Conceitos de inovação tecnológica .....	76
<b>Quadro 3</b> – Sistemas envolvidos na produção agropecuária.....	79

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Exportações brasileiras (1.000 US\$) .....	52
<b>Tabela 2</b> – Produção de soja em Goiás em anos selecionados .....	81
<b>Tabela 3</b> – Exportação de soja por município – 2021 (1.000 US\$).....	102
<b>Tabela 4</b> – Exportação de soja por período – 2000-2021 (1.000 US\$) .....	104
<b>Tabela 5</b> – Balança Comercial – Rio Verde (1.000 US\$ FOB).....	105
<b>Tabela 6</b> – Índice de Desempenho Municipal (IDM) – município de Rio Verde .....	107
<b>Tabela 7</b> – Balança Comercial – Jataí (1.000 US\$ FOB).....	108
<b>Tabela 8</b> – Índice de Desempenho Municipal (IDM) – município de Jataí.....	109

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Municípios goianos exportadores para China – Valor FOB (US\$), ano 2000 ..... 98
- Figura 2** – Municípios goianos exportadores para China – Valor FOB (US\$), ano 2010 ..... 99
- Figura 3** – Municípios goianos exportadores para China – Valor FOB (US\$), ano 2019 .... 100

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL – América Latina

AP – Agricultura de Precisão

BACEN – Banco Central do Brasil

BRICS – Acrônimo do grupo financeiro formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (em inglês South Africa)

CAI – Complexo Agroindustrial

CAS – Complexo Agroexportador da Soja

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EUA – Estados Unidos da América

FISET – Fundo de Investimentos Setoriais

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOB – *Free On Board*

IBAS – Fórum de Diálogo composto por Índia, Brasil e África do Sul

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, ou Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

IED – Investimento Externo Direto

IGP – Índice Geral de Preços

IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna

MCR – Manual do Crédito Rural

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PCCh – Partido Comunista Chinês

PIB – Produto Interno Bruto

PIB *Per Capita* – Produto Interno Bruto dividido pela quantidade de habitantes de um país

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool

PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados

REC – Região Edafoclimática

RPC – República Popular da China

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SPD – Sistema Plantio Direto

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TMD – Teoria Marxista da Dependência

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VA – Valor Agregado

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>1 O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NO BRASIL E A ECONOMIA CHINESA .....</b>	<b>19</b>
<b>1.1 O papel da China nas principais decisões mundiais.....</b>	<b>26</b>
<b>1.2 A relação da China com a América Latina .....</b>	<b>39</b>
<b>1.3 A relação da China com o Brasil.....</b>	<b>45</b>
<b>2 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM GOIÁS A PARTIR DE 1970.....</b>	<b>56</b>
<b>2.1 A expansão da fronteira agrícola e o avanço da produção agrícola sobre o cerrado .....</b>	<b>60</b>
<b>2.2 Políticas públicas e a participação do governo na modernização agrícola .....</b>	<b>66</b>
<b>2.3 O funcionamento da cadeia produtiva do agronegócio.....</b>	<b>78</b>
<b>2.4 As inovações tecnológicas na produção da soja .....</b>	<b>84</b>
<b>3 A RELAÇÃO DEPENDENTE DA ECONOMIA GOIANA, ANÁLISE DOS RESULTADOS ECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DE RIO VERDE E JATAÍ.....</b>	<b>89</b>
<b>3.1 A expansão do comércio goiano com a China.....</b>	<b>97</b>
<b>3.2 Resultados Econômicos .....</b>	<b>104</b>
3.2.1 Município de Rio Verde .....	104
3.2.2 Município de Jataí .....	107
<b>3.3 O agronegócio e os indicadores sociais .....</b>	<b>110</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>114</b>



## INTRODUÇÃO

A República Popular da China (RPC) apresentou um significativo crescimento econômico nas últimas décadas, impulsionando o comércio mundial, bem como as Relações Internacionais das principais nações. A China foi, ao longo de vários séculos, uma das mais importantes nações do mundo, tendo uma história milenar de riquezas e dominação. Para os chineses, o fenômeno que acontece atualmente é um retorno ao lugar de primazia que a China nunca deveria ter perdido.

As causas do crescimento chinês ultrapassam as decisões econômicas, trata-se de uma mudança de estratégia política numa disputa por influência e dominação, além de um reposicionamento em relação à geopolítica e às Organizações Mundiais. A posição de maior comprador do mundo possibilitou à República Popular da China tornar-se importante parceiro comercial de países emergentes que viam, principalmente, nos Estados Unidos da América (EUA) o mais importante aliado na geopolítica mundial. A entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, e o surgimento do grupo BRICS, grupo político composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, demonstram o interesse global dos formuladores de política chineses. Aos poucos a China é inserida nas principais organizações mundiais, que sempre tiveram liderança e foco ocidentais. Ao mesmo tempo, através de acordos e investimentos, a China aumentou sua região de influência entre as nações asiáticas, africanas e latino-americanas.

O governo brasileiro que teve papel fundamental no surgimento do BRICS, se aproximou mais de Pequim, ampliando o seu comércio com o país asiático. Além do comércio, houve também o aumento no volume de Investimentos Externos Diretos (IED) oriundos da China em solo brasileiro. A postura e a conduta chinesa nas relações internacionais são similares às praticadas pelos líderes americanos e europeus; não se sabe até quando, mas, por enquanto, o *status quo* ocidental não parece ameaçado. O surgimento de um novo e importante ator no cenário mundial não representa uma ruptura, a China tem seguido as regras já estabelecidas e se esforça para não ser vista como ameaça, reforçando a ideia de parceria.

A importância desta pesquisa se dá principalmente pelo fato de o mercado agroexportador goiano ter sido muito influenciado pela ascensão chinesa nas últimas décadas. A entrada da China na Organização Mundial do Comércio e o surgimento do grupo BRICS possibilitaram o aumento no volume negociado entre o Brasil e a China, com impactos significativos nos principais indicadores econômicos do estado de Goiás, dentre eles, a Balança Comercial. A exportação de *commodities* para a China representa importante parcela da

produção goiana, com destaque para a exportação de carnes, de grãos – especialmente a soja – e de minérios. Sendo assim, o foco deste estudo será a exportação de soja, com destaque para a Região Sudoeste do estado, especialmente os municípios de Rio Verde e Jataí. As transformações na produção agrícola a partir de 1970, principalmente nas últimas duas décadas, e o padrão de reprodução do capital serão analisados a partir dos dados econômicos, sobretudo os dados relacionados às exportações. Torna-se importante analisar de que forma as decisões globais interferem na dinâmica territorial e, conseqüentemente, nos indicadores sociais dos municípios analisados.

Diante desse cenário, algumas questões surgem em relação à economia goiana, são elas: Quais os impactos da relação comercial entre a China e o Brasil na economia goiana? Qual a importância da soja no mercado exportador goiano? De que maneira a produção de soja em Goiás se reestruturou para atender as novas demandas do mercado nacional e internacional? Destarte, o presente estudo se fundamenta na problemática de compreender como o crescimento das exportações de soja em Goiás impactou os demais indicadores econômicos dos municípios analisados.

Torna-se necessário analisar as relações comerciais envolvendo o estado de Goiás e a China, para entender os impactos do crescimento econômico chinês nos municípios exportadores de soja em Goiás. A produção de soja brasileira é destaque no mundo, sendo a China a principal demandante. Para o estado de Goiás, as relações comerciais com a China representam oportunidades de negócios, para a China, representa o avanço de sua influência no Ocidente e a consolidação de um projeto ambicioso em busca de protagonismo na Ordem Mundial estabelecida. A busca por respostas a esses questionamentos justifica esta pesquisa e o estudo dessas questões. O objetivo geral desta pesquisa é estudar os impactos das relações comerciais com a China para o mercado agroexportador de soja no estado de Goiás, principalmente a Região Sudoeste goiana, no período de 2010 a 2020.

A metodologia de pesquisa empregada é quantitativa, que se deu através da coleta e consolidação de dados estatísticos, e qualitativa, afinal, para que os objetivos propostos sejam alcançados, os dados precisam ser analisados e interpretados numa perspectiva interdisciplinar, respondendo as questões e os problemas que norteiam a pesquisa. Quanto aos fins, a pesquisa é descritiva e explicativa. Dessa forma, busca-se descrever o fenômeno do crescimento chinês nas últimas décadas e as relações comerciais envolvendo o estado de Goiás e a China. Contudo, há, também, a necessidade de explicar esse fenômeno à luz de teorias econômicas e sociais com base em uma perspectiva crítica, em grande medida orientada pelo pensamento marxista.

Este estudo está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, buscar-se-á compreender o momento atual da economia chinesa analisando a sua história e as relações da China com as nações ocidentais, destacando a relação sino-brasileira. O segundo capítulo tem como objetivo estudar as mudanças ocorridas na produção agrícola em Goiás a partir de 1970, como se deu a expansão da fronteira agrícola e a incorporação do Cerrado na produção de grãos, com destaque para a soja no sudoeste goiano.

O terceiro e último capítulo discutirá a relação do agronegócio com a reprodução do capital, a partir das contribuições da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Serão apresentadas teorias para questionar se estamos vivenciando uma nova fase do imperialismo ou se trata-se apenas dos desdobramentos da Globalização. Discutir e entender esses conceitos será de fundamental importância para o estudo proposto nesta pesquisa. Logo após, serão apresentadas as considerações finais.

## 1 O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NO BRASIL E A ECONOMIA CHINESA

O posicionamento atual da República Popular da China (RPC) no comércio mundial é resultado de mudanças culturais relativamente recentes para o milenar império chinês. Um dos acontecimentos mais importantes para a mudança de estratégia, em relação à diplomacia e o comércio mundial, foi a Guerra do Ópio e os desencadeamentos de uma série de reformas institucionais no império chinês. “A China tem sido o país mais populoso do planeta desde que se tornou um Estado unificado dois milênios atrás, e foi a maior economia do mundo até meados do século XIX; como tal, nada há de extraordinário em seu retorno ao topo” (STUENKEL, 2018, p. 85).

A história chinesa não celebra uma data de fundação de seu império, é como se os chineses sempre existissem. O Imperador Amarelo, que pode ser entendido como o fundador do império chinês, na verdade não está criando algo, e sim restaurando a ordem num momento de caos. Os ciclos fazem parte da cultura chinesa, proporcionando a impressão de que a China sempre existiu. Kissinger (2011) compartilha dessa ideia ao falar sobre uma das mais importantes correntes filosóficas chinesas, o confucionismo. O sábio Confúcio não reivindica o papel de fundador de uma nova corrente de pensamento, apenas restaura o que há muito já existia, mas que se perdeu. Essa ideia de restauração de uma ordem preexistente marcará a longa história imperial chinesa e o seu posicionamento nas decisões que influenciaram todo o mundo, inclusive o Ocidente.

A visão de mundo sinocêntrica não é algo recente, ao contrário, ela começou a ser elaborada na dinastia Shang, que durou de 1600 a.C. a 1046 a.C, e foi a primeira dinastia chinesa confirmada por evidências arqueológicas. Durante a dinastia Shang, desenvolveu-se na China a ideia de “império do meio”, ideia esta que coloca a China no centro do mundo, como a nação mais importante, considerando todas as demais nações como estados tributários. Durante a dinastia Zhou, surge a concepção de “Mandato do Céu”, que é fundamental para o entendimento das relações chinesas com o mundo. Se a ideia de Império do Meio coloca a nação no centro do mundo, a ideia de Mandato do Céu coloca o imperador chinês como o grande responsável por tudo o que há na terra.

A visão de que a China ocupa o centro do mundo e possui uma civilização superior às demais marcou a história do país e está refletida em seu próprio nome. Os chineses não chamam a China de China, mas de *Zhongguó*, palavra formada pela união de dois ideogramas: centro (中) e nação (國). O nome china adotado no Ocidente vem de *Chin*

antiga versão romanizada de *Qin*, nome da primeira dinastia unificada e que durou de 221 a.C. a 206 a.C. (TREVISAN, 2019, p. 137).

A ideia de centro do mundo não estava relacionada à questão de dominação territorial, os chineses estavam mais preocupados em expandir a sua influência cultural, atraindo novos súditos, do que submeter outros povos à dominação e à escravidão. A harmonia, baseada nos ensinamentos de Confúcio, sempre foi um conceito muito importante para o povo; inclusive no que se refere às relações com outros países. “No modo de ver dos chineses, um punhado de estados menores que absorvesse a cultura chinesa e prestasse tributo à grandeza da China constituía a ordem natural do universo” (KISSINGER, 2011, p. 28).

É comum para os ocidentais ignorarem a grandeza histórica da China e de seus vizinhos asiáticos. A ideia é a de que os países ocidentais foram os únicos construtores da sociedade global, sempre encontrando espaços vazios e povos incultos em territórios diferentes da Europa. Ao analisar a história, percebe-se que o papel das nações ocidentais foi muito importante, porém, algumas instituições tão caras para o Ocidente, como o comércio internacional, já eram praticadas há tempos por outras nações.

O comércio internacional, centrado no altamente cosmopolita oceano Índico, era assim muito mais regulamentado e institucionalizado do que o comércio no Ocidente – era marcado não por pilhagens, mas por oferta e demanda. Recentemente, moedas romanas cunhadas em Colônia foram escavadas na Tailândia, sublinhando o quanto as redes de comércio eram extensas e difundidas na época (STUENKEL, 2018, p. 43).

Os chineses incluem, entre os grandes feitos de seu império, a invenção de quatro itens muito importantes para a humanidade, quais sejam: o papel, a bússola, a impressão e a pólvora. Já no século VIII, os chineses utilizavam blocos de madeira para a impressão de folhetos e livros em série. Embora não esteja dentro das “quatro invenções da China antiga”, a seda merece ser mencionada, haja vista a sua grande importância para as transformações socioculturais do mundo. Descoberta por volta de 3.000 a.C., a seda se tornou o grande produto de exportação do império chinês, dando nome a principal rota terrestre que ligava a China à Ásia Ocidental e à Europa (TREVISAN, 2019).

Até o século XIX, a China dispunha de muito mais recursos e tecnologia do que qualquer país europeu. Um grande exemplo dessa supremacia são as viagens de Zeng He, eunuco de origem muçulmana, que gozava de muito prestígio durante a dinastia Ming e que empreendeu uma série de viagens marítimas bem antes da aventura portuguesa e espanhola, as quais “descobriram” um “novo mundo”. Entre os anos de 1405 e 1431, liderando um efetivo de mais

de 25 mil homens, com uma rigorosa hierarquia, o comandante Zeng He visitou diversos países, porém sem nenhum interesse territorial. Para os chineses, a não dominação territorial foi uma decisão, afinal, “era mais barato comprar produtos estrangeiros trazidos à China por mercadores de fora ou por comerciantes chineses que as fossem buscar a suas próprias custas” (GONÇALVES, 1967, p. 341).

A grandeza da sociedade chinesa não passou despercebida pela análise de pensadores econômicos ocidentais. Os estudiosos do tema tentam analisar os motivos que levaram a China a ter um direcionamento tão diferente do Ocidente, especialmente da Inglaterra. Para Smith (2016), embora a China fosse por muito tempo um dos países mais ricos, isto é, um dos mais férteis, mais bem cultivados, mais industriosos e mais populosos do mundo, a sua economia estava estacionada. É preciso entender a concepção de desenvolvimento econômico apresentado por Smith.

Em termos mais específicos, Smith concebe o desenvolvimento econômico como o preenchimento com pessoas e capital físico (“patrimônio”) de um recipiente espacial (“país”), que engloba um volume dado de recursos naturais e é configurado internamente e restringido externamente por leis e instituições (ARRIGHI, 2008, p. 63, grifos do autor).

Baseado nessa concepção, Smith classifica como progressistas os países com baixa densidade populacional e com espaço físico para expansão da produção, especialmente agrícola. Em contraste, países populosos, onde já não há tanta oferta de terras para expansão da produção, são considerados estacionários.

Assim, para Smith, a China parecia “estar há muito estacionária” e ter “provavelmente há muito” “adquirido aquele conjunto completo de riquezas que a natureza de seu solo e de seu clima e a sua situação com relação aos outros países lhe permitiram adquirir.”. Entretanto, esse conjunto completo de riquezas “pode ser muito inferior àquele que, com outras leis e instituições, a natureza de seu solo, clima e situação poderiam permitir” (ARRIGHI, 2008, p. 64, grifos do autor).

Torna-se importante resgatar esses conceitos na obra de Smith para entendermos o papel e as contribuições da China na evolução do comércio mundial, e que, por fatores endógenos, a China não dominou e não ditou as regras da economia mundial em séculos anteriores. Tanto a agricultura quanto o comércio chinês eram bem desenvolvidos, porém a ideia predominante no período imperial, de que o imperador detinha um “mandato celestial” e que o império chinês era o “centro” de tudo o que há sob o céu, pode ter contribuído para a “estagnação” chinesa nos séculos passados. Essa instituição permitia o comércio internacional, mas não o impulsionava, a China negociava com outros povos, mas não se interessava em expandir o seu domínio

territorial. Para o imperador, existia a China e os demais povos “tributários”, que careciam da benevolência chinesa.

Além disso, havia uma forte demanda chinesa por metais preciosos, especialmente a prata. As manufaturas asiáticas tinham um excelente mercado no Ocidente, e este mercado permitiu que um grande volume de metais preciosos fosse “drenado” dos países europeus em direção ao Oriente. Produtos como a seda e a porcelana chinesa atraíam mercadores ocidentais, que, em contrapartida, não tinham outro produto a oferecer, além dos metais preciosos. Controlar o comércio com a Ásia significaria dominar o “comércio mundial”.

Decorre daí que, para Portugal e outros Estados europeus, os benefícios que se poderiam esperar da descoberta e controle de uma rota direta para o Oriente eram incomparavelmente maiores do que, para o Estado chinês, os benefícios que se poderia esperar da descoberta e controle de uma rota direta para o Ocidente. Cristóvão Colombo tropeçou nas Américas porque ele e seus patrocinadores de Castela tinham um tesouro a recuperar no Oriente. Cheng Ho [Zeng He] não teve a mesma sorte, porque não havia nenhum tesouro a recuperar no Ocidente (ARRIGHI, 2013, p. 35).

É comum que estudiosos enxerguem a história do comércio mundial como sendo exclusivamente ocidental, e o papel da economia chinesa na atualidade quase como um milagre. Stuenkel (2018) denomina essa atitude de ocidentocentrismo. Baseado nas ideias de pensadores ocidentocêntricos, a expansão do comércio mundial só se deu pela organização do Ocidente, especialmente a Europa Ocidental. As descobertas de Cristóvão Colombo, a Paz de Vestfália e o surgimento dos Estados-nações reforçam a ideia de que o Ocidente impulsionou sozinho o comércio mundial. Entretanto, faz-se necessário ir além do senso comum, para que se possa compreender melhor as relações comerciais entre as grandes nações, especialmente as nações asiáticas. “Essa visão mais ampla nos ajuda a compreender que o processo corrente de multipolarização é muito menos extraordinário, ou ameaçador, do que se costuma acreditar” (STUENKEL, 2018, p. 69).

Uma importante distinção, para entender melhor a evolução do comércio mundial, é apresentada por Arrighi (2013). Um Estado pode ter como estratégia uma formação capitalista ou territorialista e, por intermédio desta formação, alcançar a hegemonia mundial. A China foi um grande Estado territorialista, já que conseguiu atrair a riqueza produzida em outros países, graças a oferta de itens manufaturados que eram desejados pelos comerciantes, especialmente os ocidentais.

Na estratégia territorialista, o controle do território e da população é o objetivo da gestão do Estado e da guerra, enquanto o controle do capital circulante é meio. Na estratégia capitalista, a relação entre os meios e os fins se inverte: o controle do capital

circulante é o objetivo, enquanto o controle do território e da população é o meio (ARRIGHI, 2013, p. 34).

Considerando as teorias que apontam as três hegemonias históricas do capitalismo, o papel que os países asiáticos desempenharam não foi apenas de meros coadjuvantes, ao contrário, há uma intencionalidade baseada em visões diferentes de gestão de estado e acúmulo de riquezas. A China não deixou de acumular riquezas enquanto as cidades-estados italianas se despontavam como sendo o centro do capitalismo do século XV. “[...] o sucesso das cidades-estados italianas, especialmente Veneza, baseava-se, acima de tudo, no controle monopolista de um elo crucial na cadeia de trocas comerciais que ligava a Europa Ocidental à Índia e à China, através do mundo islâmico” (ARRIGHI, 2013, p. 40). O surgimento e fortalecimento da primeira hegemonia histórica do capitalismo não se apresentou como sendo uma ameaça ao império chinês, ao contrário, enquanto os mercadores venezianos organizavam as rotas comerciais em direção à Ásia, a China conseguia atrair ainda mais riquezas, se mantendo como a nação mais rica de todo o globo.

Na Europa, as divergências políticas e religiosas, bem como o contraste de interesses entre estados territorialistas e capitalistas, geraram um sangrento conflito, que durou cerca de trinta anos. A Guerra dos Trinta Anos foi encerrada com a formalização do Tratado de Vestfália, que, ao garantir a existência de estados soberanos e impor regras para as relações interestatais no continente europeu, favoreceu as relações internacionais e uma nova organização do comércio mundial. Os Holandeses souberam aproveitar as mudanças que estavam em curso, acumulando muito mais capital, tornando a elite capitalista holandesa muito forte. Além disso, o poderio militar holandês tornou-se muito maior do que fora o poder veneziano. Com a organização política, o acúmulo de capital e um forte exército, os holandeses assumiram a hegemonia do comércio, controlando, especialmente, as redes financeiras. “Essa reorganização do espaço político a bem da acumulação de capital marcou o nascimento, não só do moderno sistema interestatal, mas também do capitalismo como sistema mundial” (ARRIGHI, 2013, p. 44).

Além do importante comércio com a Ásia, o continente americano também constitui uma importante fonte de acumulação com um grande volume de trocas comerciais. Da América partiam diversos itens muito importantes para o comércio europeu, dentre estes itens, destaque-se a prata, que tinha uma forte demanda na Índia e na China. “Na China, tal como na Índia, é difícil imaginar outro produto que, na ausência da prata, tivesse sido importado nesta escala tão grande” (POMERANZ, 2013, p. 455). Se do continente americano partiam itens como madeira, açúcar e metais preciosos, havia, em contrapartida, uma grande demanda por um outro item de



extrema importância para o comércio, o escravo africano. O comércio com a China e com a Índia possibilitava a aquisição de itens que eram facilmente trocados por escravos, que por sua vez eram comercializados no “novo mundo”. A expansão do comércio e das rotas financeiras é uma marca do período hegemônico holandês, a qual preparou o terreno para o surgimento da próxima hegemonia, que terá ainda mais impacto no grande império chinês.

Valendo-se da consolidação do comércio mundial, bem como da financeirização característica do período hegemônico holandês, os ingleses assumem o papel hegemônico, porém, com uma grande diferença. Graças à Revolução Industrial, os ingleses se tornaram grandes exportadores de itens industrializados e, por isso, precisavam expandir o seu mercado. Pomeranz (2013) discorre sobre a grande demanda inglesa por produtos primários, para que pudessem concentrar o estoque de capital e mão de obra na industrialização, a maior parte dessa demanda era suprida pelas colônias americanas, porém, havia um grande déficit comercial. A solução seria vender os produtos ingleses em mais mercados e, neste ponto, a China se torna o principal alvo.

O comércio asiático era mais bem organizado do que o europeu, e as rotas comerciais em direção à Índia e à China eram há muito utilizadas. Por causa da dominação colonial britânica, os indianos eram um grande mercado para os itens ingleses, a China continuava a ser uma grande exportadora, e não demonstrava muito interesse na importação de qualquer item ofertado pelo Ocidente. A relação britânica com a Índia gerava grandes déficits comerciais, que eram, em parte, equilibrados com o comércio entre os indianos e seus vizinhos chineses. Um item indiano tinha grande demanda na China, o ópio. Embora não se tratasse de um comércio legalizado, a venda de ópio tinha papel importante na economia indiana e, conseqüentemente, britânica. Mas para assegurar o crescimento da acumulação capitalista no período hegemônico britânico, era necessário expandir o mercado, e nenhuma nação tinha características tão interessantes quanto a China; tornar um país populoso e rico como um de seus clientes favoreceria ainda mais a indústria inglesa. O ópio foi a “desculpa” ideal para a abertura de um novo mercado para os produtos ingleses na Ásia.

“Sem conseguir ampliar suas exportações, e tendo de utilizar cada vez mais prata para cobrir o déficit com o país, o Império Britânico começou a vender ópio aos chineses, [ocasionando] um grave problema social na China” (TREVISAN, 2019, p. 188). Embora fosse proibido, o ópio era muito consumido pela população chinesa, representando um importante negócio para a Índia e, conseqüentemente, para a Inglaterra. A iniciativa do império chinês em combater com mais afinco o tráfico de papoula, desencadeou uma série de incidentes “diplomáticos” entre os ingleses e os chineses. Para os ingleses não só o comércio de ópio

estava em jogo, mas sim a comercialização de seus produtos manufaturados e a expansão de uma instituição muito importante no ocidente: o livre comércio. Antes da deflagração da Guerra do Ópio, ao menos três missões inglesas foram enviadas à China para negociar a abertura do comércio chinês aos produtos do Ocidente. Em 1793, a missão Macartney fracassou na tentativa de implantar o livre comércio. No ano de 1816, uma nova missão foi enviada à China, a Missão Amherst, o imperador chinês não se deu ao trabalho de receber os enviados britânicos, e a missão foi um grande fracasso. Em 1834, a Missão Palmerston, chefiada pelo lorde Napier, também tentou avançar nas negociações, porém foi suspensa por causa do falecimento de Napier e de seu tradutor após contraírem malária (KISSINGER, 2011; PINENT, 2015; TREVISAN, 2019).

Em todas essas missões, a postura chinesa beirava a arrogância e o poderio militar dos “bárbaros” nunca foi levado a sério. No ano de 1839 teve início a Guerra do Ópio, que durou até 1842 com a frota naval inglesa avançando sobre a parca marinha do império chinês e bloqueando diversos portos, forçando o imperador a negociar a paz. O acordo de paz representou um grande prejuízo para a China, que vai muito além das questões financeiras, porém, paradoxalmente, a derrota na Guerra do Ópio impulsionará as mudanças que colocará a China em posição de destaque no comércio mundial, rivalizando com o Ocidente.

O século da humilhação, como ficou conhecido pelos chineses o período entre o fim da Guerra do Ópio e a vitória da Revolução, estava apenas começando e logo traria sérias consequências à forma de governo e outras questões internas.

Os chineses, que durante séculos se agarraram à tradição confuciana e imperial, viveram no século XX sob o signo da revolução e enfrentaram um dos mais turbulentos períodos da história mundial, que jogou por terra instituições milenares e atingiu valores centrais de sua visão de mundo. O fim de dois mil anos de Império foi seguido de fragmentação de poder, invasão estrangeira, guerra civil e a revolução que instituiu o regime comunista em 1949 (TREVISAN, 2019, p. 211).

O fim do império chinês, durante o ciclo capitalista com hegemonia inglesa, não marcaria o fim da China, pelo contrário, um novo ciclo capitalista se iniciaria em breve, agora com a hegemonia estadunidense e a China ressurgiria como uma grande nação comercial.

Assim vai se encerrar o século XIX na China: o Estado esfacelado, a dinastia agonizando, movimentos revolucionários eclodindo, os senhores da guerra ocupando espaços e o país retalhado por potências estrangeiras. Enganava-se, porém, quem pensava que era o fim da China. Como uma fênix, ela vai ressurgir das cinzas no século XX e ingressar no XXI como a segunda maior potência econômica do mundo (PINENT, 2015, p. 98).

## 1.1 O papel da China nas principais decisões mundiais

A Inglaterra foi protagonista no fim do império chinês, porém não foi a única a assinar tratados com a China e a conquistar espaço no território chinês. As derrotas sofridas após a Guerra do Ópio colocaram em dúvida a validade do “Mandato do Céu” e decretou o fim da legitimação do domínio do imperador sobre o território. Vale lembrar que a China constituía uma vasta gama de povos e etnias unificadas sobre o mandato do imperador, numa união nem sempre coesa. O Japão e a Índia, que eram historicamente grandes inimigos e fontes de tensão para o Estado chinês, passaram a ter a companhia da Rússia, que também avançava sobre a China em busca de expansão territorial. Além dos problemas ocasionados pelas potências ocidentais, a relação com os vizinhos orientais não estava nada harmoniosa, o que lançava ainda mais pressão sobre o império chinês.

O fim do império não foi algo fácil, ao contrário, houve diversas tentativas de reformas para tentar postergar ao máximo o fim que parecia iminente. A última dessas tentativas ficou conhecida como a Revolta dos Boxers, que tinha como principais inimigos as nações estrangeiras, as quais mantinham embaixadas em Pequim. Em 1900, os Boxer sitiaram as embaixadas em uma tentativa de expulsar os “bárbaros” do território chinês, contudo o resultado foi outra derrota, com mais um tratado desigual e o pagamento de indenizações aos vencedores. “Uma dinastia incapaz de prevenir repetidas marchas estrangeiras sobre a capital chinesa ou de evitar a usurpação estrangeira de fatias do território chinês havia claramente perdido o Mandato Celestial” (KISSINGER, 2011, p. 99).

Em 1912, uma China dividida internamente vê surgir a República Chinesa, com a proclamação de Sun Yat-sen como presidente. Os republicanos tinham o grande desafio de pacificar uma nação mergulhada no caos e ferida pelas sucessivas derrotas sofridas nas últimas décadas. Internamente, questões econômicas e sociais colocavam em dúvida a capacidade de governo do presidente e toda classe política. Nesse período, a maioria da população chinesa vivia na zona rural, em pequenas aldeias, com pouco acesso à tecnologia, e eram os principais prejudicados em meio às crises econômicas que assolavam o país. Na parte urbana, o Partido Nacionalista ganha legitimidade; na parte rural, o Partido Comunista, sob a liderança de Mao Zedong, avançava e conquistava mais influência. Não demorou muito e uma guerra civil entre Nacionalistas e Comunistas eclodiu, o Exército Vermelho de Mao conseguiu expulsar os Nacionalistas, que se refugiaram na ilha de Taiwan, ou ilha Formosa.

Desde 1949, quando os comunistas vitoriosos proclamaram a República Popular, ocorreram grandes transformações na China. No curso de guerras revolucionárias que mobilizaram o campesinato e terminaram por expulsar os exércitos invasores, uma nova força social alterou não só a estrutura agrária e o lugar da China no cenário mundial, como também o sistema de poder e os padrões culturais que condicionavam a vida social no país (SHENG, 2012, p. 15).

É comum que estudiosos e analistas políticos considerem o século XX como sendo o século americano. A participação americana nas duas grandes guerras do século XX foi fundamental para que os Estados Unidos assumissem o controle capitalista e liderasse a Ordem Mundial. “A derrocada final da economia mundial centrada no Reino Unido foi extremamente benéfica para os Estados Unidos” (ARRIGHI, 2013, p. 284). O século americano, porém, não pode ser considerado como uma ordem mundial unipolar, pois os americanos sempre enfrentaram antagonismos em seu período de hegemonia. “A despeito de nenhum país ter concentrado tanto poder militar e econômico quanto os Estados Unidos na segunda metade do século XX, a hegemonia estadunidense, portanto, nunca foi verdadeiramente global” (STUENKEL, 2018, p. 71). A influência do comunismo e o poder da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas são um grande contrapeso na dominação americana ao longo do século XX.

É importante considerar essas questões de hegemonia, pois os líderes chineses aproveitaram muito bem dessa guerra de influências, para solucionarem os seus problemas internos e avançarem economicamente em direção ao topo do *ranking*. A vitória, em 1949, possibilitou à China ter novamente um sentimento de união e a percepção de um governo forte liderando o gigante asiático, se outrora o imperador era uma figura inspiradora, com apoio irrestrito da maioria do povo, Mao Zedong reassume esta posição. Mao, assertivo e implacável em sua influência, frio e impiedoso, poeta e guerreiro, profeta e opressor, foi o grande responsável pela reunificação da China, embora a sociedade civil tenha enfrentado períodos conturbados durante esse processo (KISSINGER, 2011, p. 103).

Se as derrotas militares favoreceram o fim do império, expondo a fraqueza do exército chinês perante o mundo, a Guerra da Coreia (1950-1953) teve efeito contrário e ajudou ainda mais a consolidar a liderança maoísta. O Exército de Libertação Popular (ELP) entrou na guerra e conseguiu conter o avanço das forças da Organização das Nações Unidas (ONU), capitaneadas principalmente pelos Estados Unidos, que avançavam em direção à Coreia do Norte. Apesar do elevado número de baixa de soldados “na China, o resultado foi saudado como uma gloriosa vitória: o Exército de Libertação Popular havia conseguido barrar o avanço das forças mais poderosas do mundo” (TREVISAN, 2019, p. 232). Mao soube capitanear essa

vitória para fortalecer ainda mais a sua imagem e lançar a China num período de intensas reformas, com muito sacrifício por parte da população.

Se no século XIX o interesse dos ingleses era despertar a China para a necessidade de industrialização, o objetivo foi alcançado em meados do século XX, no entanto, ao invés da Inglaterra, o principal parceiro chinês no processo foi a URSS, que além de servir como inspiração, também apoiou financeiramente o início do processo de modernização industrial chinês.

O início do processo de industrialização coincidiu com a implantação do Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957), um elemento fundamental da economia centralizada e planificada. Inspirado na experiência soviética, ele priorizava a indústria em detrimento do campo e colocava grande ênfase no desenvolvimento da indústria pesada, fundamental para a expansão de outros segmentos da economia. Com a ajuda de cerca de dez mil técnicos, engenheiros e cientistas enviados pela URSS, os chineses investiram nos setores de aço, ferro, maquinaria, carvão e energia (TREVISAN, 2019, p. 234).

Em meio à Guerra Fria, a China desponta como um importante parceiro a ser conquistado e com grandes possibilidades de ajudar na expansão do comunismo pela Ásia e pelo mundo. Para os Estados Unidos, o papel da China é analisado com bastante cautela, mas, aos poucos, os norte-americanos conseguem se aproximar, ocupando as brechas deixada pelos soviéticos e por causa da excelente capacidade de negociação de Mao. “Na política externa, os estadistas muitas vezes conquistam seus objetivos trazendo à baila uma confluência de interesses. A política de Mao se baseava no oposto. Ele aprendeu a explorar hostilidades sobrepostas” (KISSINGER, 2011, p. 156). Enquanto o mundo assistia com tensão o crescimento do antagonismo de duas potências nucleares, Mao soube tirar proveito da crise, incentivando-os e colocando a China como um importante parceiro militar, o qual não deveria ser desprezado jamais.

Mao não tinha a intenção de entrar para a história pelo sossego que ele proporcionara a sua sociedade. Em vez disso, lançou a China numa série de novas sublevações: dois conflitos com os Estados Unidos no estreito de Taiwan, o início do conflito com a Índia e uma controvérsia ideológica e geopolítica crescente com a União Soviética (KISSINGER, 2011, p. 157).

Aproveitando de tensões na Ásia, e o medo de uma guerra nuclear, Mao conseguiu fortalecer o Estado chinês, bem como o seu exército e a economia local. Internamente, a política do Partido Comunista era ambiciosa e tinha como meta ultrapassar a produção de aço da Grã-Bretanha em questão de poucos anos. Na verdade, os chineses tinham o interesse em demonstrar

força, superando a União Soviética. A China queria liderar e ditar as regras do mundo comunista e, para isso, precisava atingir objetivos colossais. O povo chinês historicamente havia demonstrado força para cumprir os desafios apresentados por seus líderes e, Mao, aproveitando que a China voltava a ter um povo unido e confiante em seu governo, lançou metas desafiadoras. No campo, as reformas propostas pelos comunistas já estavam acontecendo, o que gerava mais confiança da principal base de apoio do Partido Comunista Chinês (PCCh). O Grande Salto se baseava na ideia de que a agricultura chinesa já havia crescido o suficiente o que permitia, e até impulsionava o crescimento industrial chinês.

Os Planos ambiciosos de Mao dificilmente seriam implantados se um debate sério entre as lideranças chinesas tivesse ocorrido. O Plano enfrentava forte oposição até mesmo dentro do PCCh, mas a campanha das “Cem flores” já tinha expurgado boa parte dos opositores e implantado o medo entre os políticos chineses. Mao convidou o Partido a um debate de ideias com o lema: “deixar as cem flores desabrocharem e as cem escolas se rivalizarem”, quase um convite à democracia. Não se sabe ao certo o que motivou o líder chinês a implantar a campanha, mas os que aceitaram o convite sofreram fortes represálias e muitos foram expulsos de seus cargos e enviados para trabalhos forçados em campos de produção agrícola no interior. Com a “purificação” do Partido, Mao conseguiu implantar suas metas mais ousadas. Em 1958, o plano que ficou conhecido como grande salto para frente é implantado com o objetivo de colocar a China em evidência no mundo, especialmente no mundo comunista.

Acontece que os dados agrícolas que o governo tinha em mãos não eram tão fidedignos assim. Embora os relatórios atestassem que as metas estavam sendo atingidas, a realidade demonstrava o contrário. Confiando nos relatórios de seus principais ministros, Mao lança o Grande Salto para frente. Para atingir as metas na produção de aço, a China passou a produzir aço em quase todos os locais, inclusive na sede dos ministérios e nas universidades. Fornos artesanais se espalharam pelo território chinês e tudo o que pudesse ser transformado em aço era derretido, inclusive ferramentas agrícolas e utensílios domésticos; o importante era superar a meta estabelecida pelo governo. As exportações de grãos para a URSS continuaram nesse período, e, como parte da força produtora, foi direcionada para a produção industrial, houve falta de alimento, porém, os relatórios não atestavam este problema, e, com as diretrizes do governo, o caos foi avançando cada vez mais. Estima-se que mais de 20 milhões de pessoas tenham morrido de fome na China durante o Grande Salto (KISSINGER, 2011; SHENG, 2012; TREVISAN, 2019).

Com o Grande Salto, Mao esperava que os esforços sobre-humanos do povo chinês pudessem tirar o país da pobreza, mas os seus erros políticos e econômicos levaram o país à catástrofe. O fracasso do Grande Salto para Frente mudou o pensamento da maioria dos dirigentes acerca do tipo de desenvolvimento que o país deveria buscar (SHENG, 2012, p. 68).

Mao alcançou o poder de um imperador e consolidou o poder do PCCh, entretanto, quanto à política externa, a China continuava isolada, principalmente em relação ao Ocidente e ao seu modo capitalista de vida. Em 21 de fevereiro de 1972, o presidente americano, Richard Nixon, em visita à China, é recebido por Mao, um marco para as relações sino-americanas e para a geopolítica mundial, mesmo assim, a China continuava envolvida em questões ideológicas e se mostrava pouco interessada em um modelo diferente da ideia de comunismo, implantada pelo Partido e centrada na figura do presidente. A grande transformação, que colocaria a China numa posição de destaque na política mundial, ainda estava por vir e ficaria a cargo de outra importante figura na história: Deng Xiaoping.

Desde a vitória da Revolução em 1949, a China estava dividida entre dois governos. Os Nacionalistas que fugiram para Taiwan mantinham boa relação com a Política mundial e eram reconhecidos como o verdadeiro governo da China, inclusive com uma cadeira na ONU. A República Popular da China, que governava a maior parcela do território e da população, e era alinhada aos Soviéticos, não tinha o mesmo reconhecimento, e a questão envolvendo as “duas Chinas” era um dos assuntos mais delicados na relação sino-americana.

Deng Xiaoping inaugurou seu período na condição de líder incontestável da China com uma viagem aos Estados Unidos entre os dias 29 de janeiro e 4 de fevereiro de 1979, durante a qual se encontrou com o presidente Jimmy Carter e pavimentou o caminho para o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. Logo depois da visita, os norte-americanos reconheceram o governo da República Popular da China e romperam relações diplomáticas com Taiwan - o que não significou o abandono do apoio militar à ilha onde se refugiou Chiang Kai-shek. Deng também visitou o Japão, países da Europa Ocidental e do Sudeste Asiático, normalizou as relações com a ainda existente URSS e levou seu país a integrar os organismos multilaterais, entre os quais o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (TREVISAN, 2019, p. 255).

Internamente, Deng promoveu mudanças significativas na economia local. Sendo mais pragmático que o seu antecessor, Deng deu mais liberdade aos camponeses, permitindo que os excedentes fossem comercializados no mercado e não apenas com o governo. “Deng Xiaoping foi o responsável por mudanças profundas nas esferas da sociedade chinesa, entre elas economia, cultura e política” (LEITE, 2018, p. 268). A possibilidade de enriquecimento individual deixou de ser combatida pelo governo e, na verdade, passou a ser incentivada. Essas medidas proporcionaram à China o recebimento de um grande volume de Investimentos

Externos Diretos (IED) e a volta de chineses com dinheiro suficiente para empreender e alavancar a sua economia.

A China pós-1978 pode ser percebida como uma variante de *via americana*, ou seja, um processo de industrialização apoiado numa ampla economia de mercado que se expande do campo às cidades, cujas induções de tipo institucional potencializam a transformação de pequenos e médios produtores em potenciais industriais, numa espécie de *acumulação sem desapropriação*; causa e consequência da própria natureza *gradualista* das reformas chinesas (JABBOUR, 2020, p. 111, grifos do autor).

Com as reformas, a China reforça ainda mais a tese de Adam Smith sobre o desenvolvimento econômico de forma “natural”, ou seja, baseado no mercado interno (ARRIGHI, 2008). O que outrora freava o crescimento chinês era o pouco apetite pelo comércio internacional, a China não era a protagonista nas suas exportações, permitindo que os holandeses e os ingleses acumulassem muita riqueza “organizando” esse comércio. As reformas implementadas por Deng Xiaoping permitiram à China focar em variáveis fundamentais para o desenvolvimento econômico chinês das últimas décadas, destaca-se principalmente os investimentos e o aumento da participação chinesa no comércio internacional. A consolidação dos produtos chineses no mercado internacional é fruto do planejamento estatal, aliado à iniciativa privada, e com uma organização institucional que consegue atrair grande volume de investimentos, os quais dão sustentação aos projetos de modernização e reestruturação chinesa. A partir de 1980 foram criadas as Zonas Econômicas Especiais, localizadas principalmente nas cidades ao sul da China, próximo à Hong Kong, e que tinham como foco a exportação de bens industrializados.

As reformas colocadas em curso no projeto de modernização chinesa focaram, simultaneamente, na criação de uma rede doméstica de ganhos (inclusão e acesso a bens e serviços era essencial) e na adequação da sua estrutura a existência de um mercado (doméstico e externo) como um mecanismo a ser usado a favor dos objetivos políticos e econômicos chineses. O estabelecimento de zonas econômicas especiais, o direcionamento dos investimentos para setores estratégicos e a associação do Estado chinês a essas atividades integradas sinalizam que o controle e, sobretudo, a decisão política e econômica centralizada são fatores distintivos do caso chinês (LEITE, 2018, p. 268).

O modelo implantado na China, pós-reformas de Deng, divide a opinião de pensadores econômicos, especialmente ocidentais acostumados a pensar numa dualidade extremista entre economias socialistas e capitalistas. O caso chinês vai além e exige um aprofundamento em relação a esses conceitos e à forma como são aplicados na análise econômica em geral. Ross (2016) considera que na China ocorre o socialismo de mercado, que vai além das contribuições



de Marx para o socialismo, e de Keynes para o capitalismo, com maior participação do Estado no planejamento e nas decisões sociais. O que acontece na China é uma inovação em relação aos sistemas econômicos capitalistas e socialista.

Marx realizou uma análise teórica da economia, mas, na prática, antes da reforma econômica da China em 1978 os únicos dois sistemas econômicos que haviam de fato operado no mundo moderno tinham sido o de Adam Smith e o de Stalin (ainda que Adam Smith não tenha criado o capitalismo, ele foi o primeiro a analisá-lo sistematicamente). Mas, a partir de 1978, a China, sob o comando de Deng Xiaoping, criou a primeira alternativa efetiva aos sistemas econômicos de Smith e de Stalin (ROSS, 2016, p. 126).

Na tentativa de conceituar o “socialismo chinês”, Jabbour (2020, p. 57, grifos do autor) afirma que

estão postas as condições ao surgimento de algo novo, uma teoria à altura da complexidade do mundo. O fenômeno chinês, visto tanto no conjunto quanto no detalhe, diz muita coisa, inclusive sobre o surgimento *currente calamo* (“espontaneamente”) de novas formas de abordagem no campo da teoria.

Enquanto a maioria dos estudiosos ocidentais tentam creditar o sucesso chinês à aplicação dos ideais capitalistas e às tradicionais leis consagradas pelos teóricos econômicos, há aqueles que se aprofundam ainda mais na observação e percebem que nem mesmo as teorias Keynesianas conseguem explicar o sucesso do Planejamento chinês, caso fossem aplicadas as ideias estritamente capitalistas.

Para não correremos o risco de cair nessa armadilha conceitual, torna-se fundamental voltarmos às ideias de Rangel (2012, p. 2014), para quem, o estudo da economia não pode ignorar o conceito, afinal, “a economia é uma ciência histórica”. Voltando ao caso chinês, é preciso compreender toda a história chinesa e asiática, deixando de lado as lentes do eurocentrismo que tanto distorcem as nossas análises. Por mais que seja tentador encaixar a economia chinesa nos tradicionais modelos, há de se lembrar que “o novo sempre vem”, mesmo que o início tenha sido estruturado em modelos “antigos” ou já consagrados na literatura.

O crescimento econômico é um processo de ininterrupta mudança qualitativa, exprimindo quebras de proporcionalidade num nível qualquer de integração. Tudo flui, tudo muda, durante este crescimento, tanto no curto como no longo prazo, mesmo quando, na superfície, cada momento pareça repetir o anterior (RANGEL 2012, p. 254).

Considerando as particularidades do caso chinês, e sem esquecer que, para Rangel, é possível combinar diferentes modos de produção em uma mesma formação social, gerando

modos de produção complexos, Jabbour (2020, p. 157, grifos do autor) afirma que “[...] estamos diante do surgimento, na China, de uma nova *formação econômico-social*, um *modo de produção complexo* que denominamos socialismo de mercado”.

[...] eu vejo inclusive o socialismo de mercado chinês como a fusão de dois elementos: um, esse sistema financeiro estatal de longo prazo que surge na década de 1990, em substituição àquele de tipo soviético. Esse entendo como o coração do socialismo de mercado. E o outro, a outra ponta desse socialismo de mercado, são esses conglomerados empresariais estatais, que hoje são 149 (JABBOUR, 2020, p. 106).

Independentemente de quem organize a produção, o que caracteriza uma sociedade capitalista é a busca pela acumulação de capital, num ciclo sempre crescente. “No sistema capitalista, a produção não visa, essencialmente, à satisfação das necessidades: seu objetivo imediato é a criação do valor que domina em todo o processo da produção e da reprodução. Portanto, para os capitalistas, reprodução significa o incremento da produção da mais-valia.” (LUXEMBURGO, 1970, p.21) Na China, os parceiros podem ser diferentes, mas o objetivo é o mesmo: o lucro que garante a constante acumulação capitalista. A acumulação de capital que é a principal característica das sociedades capitalista, também se faz presente na China.

O Estado chinês é um dos grandes responsáveis pelo sucesso econômico das últimas décadas. A atuação estatal, também no setor financeiro, garante a segurança necessária para a manutenção da taxa de investimento e o conseqüente sucesso no enfrentamento de crises cíclicas do capitalismo. Ross (2016), ao analisar as grandes crises econômicas do Ocidente desde o século XX, especialmente a Grande Depressão nos EUA, conclui que a queda no investimento fixo foi o grande fator doméstico por trás da queda da atividade econômica. O mesmo pode ser dito ao analisar a grande recessão pós 2007, em que o Ocidente enfrenta sérias dificuldades para voltar a ter taxas positivas de crescimento econômico. O mesmo não ocorre na China, pois, tanto o setor público quanto o sistema bancário estão sob o controle do governo e, por isso, podem ser usados na manutenção, e até mesmo na ampliação da taxa de investimento fixo, gerando estabilidade econômica e mantendo as altas taxas de crescimento.

A economia da China, diferente da americana, possui, portanto, mecanismos estatais que podem assegurar que os fundos disponíveis sejam investidos. Desse modo, durante a crise financeira internacional, a China pôde expandir o investimento fixo, viabilizando um crescimento econômico acentuado, ao passo que o investimento fixo dos Estados Unidos recuou acentuadamente, levando à primeira Grande Recessão e, então, à uma “nova mediocridade” (ROSS, 2016, p. 126).

Se as últimas décadas do século XX ficaram marcadas pelas reformas de Deng Xiaoping, que moldaram a economia chinesa e recolocaram o gigantesco país asiático em

posição de destaque no comércio mundial, internamente, o país passou por graves questões sociais que incomodaram, e ainda incomodam, a opinião pública no Ocidente. A forma de governo, considerada por muitos analistas como sendo ditatorial, e a má distribuição de renda são questões que ainda geram uma série de críticas. As feridas que foram abertas na Praça Celestial em 1989, em um dos episódios mais marcantes no imaginário ocidental sobre a China, quando o governo chinês reprimiu de forma violenta as manifestações de estudantes e opositores, quase coloca em risco as reformas e a condução econômica propostas por Deng. Questões como desemprego e a falta de democracia fizeram com que muitos alunos e professores iniciassem uma série de protestos contra o governo chinês.

O massacre da Praça da Paz Celestial, que ocorreu no dia 04 de junho de 1989, com centenas de estudantes mortos e diversas prisões, é fruto do endurecimento das regras em relação à manifestação popular. Em abril de 1979, Deng Xiaoping ordenou uma ofensiva contra opositores, proibindo a fixação de cartazes e fechando diversas publicações reformistas, na ocasião várias pessoas foram presas (TREVISAN, 2019). Os próximos anos foram marcados por protestos e passeatas, mobilizando várias cidades chinesas, em 1987, o PCCh endurece ainda mais a repressão aos movimentos, gerando ainda mais tensão. Em abril de 1989, a morte de Hu Yaobang, um reformista chinês, foi o estopim para que o país voltasse a enfrentar uma série de manifestações e protestos. Em maio do mesmo ano, enquanto a China recebia a visita de Mikhail Gorbachev, com a presença de muitos jornalistas internacionais, iniciou-se uma greve de fome amplamente divulgada no Ocidente e que gerou um grande constrangimento aos líderes chineses. A Praça da Paz Celestial estava ocupada, e nem mesmo a mobilização das forças policiais conseguiu dissipar os manifestantes e acabar com a greve de fome que colocava em risco as relações diplomáticas que a China vinha costurando há anos, especialmente com a Europa Ocidental e os Estados Unidos. Na madrugada de 04 de junho, o Exército de Libertação Popular, que era extremamente fiel ao Partido, consegue, então, cercar a praça e pôr fim à série de protestos, deixando um rastro de sangue que manchava a imagem da China perante o mundo, e que demandaria mais esforço dos diplomatas chineses na busca de parceria e apoio político.

Em 1990, pela primeira vez, um chefe de Estado chinês fez uma visita a países latino-americanos: Yang Shangkun, então presidente, foi ao México, Brasil, Uruguai, Argentina e Chile. A visita significou também o apoio político latino-americano à China depois dos protestos de 1989 (SHENG, 2012, p. 179).

Se, por um lado, questões políticas e ideológicas poderiam dificultar o avanço chinês nas relações internacionais, por outro, o sucesso econômico e as possibilidades de comércio favoreciam a consolidação da China como um importante e estratégico parceiro.

Nos anos 1990 a China obteve sucesso em seu esforço de quebrar o isolamento internacional depois do massacre de 1989. Isto porque, em primeiro lugar, o desenvolvimento chinês tem ampliado a renda e fortalecido o mercado interno, de modo que o comércio exterior chinês tornou-se crucial para a economia mundial. Em segundo lugar, o crescente acúmulo de capital ampliou a capacidade financeira do país para realizar investimentos diretos, fornecer crédito e financiar grandes economias, como a dos EUA, através da compra de títulos do Tesouro (SHENG, 2012, p. 179).

Ao longo do século XX, a China não era vista como uma nação com capacidade de liderança global, na realidade, era bem complicado tentar prever o que aconteceria com a China, e que tipo de China seria apresentada ao mundo após as transformações políticas e sociais que aconteceram no país asiático. Verifica-se que a manutenção do crescimento econômico chinês por décadas seguidas e a reorganização geopolítica do capital industrial, sendo atraído cada vez mais para a Ásia, fez com que alguns analistas colocassem em dúvida a continuidade da hegemonia americana e a “Ordem Global” atual. “Uma arquitetura internacional pós-ocidental está em construção, e é inegável que o ativismo institucional da China vai influenciar profundamente tanto as dinâmicas regionais como as globais nos anos vindouros” (STUENKEL, 2018, p. 188).

A análise histórica das “hegemonias globais” coloca em lados opostos alguns pensadores políticos. O próprio conceito de hegemonia pode ter conotações diferentes. “Às vezes com a conotação pura e simples de um poder acima de todos os demais; outras vezes com uma conotação mais ‘gramsciana’, de um poder global legitimado pelos demais Estados, graças à eficácia ‘convergente’ de sua governança mundial” (FIORI, 2005, p. 62, grifos do autor). Mas, é consenso que tanto a Inglaterra com o “Padrão Ouro” quanto os Estados Unidos com o “Dólar flexível” constituem duas lideranças hegemônicas da Ordem Global. Os Estados Unidos com o diferencial de que, a partir de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o poder hegemônico foi acompanhado por instituições supranacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Mesmo com a inovação de organizações paraestatais que favoreceriam os acordos entre as nações, a possibilidade de guerras não foi extinta, e o poder hegemônico sempre demandou vultuosos investimentos na manutenção de exércitos, fato que favorece a expansão territorial, não à toa, os americanos possuem o maior exército do mundo. “O sistema mundial não existiria na sua forma atual caso

não tivesse ocorrido na Europa um casamento entre os Estados e as economias nacionais” (FIORI, 2005, p. 68).

Os Estados nacionais europeus formaram um pequeno grupo de nações com poder de liderar o sistema político e econômico mundial.

[...] o sistema político e econômico mundial não foi produto de uma simples e progressiva somatória de territórios, mercados, países e regiões. Historicamente, foi uma criação do poder: do poder expansivo e conquistador de alguns Estados/economias nacionais europeus que durante o século XVII se transformaram no pequeno grupo das grandes potências. Até o século XIX o sistema mundial se restringia quase que exclusivamente aos Estados europeus, aos quais se agregaram, no século XIX, os novos Estados independentes americanos (FIORI, 2005, p. 68).

No século XX, o Japão – e não a China – é incluído ao grupo de potências “expansivas”.

Mas foi só na primeira metade do século XX que o sistema incorporou no seu núcleo central duas potências “expansivas” extra-européias, os Estados Unidos e o Japão, um pouco antes que o Estado nacional se generalizasse, já na segunda metade do século XX, como a forma dominante de organização do poder político territorial através do mundo (FIORI, 2005, p. 68).

Para os estudiosos que acreditam que o “Longo Século XX” terminou, o grande marco do enfraquecimento da hegemonia americana é o fracasso na Guerra do Vietnã, que durou de 1959 a 1975, na qual o exército mais rico do mundo não foi capaz de derrotar um dos povos mais pobres da terra. O “Keynesianismo militar” americano já não conseguia se legitimar perante as demais nações, e isso traria sérias consequências para a estruturação financeira do país. A partir da década de 70 do século passado, a hegemonia americana vem sendo cada vez mais colocada em xeque e o leste asiático se coloca como o provável sucessor. “Pela primeira vez desde as origens mais remotas da economia, o poder do dinheiro parece estar escapando ou haver escapado das mãos do Ocidente” (ARRIGHI, 2013, p. 368).

Para Arrighi (2013), o “Longo Século XX” estava terminando, e dificilmente os americanos conseguiriam sustentar o poder hegemônico por muito mais tempo. É difícil prever quando ocorrerá a “troca de bastão” na liderança do comércio mundial, mas o crescimento da economia asiática, especialmente do Japão, sob a tutela dos norte-americanos, já dava sinais claros de que o capitalismo estava entrando em uma nova fase.

Ainda não está claro se estamos prestes a assistir a uma troca da guarda no alto comando da economia mundial capitalista e ao início de um novo estágio de desenvolvimento capitalista. Mas a substituição de uma região “antiga” (a América do Norte) por uma “nova” (o leste asiático) como centro mais dinâmico dos processos de acumulação de capital em escala mundial já é uma realidade (ARRIGHI, 2013, p. 344).

A ideia de “ciclos hegemônicos” e “ciclos de acumulação” presentes nas obras de Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein apontam para o fim da hegemonia americana, com a ordem global sendo liderada por um outro país emergente. A “crise inicial” da hegemonia americana teve início na década de 1970 e a “crise terminal” está em curso nas primeiras décadas do século XXI, sendo a China o principal candidato a novo líder global da economia capitalista. FIORI (2008, p.17) analisando os fatos ocorridos na década de 1970 e o comportamento da economia norte-americana contrapõe esta ideia.

Com relação à “crise da década de 1970, hoje está claro que ela não enfraqueceu o poder americano; mais do que isso, todos os sinais que foram apontados como indicadores do seu declínio, se transformaram no seu contrário. Assim, por exemplo, é verdade que os Estados Unidos se transformaram no grande “devedor” da economia mundial, a partir dos anos 1970. mas essa dívida não provocou um desequilíbrio fatal na economia americana, e funcionou como um motor da economia internacional, nesses últimos quarenta anos.

O Padrão dólar ouro e o Sistema de Bretton Woods foram fundamentais para a organização capitalista no pós-guerra e na consolidação do poder americano. A crise de 1970 marca o fim do Padrão dólar ouro e o Sistema de Bretton Woods, mas, é fato que o poder americano não se retraiu, ao contrário, se expandiu ainda mais.

Foi também no início da década de 1970 que ocorreu a crise final do Sistema de Bretton Woods, e, no entanto, o “padrão dólar ouro” foi substituído por um novo padrão monetário internacional – o “dólar flexível” – que permitiu aos Estados Unidos exercerem um poder monetário sem precedente na história da economia e do “sistema mundial moderno. Por outro lado, na década de 1970, muitos viram na desregulação do mercado financeiro americano uma reação defensiva de uma economia fragilizada, e, no entanto, isto foi apenas o primeiro passo de uma desregulação em cadeia, que se transformou, nos anos 1990, na mola mestra da globalização vitoriosa do capital financeiro norte-americano. (FIORI, 2008, p.17)

A década de 70 marca também o início de um período de maior proximidade sino-americana, que beneficiara ambos os países, possibilitando o acelerado enriquecimento chinês e as consequentes mudanças nos rumos da economia mundial. A aproximação com a China também foi importante para o fortalecimento do poder americano.

Hoje está claro que foi à sombra da derrota americana no Vietnã em 1973, que os Estados Unidos e a china negociaram a sua nova parceria estratégica, que contribuiu para o fim da União Soviética e da Guerra Fria e revolucionou a geopolítica mundial deste início do século XXI.[...] Ou seja, aquilo que se assistiu depois da “crise dos 1970” não foi o “declínio americano”, mas uma mudança estrutural do sistema mundial, e um aumento exponencial do poder dos Estados Unidos (FIORI, 2008, p.18).

Mesmo com todo o pessimismo daqueles que acreditavam ser o fim da hegemonia americana, e apesar das enormes dificuldades para conter a crise financeira da década de 1970, os EUA reforçaram ainda mais seu poderio ao manter o poder de emissão da “moeda global” e ter o maior exército do mundo. A desregulação financeira e a expansão dos mercados sob a “supervisão” de órgãos criados e apoiados pelos estadunidenses como a OMC, o FMI e o Banco Mundial, fizeram com que fosse importante para os países manterem uma significativa quantidade de reservas internacionais em Dólares. A grande demanda mundial por dólares faz com que a economia estadunidense não tenha dificuldades em manter elevados déficits em transações correntes. Para que a hegemonia americana finalmente termine, é necessário encontrar um substituto para o Dólar como “moeda global”, e com isso limitar os gastos americanos especialmente no setor militar, e isso de fato ainda não ocorreu, e mesmo a expansão da China mantém uma grande ligação com a dinâmica financeira atual.

Os EUA, a despeito do monumental déficit em transações correntes não precisam se preocupar com o risco de uma fuga do Dólar. A demanda pela moeda americana nasce hoje do papel dos EUA como economia dominante no comércio internacional e nos mercados financeiros onde continua a atração dos títulos públicos como ativos líquidos de última instância na economia global. [...] apesar dos augúrios, não parece provável uma derrocada do dólar. A demanda de não residentes por títulos do governo americano, especialmente a que nasce dos saldos comerciais e enormes reservas dos países asiáticos, vem permitindo a expansão do crédito e sustentação do preço dos ativos no mercado financeiro americano. Enquanto isso, as famílias se endividam ainda mais para adquirir produtos baratos oriundos dos “produtivistas” da Ásia. (TAVARES, BELLUZZO, 2007, p.134)

Analisando o crescimento da China pós 1970 e o comportamento da economia americana no período, Tavares e Belluzzo (2007 p.133) concluem que:

A posição chinesa na economia mundial melhorou rapidamente a partir de uma alta taxa de crescimento interno, de absorção de IDE e de crescimento das exportações que se manteve a mais estável e vigorosa desde 1970 em relação ao resto do mundo, antes mesmo das reformas liberais. É o segundo maior absorvedor do investimento direto dos EUA e mantém com este país uma relação especial de competição e complementariedade. Ao contrário do Japão, que não contou com uma importante absorção externa de capitais e se mantém até hoje, como país credor dos EUA, a China é simultaneamente devedora (pelo IED) e credora (pela acumulação de enormes reservas em dólar aplicados em títulos do Tesouro americano).

Para cumprir a previsão de Arrigui, a China precisa ir além do crescimento do PIB e superar os americanos em alguns setores estratégicos, sem os quais nenhuma nação pode ser considerada hegemônica. O comportamento chinês atual, não parece demonstrar que seja este o principal objetivo dos chineses. Ao mesmo tempo em que a China vai avançando em direção ao topo da economia mundial, a sua conduta é de adequação à Ordem Global vigente, aceitando

e cooperando com as instituições multilaterais que tanto ajudaram os Estados Unidos a manterem o poder e a liderança global. Essa relação de competição e complementariedade, por ora, tem sido benéfica a ambos e ainda não deu sinais de uma eminente ruptura no curto prazo.

## **1.2 A relação da China com a América Latina**

Historicamente, a América Latina (AL) tem sofrido grande influência dos países hegemônicos, especialmente da Inglaterra e dos Estados Unidos. A participação da AL na geopolítica mundial, na maioria do tempo, esteve restrita à de fornecedor de matérias primas e de receptora de capitais. Furtado (2014) classifica a economia latino-americana como sendo uma economia colonial agrícola, que, por muito tempo, funcionou apenas como fornecedora de bens necessários para a manutenção das empresas extrativistas instaladas na AL, visando atender as demandas europeias. Destaca-se, principalmente, a extração de ouro e de prata que impactaram na economia do Velho Mundo.

“No estudo do desenvolvimento econômico da América Latina, toma-se como ponto de partida a inserção das economias nacionais nos mercados mundiais, inserção essa ocorrida, na quase totalidade dos casos, na segunda metade do século XIX” (FURTADO, 2014, p. 119). É a partir de movimentos de independência que os países latino-americanos iniciam processos de mudanças nas estruturas econômicas, visando a integração ao mercado mundial. A integração tardia da América Latina ao capitalismo mundial tem o seu principal fator na estrutura econômica e na relação com o comércio europeu.

A verdade é que o Novo Mundo e o tráfico de escravos proporcionaram o que um mercado interno em expansão não poderia oferecer: modos através dos quais produtos manufaturados na Grã-Bretanha sem uma grande utilização de terra podiam ser convertidos em quantidades cada vez maiores de alimento e fibras (e posteriormente madeira) exigentes em terra, a preços razoáveis (e até em queda) (POMERANZ, 2013, p. 450).

O modo de produção latino-americano estava alicerçado no grande estoque de terra à disposição da produção agrícola e no fornecimento de matérias primas. Além do grande estoque de terra, a mão de obra escrava formada por índios nativos e africanos escravizados moldou as relações comerciais de forma a beneficiar a Europa, permitindo que os países europeus tivessem acesso a um mercado de bens primários com custo reduzido. A Grã-Bretanha se beneficiou dessa dinâmica, focando na produção de bens manufaturados, com maior valor agregado, que passaram a ser exportados, inclusive, para os países periféricos, provocando naqueles países



sérios desequilíbrios na balança comercial. Sem o estoque de terras disponibilizado pelo novo mundo, o processo industrial europeu seria muito mais difícil e, conseqüentemente, proporcionaria menos acumulação de capital.

De acordo com Pomeranz (2013), os principais exportadores de metais preciosos para o novo mundo foram o México, o Peru e, posteriormente, o Brasil. Destaca-se a exportação de prata, que era utilizada pelos europeus como moeda de troca nos mercados indianos e chineses, que, como já dissemos, tinham uma grande demanda pelo metal. A essa entrega de vultuosas quantidades de metais preciosos, Pomeranz dá o nome de “outro maná”. A apropriação dos metais preciosos extraídos na América e a produção de produtos exigentes em terras tornaram as terras americanas um “complemento importante da Europa”. Foi “o transbordo dos metais preciosos do Novo Mundo [que] possibilitou à Europa aumentar as suas importações de recursos reais muito além do que poderia ter feito noutras circunstâncias” (POMERANZ, 2013, p. 457).

O resultado econômico alcançado pela RPC nas últimas décadas possibilitou aos líderes chineses a formulação de políticas que contribuíssem com a expansão comercial da China, aumentando a sua área de influência mundo a fora, utilizando o poderio econômico como facilitador, e tendo a América Latina como um dos principais receptores de IED chinês. De acordo com Leite e Ramos (2016, p. 167), no que diz respeito à sua estratégia econômica, a China privilegia seus objetivos econômicos internos e utiliza a arena internacional como meio para alcançá-los. Embora não seja o único motivo para a expansão chinesa na América Latina, há de se destacar a similaridade entre a busca dos europeus pelo “maná americano” em séculos passados, e a busca atual da China por itens que complementem a sua economia, favorecendo a expansão da produção industrial chinesa, e reduzindo a pressão sobre a agricultura. Novamente, as terras americanas contribuem para a ocorrência de transformações significativas na economia mundial e, como outrora, fornecendo produtos primários, agrícolas e minerais, além de ser uma importante fonte de energia.

A China, sustentada por um crescimento econômico diferenciado para os padrões do período, movida por uma estratégia de inserção internacional e objetivando uma expansão da sua participação nos fluxos globais de comércio, foi essencial para a região sul-americana. O tipo de mercadoria demandada pela China nas trocas comerciais indicava um forte componente de complementariedade (LEITE; RAMOS, 2016, p. 166).

Há também, por parte da China, a ocupação de espaços onde os Estados Unidos mantiveram grande influência, ou seja, além da demanda por produtos primários, as questões

geopolíticas também se constituem pano de fundo na relação da China com os países latino-americanos.

Logo, a RPC foi gradualmente ocupando espaço como um relevante parceiro comercial dos países sul-americanos. Em pouco tempo a China tornava-se responsável pela aquisição de parcela significativa dos principais produtos de importação destes países – vale notar, em sua maioria, produtos primários derivados dos setores agrícolas e da indústria extrativista mineral (LEITE; RAMOS, 2016, p. 166).

A relação entre os países latino-americanos e a República Popular da China vai além das questões comerciais, promovendo significativas transformações na economia mundial. O Consenso de Washington com suas restrições e exigências moldou a relação da América Latina com os países desenvolvidos, porém, esse modelo entrou em crise, abrindo possibilidade de uma nova formatação geopolítica. Nesse contexto, os países asiáticos, especialmente a China e a Índia, surgem como atores principais em um novo cenário global, propondo regras diferentes, com mais benefícios para as nações em desenvolvimento. Em contraste com o Consenso de Washington, as políticas chinesas para o sul global são denominadas como o “Consenso de Pequim” ou “Consenso Asiático”.

O CA [Consenso Asiático] emerge em um contexto de ruptura do CW [Consenso de Washington] após a crise econômica de 2001, fomentando uma globalização neoliberal renovada e formatada. Neste domínio, a ascensão da China e da Índia, a disputa por recursos naturais e de outras *commodities*, a compreensão do espaço e os novos avanços tecnológicos trouxeram o surgimento de um novo padrão global de coordenação social e econômico (VADELL; RAMOS; NEVES, 2016, p. 76).

A postura chinesa em contraste com as instituições formais, como o Banco Mundial e o FMI, pode parecer bastante benéfica para os países latino-americanos, haja vista que há muito menos restrições e intromissões por parte da China nas decisões locais. Trata-se de uma clara estratégia de expansão comercial, visando garantir o suprimento de itens necessários à manutenção das taxas de crescimento chinesas, há uma clara desigualdade nesta relação, ainda que, seja menos explícita. Muito além de um grande comprador, a RPC também se apresenta como um facilitador, oferecendo crédito e parcerias para o desenvolvimento local, o que representa uma demanda histórica dos países em desenvolvimento. Essa postura, permite aos chineses a expansão desenfreada sob o território latino adquirindo ativos estratégicos e se posicionando como um importante *player* na geopolítica local.

Nesse sentido, é importante ter em vista que a cooperação chinesa se rege pela norma do benefício mútuo e da repartição do lucro para os beneficiários da ajuda. Outra estratégia de cooperação está voltada para a oferta de crédito aos países latino-

americanos, cujo papel é fundamental principalmente a partir do final da primeira década deste século, quando a China aproveitou o contexto internacional de contração dos recursos de crédito para aumentar sua influência (LO BRUTTO, 2018, p. 116, tradução nossa)<sup>1</sup>.

Além das questões estritamente chinesas, há de se levar em consideração o fortalecimento de governos progressistas em diversos países latino-americanos num fenômeno denominado de “Onda Rosa”. Governos mais à esquerda tendem a favorecer as negociações e os acordos com o gigante asiático, porém, não é uma regra, pois a China prioriza o pragmatismo em suas relações. “As nações da Onda Rosa, sobretudo, mas não exclusivamente, que até recentemente incluíam a Argentina, o Brasil, e de modo geral também o Peru, estabeleceram relações muito próximas com a China” (DOMINGUEZ, 2016, p. 138), assim, o Brasil foi um dos países que mais se beneficiou com as relações comerciais envolvendo a China, sendo o representante americano no grupo BRICS – acrônimo formado pelas iniciais de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (South África, na língua inglesa); assunto que trataremos com mais detalhes no próximo tópico.

O interesse chinês na América Latina ao longo das últimas décadas vem sendo consolidado com o avanço dos Investimentos Externos Diretos (IED) em diversos setores que vão além da busca por *commodities*. Uma das marcas desse avanço é o número de fusões e aquisições de empresas estratégicas, especialmente nos setores de energia e infraestrutura. “No total, entre 2005 e 2020, as empresas chinesas e de Hong Kong (RAE da China) concluíram 150 fusões e aquisições na região, representando um total de US\$ 83 bilhões” (CEPAL, 2021, p. 107, tradução nossa)<sup>2</sup>. O apoio estatal tem sido de fundamental importância para o avanço do IED chinês na AL.

O processo de conversão da China em potência mundial possui algumas características que o diferenciam do de outros países importantes. Estas características incluem a forte presença de empresas estatais e o apoio que o governo dá à internacionalização de empresas através de benefícios fiscais e financiamentos públicos, nomeadamente através do Banco de Desenvolvimento da China e do Banco de Exportação e Importação (CEPAL, 2021 p. 121, tradução nossa)<sup>3</sup>.

---

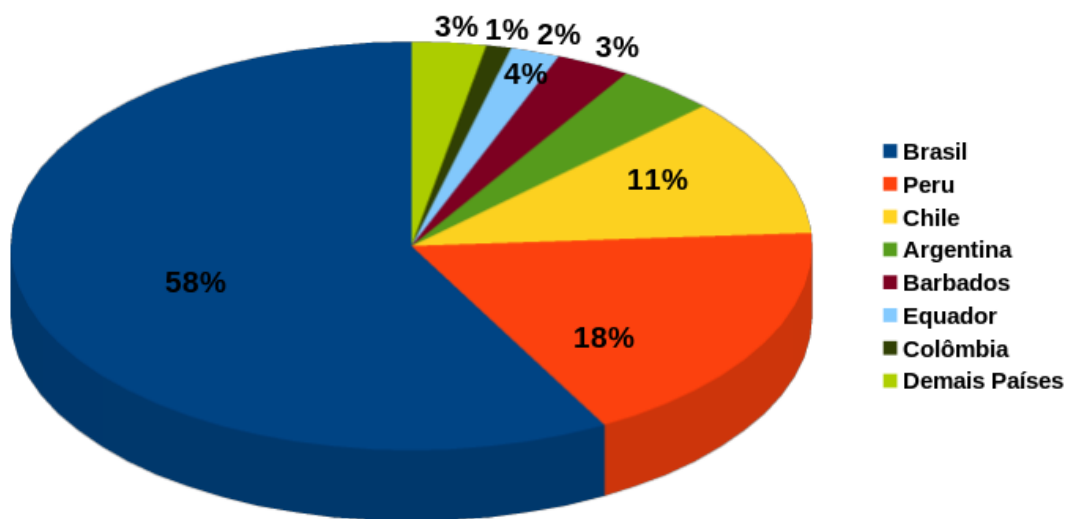
1 No original: En este sentido, es importante tener presente que la cooperación chine se rige por la norma del beneficio mutuo y la ganancia compartida hacia os destinatários de la ayuda. Otra estrategia de cooperación es la orientada a la oferta de crédito a los países latinoamericanos, cuyo papel es fundamental principalmente a partir de finales de la primera década de este siglo cuando China aprovechó el contexto internacional de contracción de recursos crediticios para aumentar su influencia.

2 No original: En total, entre 2005 y 2020 las empresas chinas y de Hong Kong (RAE de China) concretaron 150 fusiones y adquisiciones en la región, que representaron un total de 83.000 millones de dólares.

3 No original: [...] el proceso de conversión de China en una potencia mundial tiene algunas características que lo diferencian del de otros países líderes. Entre esas características se encuentran la fuerte presencia de empresas estatales y el apoyo que el Gobierno brinda a la internacionalización de las empresas por medio de beneficios

Entre os anos de 2005 e 2020, o Brasil se destacou como o maior receptor de IED Chinês na América Latina, seguido pelo Peru e pelo Chile, sendo que os três países receberam 87% do IED chinês na AL.

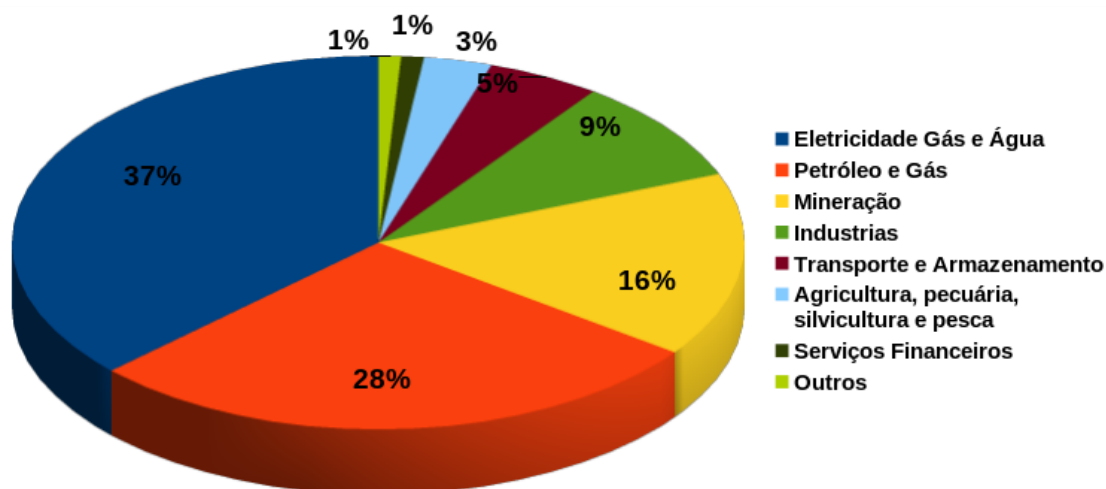
**Gráfico 1** – Investimento Externo Direto por país



**Fonte:** Elaborado pelo autor baseado na CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2021).

Analisando por setor, percebe-se que os investimentos são destinados a setores estratégicos para as pretensões chinesas a longo prazo. No mesmo período, o setor que mais recebeu IED foi o setor de eletricidade, gás e água, com 37% dos investimentos; destaca-se a aquisição de ações da CPFL Energia S. A., em 2017, no valor de U\$ 9.901 milhões pela State Grid Corporation of China. No Peru, o grupo China Yangtze Power Co Ltd tornou-se o maior acionista da empresa Luz del Sur, que antes pertencia aos Estados Unidos, com investimento de U\$ 3.590 milhões.

**Gráfico 2** – Investimento Externo Direto na América Latina por setores



**Fonte:** Elaborado pelo autor baseado na CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2021).

No setor de petróleo e gás, novamente, o Brasil é destaque, sendo que a chinesa China Petroleum & Chemical Corp (Sinopec) aumentou significativamente a sua participação e controle no mercado brasileiro. Em 2012, a Sinopec adquire 30% do controle acionário da Petrogal Brasil, investindo U\$ 4.800 milhões e, no ano de 2010, são adquiridos 40% da participação na Repsol Sinopec Brasil, com investimento de U\$ 7.100 milhões. Os valores investidos e a preferência por setores estratégicos demonstram a importância da AL para a consolidação dos planos de desenvolvimento chineses para as próximas décadas.

Há também uma mudança na postura chinesa em relação às suas exportações, se outrora os produtos chineses eram considerados cópias malfeitas e produtos de baixa qualidade, a realidade atual é bem diferente. A China tem procurado consolidar o seu mercado de produtos altamente tecnológicos, especialmente em setores como segurança e telecomunicações. Para isso, a China tem investido cada vez mais na produção e no desenvolvimento de tecnologias e, nesse sentido, a AL é um importante mercado consumidor, haja vista a grande demanda por produtos tecnológicos e parcerias para a implantação de infraestrutura. O caso da implantação das redes de 5G é um exemplo de como a China se posiciona em direção à liderança mundial, e o quanto os Estados Unidos tem se incomodado com isso.

“As relações da China com a América Latina não são, portanto, baseadas somente na extração de matéria-prima. Elas envolvem uma contribuição substancial para o desenvolvimento econômico dos países da região” (DOMINGUEZ, 2016, p. 153). De certa forma, a economia dos principais países latino-americanos foi impactada positivamente com o

avanço dos investimentos chineses na região, porém, ainda é cedo para afirmar se os benefícios econômicos serão convertidos em melhoria na qualidade de vida das populações envolvidas. Ao não se limitarem às regras do Consenso de Washington, os governos latino-americanos se veem com mais possibilidades de atacarem problemas históricos, como a má distribuição de renda entre os estratos sociais, haja vista que nas relações comerciais com a China há menos imposições quanto ao gasto público e as decisões políticas em cada país. Percebe-se, claramente que há mais recursos financeiros em direção à América Latina que se apresenta como um território importantíssimo para os objetivos chineses a longo prazo.

### **1.3 A relação da China com o Brasil**

Embora a relação sino-brasileira tenha ganhado destaque nas últimas décadas, especialmente pelo volume comercial que envolve os dois países, trata-se de uma relação bem mais antiga, e que passou por períodos de aproximação e de distanciamento ao longo do tempo. O século XX representou para ambos os países um período de rupturas políticas e crises internas, que dificultavam a construção de relações mais promissoras entre ambas as nações. A história do relacionamento bilateral envolvendo o Brasil e a China data do final do século XIX, especificamente no ano de 1879, quando “Eduardo Callado e Arthur Silveira da Motta (depois Barão de Jaceguay) são nomeados Enviados Extraordinários e Ministros Plenipotenciários em missão especial” (BRASIL, 2021, s.p.).

Eduardo Callado e Arthur Silveira da Motta (depois Barão de Jaceguay) assinaram, ambos em Tien-tsin, um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e a China. Tal Tratado não obteve a aprovação do Governo Imperial, que desejava obter algumas modificações no texto. Em 3 de outubro de 1881 foi assinado na mesma cidade um novo Tratado, desta vez assinado somente por Callado, já que Arthur Silveira da Motta havia se retirado da China a esta altura (BRASIL, 2021, s.p.).

A abolição da escravidão e a crescente demanda por mão de obra nas lavouras de café impulsionaram a busca de parcerias com os países asiáticos, visando a vinda de imigrantes para o Brasil. O Japão, que nessa época enfrentava uma série de problemas econômicos, era uma fonte de mão de obra, e muitos japoneses estavam migrando para os EUA em busca de emprego e melhor qualidade de vida.

[...] o relacionamento bilateral entre o Brasil e o Japão inicia-se com a vinda de migrantes para o trabalho nas lavouras cafeeiras. A base legal para esse relacionamento é criada, primeiramente, pela assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em novembro de 1895 e, depois, pelo estabelecimento de

companhias que trabalhavam especificamente no recrutamento e transporte de emigrantes (OLIVEIRA, 2004, p. 10).

A mão de obra japonesa foi muito importante para a economia nacional, e o fluxo migratório foi bem acentuado. Porém, o interesse brasileiro estava focado na população chinesa, há de se lembrar que, na época, a China enfrentava sérios problemas políticos e econômicos e já possuía um contingente populacional muito grande, despertando assim o interesse do governo brasileiro em uma parceria e iniciando as relações internacionais com o governo chinês.

Note-se que inicialmente a opção era por mão-de-obra chinesa, motivando o deslocamento de uma missão brasileira para a China em 1879. Mesmo com a não concretização dessa corrente migratória, pela proibição formal da China em permitir emigração para o Brasil, os dois países assinaram o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em 1881, com o Brasil abrindo um consulado em Shangai em 1883 (OLIVEIRA, 2004, p. 10).

Nesse período, Dom Pedro II gozava de muito prestígio internacional, com destaque para as viagens de 1871, 1875 e 1877 quando o chefe do Estado brasileiro “estabeleceu contatos de alto nível com governos e instituições dos Estados Unidos, de quase todos os países europeus, incluindo a Rússia dos czares, o Império Otomano, a Grécia, a Terra Santa e o Egito” (CERVO; BUENO, 2015, p. 146). Há tempos o governo brasileiro vinha trabalhando as relações internacionais com muita qualidade, especialmente após a Proclamação da Independência brasileira em 1822, quando interesses de outros países na economia e na política passaram a ser mais latentes. A questão internacional ganha um corpo técnico exclusivo para o trabalho da pasta.

A primeira gestão dos Negócios Estrangeiros coube a José Bonifácio de Andrada e Silva, que desmembrou, em maio de 1822, a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros da Secretaria dos Negócios da Guerra, dotando a primeira de pessoal próprio. Seu sucessor o marquês de Paranaguá, conferiu-lhe plena autonomia em novembro de 1823, separando-a da Secretaria dos Negócios do Império. Criou-se, em definitivo, um ministério próprio e autônomo, com uma secretaria exclusiva para os Negócios Exteriores. [...] A independência do Brasil interessava, sob todos os aspectos à Grã-Bretanha, aos Estados Unidos e aos novos Estados hispano-americanos (CERVO; BUENO, 2015 p. 26-27).

Contando com o trabalho de pessoal qualificado e com prestígio internacional, o Brasil ia avançando no campo das relações internacionais, conseguindo negociar empréstimos e expandir os negócios. A habilidade brasileira em questões internacionais foi fundamental para a conclusão do processo de independência de Portugal e a aproximação com o capital inglês, que foi muito importante no financiamento de projetos do Brasil independente. Além disso,

havia uma série de negociações em relação à demarcação de fronteiras com os vizinhos latino-americanos e alguns conflitos que demandaram muita habilidade na condução da diplomacia brasileira.

Em relação à China, o sucesso da viagem de 1879 encontrou alguns obstáculos. O Parlamento brasileiro e o governo chinês colocaram sérios empecilhos às negociações que poderiam ter tido uma aproximação maior entre as duas nações.

Três grandes obstáculos iriam entretanto comprometer a realização daquele objetivo [Tratado de Imigração Chinesa]:

- a) no Parlamento brasileiro, insurgiu-se a opinião contra a iniciativa do governo, combatida ferozmente por Joaquim Nabuco e Alfredo d'Escagnolle Taunay, entre outros, que se opunham à vinda de chineses com argumentos sociais e raciais, porque supunham que iria desenvolver-se no Brasil uma nova escravidão e efetuar-se uma nova contaminação biológica. A eles associara-se posteriormente os positivistas liderados por Miguel Lemos;
- b) internacionalmente, era quase idêntica a avaliação feita pelos governos e pela opinião pública acerca das experiências migratórias chinesas para a Califórnia, Peru, Cuba e Austrália;
- c) insurgia-se o próprio governo chinês diante da situação humilhante em que se encontrava pelo mundo seus emigrados, chamados de *coolies*, e decidira bloquear a saída (CERVO; BUENO, 2015, p. 147).

Considerando a forte oposição de ambos os lados, “o governo brasileiro não obteve pelo tratado a autorização explícita desejada, mas apenas um dispositivo facultando aos súditos de ambos os impérios a liberdade de comerciar e transitar pelo outro país” (CERVO; BUENO, 2015, p. 147). De acordo com Sheng (2012), além da promoção do comércio entre os dois países, estava explicitamente proibido o tráfico de ópio. A amizade entre os dois países foi se fortalecendo e desde 1889, ano em que o Brasil aboliu o sistema imperial e proclamou a República, até 1911, quando explodiu a Revolução Republicana na China, todos os presidentes foram saudados pelo governo chinês e os votos de amizade entre os dois países foram reforçados (SHENG, 2012).

A política externa brasileira, ao longo do século XX, vai se aproximando cada vez mais dos Estados Unidos, fato este que, aliado aos problemas internos vividos pela China, dificultaram a interação política entre o Brasil e o país asiático. Enquanto a China se dividia em duas, o Ocidente seguia na luta contra a expansão do comunismo e, nessa luta, a China comunista representava um sério perigo. Questões ideológicas fizeram com que a relação sino-brasileira fosse praticamente irrelevante até o ano de 1961. A maioria dos países ocidentais não reconheciam a China Popular, reconhecendo Taiwan como a capital chinesa, e ignorando o governo comunista da extensa China Continental. Em 1949, a embaixada brasileira em Xangai foi fechada, sendo reaberta em 1952 em Taiwan (SHENG, 2012; CERVO; BUENO, 2015). A



contradição entre ideologia e pragmatismo fica evidente no voto de Oswaldo Aranha, representante brasileiro na ONU.

A orientação do Brasil, à época do presidente Dutra e do chanceler Raul Fernandes, era de acompanhamento do voto dos EUA na ONU. Assim, quando se colocou a questão da admissão da China Popular, o representante brasileiro, Oswaldo Aranha[sic], seguiu o voto norte-americano, embora contrafeito e sem fazer defesa em plenário, pois, pessoalmente, era favorável ao reconhecimento da China Popular e ao seu ingresso na ONU. A China de Chang Kai-Chek para ele era “apenas uma ficção da diplomacia norte-americana” (CERVO; BUENO, 2015, p. 293).

As relações iniciadas em 1881 estavam prestes a dar um salto com o governo de Jânio Quadros. Em maio de 1961, o Brasil recebeu uma missão comercial da RPC, iniciando a discussão sobre as possibilidades comerciais entre os dois países. Em agosto do mesmo ano, o governo brasileiro enviou uma missão comercial à China, numa atitude de independência em relação à política externa dos Estados Unidos.

Essa missão foi, sem dúvida uma das mais destacadas já enviada pelo Brasil ao exterior, pois era presidida por João Goulart, vice-presidente da República, presidente do Congresso e do Senado, e chefe do Partido Trabalhista Brasileiro – o mais popular dos partidos brasileiros de então. Era composta de representantes do Ministério do Exterior, do Banco do Brasil, e de várias instituições econômicas estatais e privadas (SHENG, 2012, p. 191).

As conversas para a melhoria do intercâmbio entre o Brasil e a China prosseguiram. Em 1962, os representantes chineses pretendiam organizar uma exposição comercial e industrial no Brasil, utilizando o mesmo material utilizado na promoção chinesa em Cuba. O material e a clara intenção dos chineses em promover a revolução comunista pelo mundo dificultaram a realização da mostra e a melhoria na relação comercial sino-brasileira. Somente em 1964 os chineses foram autorizados a montar um escritório comercial no Brasil e a preparar a exposição; a cidade escolhida para a empreitada foi Niterói, no estado do Rio de Janeiro, porém a política brasileira passaria por grandes transformações que implicariam diretamente na relação com os chineses.

Entretanto, o golpe militar anticomunista que derrubou o governo João Goulart prendeu, em 3 de abril de 1964, nove chineses que tinham vindo para montar o escritório e a exposição, acusando-os de ligações íntimas com as organizações esquerdistas brasileiras e de atividades subversivas. Em 5 de janeiro de 1965, eles foram condenados a 10 anos de reclusão [...]. Os nove chineses foram expulsos do Brasil em 18 de abril de 1965, um ano após a prisão (SHENG, 2012, p. 193).

Esse episódio envolvia muito mais do que o Brasil e a China, pois o governo chinês acusava o governo norte-americano de intervir no Brasil, promovendo o golpe militar e impedito o bom andamento das relações sino-brasileiras. Em relação ao golpe militar de 1964 e a reaproximação com a política norte-americana Cervo e Bueno (2015, p. 390) afirmam o seguinte:

com referência ao golpe de 1964, a conclusão é de que os Estados Unidos não se envolveram diretamente em sua elaboração, mas dele tinham conhecimento, bem como o acompanharam com óbvio interesse e simpatia e estavam preparados para um eventual apoio aos sublevados caso fosse necessário (operação *Brother Sam*). Além disso, acolheram o novo governo (de Castello Branco) com satisfação e inauguraram com este uma política de apoio e colaboração.

O capitalismo nacional passava por grandes transformações desde a Era Vargas, quando o Estado passou a controlar setores estratégicos para a indústria nascente. Politicamente, não foi um período tranquilo, especialmente se considerarmos os interesses do capital externo. O general Castello Branco propôs revolucionar a política externa brasileira, que presava pela hegemonia nacional e buscava contribuir com o desenvolvimento econômico do país. Inicialmente, o governo militar, ancorado na ideologia da bipolaridade, procurava combater o “inimigo interno”, enquanto o mundo se dividia na luta entre o Ocidente capitalista e o perigo que vinha da antiga URSS e seus ideais comunistas. O Brasil se aproximava cada vez mais dos Estados Unidos e essa aproximação culminava em maior flexibilidade para o capital norte-americano. Castello Branco e a sua equipe econômica promoveram a abertura do país ao capital estrangeiro, propondo-se, então, a criar as referidas condições de liberdade ao capital para induzir o desenvolvimento nacional pelo livre jogo do mercado, sem Estado e sem fronteiras (CERVO; BUENO, 2015). A questão do desenvolvimento sempre se fez presente na política externa brasileira, porém a ideologia de cada presidente, às vezes, colocava em rumos diferentes o projeto nacional de desenvolvimento. De acordo com o conceito de paradigma descrito por Cervo e Bueno (2015), a política externa brasileira esteve direcionada pelo paradigma do Estado desenvolvimentista na maior parte do século XX.

O Estado desenvolvimentista, de características tradicionais, reforça o aspecto nacional e autônomo da política exterior. Trata-se do Estado empresário, que arrasta a sociedade no caminho do desenvolvimento nacional mediante a superação das dependências econômicas estruturais e autonomia de segurança (CERVO; BUENO, 2015, p. 489).

Devido a esse paradigma, a política externa brasileira no século XX tem nos Estados Unidos o seu mais importante parceiro. Houve momentos em que os diplomatas brasileiros

procuraram expandir as exportações nacionais, buscando parcerias comerciais com os mais variados países, tentando reduzir a dependência norte-americana, mas é fato que as relações internacionais do Brasil passavam pelos ideais norte-americanos. Para o tema que este trabalho propõe discorrer, vale ressaltar que a proximidade com os norte-americanos impactara negativamente o avanço do comércio entre o Brasil e a China. Não se pode perder de vista que o país asiático também enfrentava sérios problemas internos nesse período, e a RPC, fundada em 1949, levaria mais algumas décadas para organizar as instituições chinesas, especialmente o mercado, de forma a torná-la atrativa para os grandes países capitalistas.

Foi a partir da década de 1970 que a relação da China com o Ocidente, especialmente com os Estados Unidos, começou a evoluir. Em 1972, o presidente americano Richard Nixon visita à China, e, em 1973, os países estabelecem relações diplomáticas de forma mais concisa (MEDEIROS, 2012). A década de 1970 também marca a mudança da política externa brasileira em relação à China.

Até 1973, o Brasil apoiava a permanência das duas Chinas e das duas Coreias na ONU, mas o pragmatismo acabou impondo, também nessa região um ajuste à política externa brasileira: o estabelecimento de relações diplomáticas com a China continental (15 de agosto de 1974), tendo em vista o comércio, as relações econômicas e o diálogo político. Desde então, o Itamaraty registrava o avanço brasileiro sobre toda a Ásia e concluía-se, em 1978, o primeiro acordo comercial com a República da China, marco de uma relação que cresceria enormemente nos anos 1980 (CERVO; BUENO, 2015, p. 455).

De acordo com Sheng (2012), entre os anos de 1984 e 1999 foram assinados 34 contratos de prestação de serviços entre a empresas brasileiras e chinesas, destacando-se o desenvolvimento do satélite de rastreamento dos recursos da Terra, que foi lançado em outubro de 1999. Nesse período, destaca-se, também, a visita do presidente João Batista Figueiredo em 1984 e do presidente José Sarney em 1988, ambas com foco no desenvolvimento da indústria nacional, especialmente nas áreas de tecnologia espacial e de informática (CERVO; BUENO, 2015).

Será no século XXI que a relação sino-brasileira terá o seu maior crescimento, e o surgimento do grupo BRICS será o maior exemplo desse sucesso. Porém, ainda se faz necessário avaliarmos os desdobramentos da geopolítica mundial e o embate envolvendo os Estados Unidos e a China, e como o Brasil organizou a condução de sua política externa, visando melhores resultados. De acordo com Medeiros (2012), o confronto dos Estados Unidos com a URSS foi de suma importância para a inclusão chinesa nas principais organizações mundiais. Enquanto a URSS ainda representava uma ameaça ao capitalismo ocidental, a

parceria com os chineses seria uma forma de “neutralizar” o poderio soviético e assegurar a hegemonia norte-americana. Entre os anos de 1989 e 1991, iniciou uma segunda etapa na relação sino-americana, o outrora parceiro é transformado em inimigo em potencial.

Com o fim da guerra fria, o sucesso do desenvolvimentismo chinês passou a ser considerado como a afirmação de um indesejável poder regional. As características políticas e institucionais da China (o regime de partido único, sua ideologia etc.) inteiramente desconsiderada no período anterior [1979-1989] passaram, nesta etapa, a pautar, ainda que contraditoriamente, o comportamento americano. No entanto, o grau de internacionalização já alcançado pela economia chinesa tem permitido ao governo desenvolvimentista explorar as possibilidades abertas pela rivalidade oligopólica de capitais internacionais crescentemente voltados para o seu mercado interno (MEDEIROS, 2012, p. 392).

No início do século XXI, a China, numa postura diferente da estadunidense, vai aumentando a sua influência, buscando parcerias estratégicas e oferecendo mais facilidades e benefícios que os norte-americanos. O Brasil se posiciona de forma divergente das nações hegemônicas, elaborando o conceito de multilateralismo da reciprocidade.

A política externa brasileira do século XXI opera por meio do multilateralismo da reciprocidade [...]. O conceito envolve dois pressupostos: a existência de regras para compor o ordenamento internacional, sem as quais irá prevalecer a disparidade de poder em benefício das grandes potências; e a elaboração conjunta dessas regras, de modo a garantir reciprocidade de efeitos para que não realizem interesse de uns em detrimento de outros (CERVO; BUENO, 2015, p. 530-531).

Esse conceito pode ser percebido nas negociações internacionais, especialmente no G8 e no G20. “A característica básica das relações econômicas internacionais do Brasil consiste na busca da real interdependência, isto é, da reciprocidade na realização de interesses, por meio da negociação em múltiplas esferas e da internacionalização econômica” (CERVO; BUENO, 2015, p. 533). A China aproveita desse reposicionamento brasileiro e já em 2010 torna-se o principal parceiro comercial do Brasil. Os efeitos da política externa brasileira, especialmente no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, são visíveis na Tabela 1.

**Tabela 1** – Exportações brasileiras (1.000 US\$)

País	2000		2010		2020	
	Valor FOB (US\$)	%	Valor FOB (US\$)	%	Valor FOB (US\$)	%
China	1.084.860	0,0197	30.747.554	0,1534	67.788.075	0,3241
Estados Unidos	13.160.277	0,2393	19.300.480	0,0963	21.471.034	0,1026
Argentina	6.229.544	0,1133	18.507.273	0,0923	8.488.738	0,0406
Países Baixos (Holanda)	2.794.780	0,0508	8.974.761	0,0448	6.705.000	0,0321
Chile	1.245.603	0,0227	4.256.776	0,0212	3.849.843	0,0184
Singapura	232.914	0,0042	1.309.101	0,0065	3.670.977	0,0175
Espanha	1.003.931	0,0183	3.866.437	0,0193	4.056.873	0,0194
Japão	2.471.254	0,0449	7.140.402	0,0356	4.127.277	0,0197
México	1.709.783	0,0311	3.714.482	0,0185	3.829.385	0,0183
Coreia do Sul	580.670	0,0106	3.759.735	0,0188	3.762.437	0,0180
Alemanha	2.524.701	0,0459	8.134.387	0,0406	4.123.730	0,0197
Canadá	565.248	0,0103	2.320.641	0,0116	4.229.943	0,0202
Malásia	131.138	0,0024	1.201.772	0,0060	3.202.748	0,0153
Índia	217.155	0,0039	3.490.425	0,0174	2.884.745	0,0138
Itália	2.142.989	0,0390	4.232.362	0,0211	3.054.875	0,0146
Demais países	18.898.313	0,3436	79.477.548	0,3965	63.934.561	0,3056
<b>Total Exportado</b>	<b>54.993.160</b>	<b>1,0000</b>	<b>200.434.135</b>	<b>1,0000</b>	<b>209.180.242</b>	<b>1,0000</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base na Comex Stat – Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais/Ministério da Economia (2021).

No ano 2000, as exportações brasileiras para a China representavam aproximadamente 2,0% de todo volume exportado, enquanto os Estados Unidos lideravam o *ranking* com 23,93%. A Argentina ocupava o segundo lugar, seguida pela Holanda, com 11,33% e 5,05% respectivamente. A China ocupava a 12ª posição com um volume de compras similar ao do Chile. Os valores de 2005 já demonstram o crescimento do comércio com a China, que salta para a 3ª posição, se aproximando da Argentina, mas ainda bem distante do volume adquirido pelos Estados Unidos, que ocupava a liderança. As exportações para os Estados Unidos foram da ordem de US\$ 22,6 bilhões, para a Argentina, o Brasil exportou US\$ 9,97 bilhões e para a China, US\$ 6,82 bilhões. A China seguia em direção ao topo do *ranking*, feito alcançado no ano de 2009 quando foi exportado para a China a quantia de US\$ 20,99 bilhões, superando as exportações americanas pela primeira vez.

A participação do Brasil no grupo econômico BRICS foi fundamental para a institucionalização do grupo e pelo sucesso alcançado já em suas primeiras reuniões. As políticas neoliberais dos anos 1990 deixaram sequelas profundas nas economias dos países emergentes, e como o capitalismo estava organizado sob o controle de poucas nações na órbita

dos Estados Unidos, emergia a necessidade de uma ordem multipolar, em que as demandas de outras nações, como o Brasil, pudessem ser ouvidas com mais atenção. É certo que o termo BRICS foi divulgado inicialmente como um grupo de possíveis países com forte indício de crescimento econômico no século XXI.

Em 2001, Jim O'Neill, à época, recém-indicado para o cargo de chefe de pesquisa econômica global da Goldman Sachs, procurou criar uma categoria na qual pudesse inserir os países de grande território e em rápido desenvolvimento que ele considerou que seriam instrumentais para a atual transformação econômica global. Ele não levou muitos aspectos políticos em consideração e elaborou um grupo com base em indicadores econômicos, centrado nas taxas de crescimento do PIB, PIB *per capita* e tamanho populacional (STUENKEL, 2017, p. 15).

A possibilidade de crescimento econômico, com maior foco no crescimento chinês, chamou a atenção de investidores. As grandes diferenças entre os países, e até mesmo questões envolvendo disputa por fronteiras na divisa entre a Índia e a China, colocavam em xeque o sucesso do grupo. Porém, para os líderes russos e brasileiros, a possibilidade de união não passou despercebida. O papel desempenhado pelo presidente Lula e pelo ministro das Relações Exteriores Celso Amorim foi fundamental para a construção de um multilateralismo global, fortalecendo o BRICS e, conseqüentemente, impulsionando reformas no FMI em 2010 e o estabelecimento do G20 como a principal plataforma para discutir a economia global (STUENKEL, 2017).

Para criar contrapoder, essa diplomacia (Lula e Celso Amorim) empenhou-se então e depois em formar coalizões ao sul, das quais a primeira foi o G20 comercial, grupo de países organizado por ocasião da Conferência [da Organização Mundial do Comércio OMC em Cancún, em 2003] (CERVO; BUENO, 2015, p. 528).

A aproximação brasileira aos países do sul global é anterior ao surgimento do BRICS. Em 2003, o Brasil, a África do Sul e a Índia criaram o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), fortalecendo os laços diplomáticos entre os países participantes. Embora o IBAS nunca tenha ganhado a visibilidade do BRICS, a sua criação já demonstrava a disposição das potências emergentes em explorar o que tinham em comum entre si e fortalecer a cooperação (STUENKEL, 2017). Na Ásia, desde o ano de 2001, já aconteciam reuniões anuais envolvendo a Rússia, a Índia e a China, a principal pauta era a segurança e questões como migração, tráfico e terrorismo. Esses encontros sempre ocorriam paralelos a encontros oficiais, como as assembleias da ONU.

Foi o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov (com o apoio do presidente Medvedev e do primeiro-ministro Putin) quem concebeu a ideia pela primeira vez, em 2006, de criar um grupo que incluísse o Brasil – transformando a ideia de Jim O’Neill, então, numa realidade política. [...] A tentativa da Rússia de criar um grupo “RIC+Brasil” – alinhando-o, assim, com a ideia mais visível dos BRICs – começou, portanto, num contexto informal, sem qualquer desafio específico em mente quanto à política externa (STUENKEL, 2017, p. 26-27).

A primeira reunião informal do grupo BRIC ocorreu no dia 20 de setembro de 2006, às margens da 61ª Assembleia Geral da ONU. Em 24 de setembro de 2007, quando ocorria a 62ª Assembleia Geral da ONU, aconteceu a segunda reunião, e, por iniciativa brasileira, foi proposto formalizar o grupo e “dedicar mais tempo e energia para explorar as oportunidades de cooperação” (STUENKEL, 2017, p. 29). A primeira reunião formal acontece na cidade de Ecatimburgo na Rússia, no dia 16 de maio de 2008. Analisando a criação do grupo, Cervo e Bueno (2015, p. 554) afirmam o seguinte:

reunindo potenciais grandes economias do mundo, o Brasil tomou a iniciativa de criar um bloco político de países emergentes, chamado BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) que se institucionaliza em 2007. Seu peso sobre o cenário internacional se reforça rapidamente, em razão do crescimento acelerado de suas economias e da recessão que atinge os países ricos.

Em relação ao papel da crise financeira que assolava o mundo em 2008, Stuenkel (2017 p. 33) destaca que

a crise econômica nos Estados Unidos forneceu às potências emergentes uma oportunidade única para se reunir em torno de um assunto de grande importância: a necessidade de reformar a ordem financeira internacional. Não foi, portanto, nenhuma coincidência que a cooperação intra-BRICs tenha começado de verdade no âmbito das finanças internacionais – uma área que parecia particularmente fértil para oportunidades nos primeiros dois anos da crise.

Os temas que envolvem o grupo BRICS é muito amplo, porém, para o foco da nossa pesquisa, torna-se de extrema relevância o crescimento das relações comerciais envolvendo o Brasil e a China. As relações são anteriores ao surgimento do BRICS, mas foram potencializadas pelo protagonismo brasileiro e chinês tanto intra-BRICS quanto nas organizações mundiais, como a OMC, o FMI e o Banco Mundial.

As relações entre Brasil e China, tidas por estratégicas por ambos os governos, se fizeram com base nos princípios da confiança mútua, comércio bilateral e coordenação de posições no âmbito das políticas multilaterais, segundo comunicados exarados durante a troca de visitas dos dois presidentes em 2004 e 2010, Hu Jintao e Luiz Inácio Lula da Silva. São acompanhadas de perto pelo Conselho Empresarial

Brasil-China. Os estudos desse grupo revelam que o Brasil evoluiu de exportador de *commodities* para mercado de destino de investimentos chineses, que a China se torna o primeiro parceiro comercial do Brasil desde 2009, que os governos estabelecem na última visita de Jintao um Plano de Ação Conjunta de amplo espectro (CERVO; BUENO, 2015, p. 558).

Destacando-se no comércio de grãos – principalmente soja – carnes e minérios, o estado de Goiás também tem a China como o principal parceiro comercial e destino de grande parte de sua produção. A relação comercial entre a China e o estado Goiás será abordada mais detalhadamente no próximo capítulo deste trabalho.



## 2 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM GOIÁS A PARTIR DE 1970

A produção agropecuária em terras goianas é uma atividade, que, assim como a formação política de Goiás, teve início com a mineração. “Historicamente tudo indica que nós nascemos de fato em 1722, para ficarmos órfãos de nós mesmos” (CHAUL, 2015, p. 33). O ouro foi capaz de inaugurar oficialmente a história goiana, promovendo de forma cruel a colonização de um território ocupado por diversas tribos, que por milhares de anos viveram integradas à natureza e às complexidades do que hoje conhecemos como o bioma Cerrado.

Sendo predominante no Planalto Central brasileiro, o Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro em área, superado apenas pela Floresta Amazônica. Ocupa mais de 23% do território brasileiro numa área de mais de 2.000.000 Km<sup>2</sup> (RIBEIRO; WALTER, 1998). O Cerrado é o principal bioma da Região Centro-Oeste, ocupando praticamente todo o território dos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, além de parte do estado do Mato Grosso. Trata-se de um importante bioma, que pode ser considerado “a cumeeira do Brasil e da América do Sul pois distribuem significativa quantidade de água que alimenta as principais bacias hidrográficas do continente” (BARBOSA, 1995, p. 160).

A definição do cerrado é muito complexa e envolve conhecimentos interdisciplinares. Autores como Barbosa (1995) preferem defini-lo como Sistema Biogeográfico correlacionando os diversos fatores que o caracterizam, como a fisionomia e a composição vegetal e animal.

Em termos vegetais, este Sistema [Biogeográfico] é complexo e nunca pode ser entendido como uma unidade: há o predomínio do cerrado (*strictu sensu*) como paisagem vegetal, mas há também seus variados matizes, como campo e cerradão, além de formações florestadas, como matas e matas ciliares, e ainda são comuns as veredas e ambientes alagadiços (BARBOSA, 1995, p. 161, grifos do autor).

No Brasil, o cerrado foi muito desvalorizado. O solo foi, por muito tempo, considerado improdutivo e com pouco potencial econômico, porém, o relevo com grandes áreas planas aliado ao clima com duas estações bem definidas, uma seca e outra chuvosa, tem atraído a atenção do setor agropecuário ao longo das últimas décadas. Para Xavier (2019), o cerrado, que outrora era considerado improdutivo, alcança o *status* de fronteira agrícola graças às revoluções técnico-científica e informacional, que possibilitaram o preparo e o uso do solo para a agricultura empresarial. Essa incorporação do território se deu, inicialmente, com capital nacional e forte intervenção estatal, atualmente, a nova fronteira agrícola tem sido engendrada a partir de interesses advindos, em grande medida, do capital transnacional.

O potencial agrícola que os cerrados demonstram, associado ao fato de ser uma das últimas reservas da terra capaz de suportar de modo imediato a produção de cereais e a formação de pastagens e o desenvolvimento das técnicas modernas de cultivo, tem atraído recentemente grandes investimentos e criado modificações significativas, do ponto de vista da infra-estrutura de suporte (BARBOSA, 1995, p. 161).

A produção agropecuária, inicialmente, estava voltada ao atendimento das demandas de um contingente populacional que veio para Goiás visando a extração do ouro e, conseqüentemente, o acúmulo de riquezas. Como a extração estava alicerçada no trabalho escravo, essa atividade promoveu um significativo aumento populacional conforme expandia-se a exploração pelo território. “O fluxo constante de garimpeiros entre as regiões provocou o surgimento de diversos núcleos urbanos, que abrigaram a população e abriram uma rede de caminhos os quais integravam os diversos arraiais, povoados e vilas da capitania” (ARRAIS; OLIVEIRA; LEMES, 2019, p. 34). Esse modelo de ocupação pouco contribuía para o fortalecimento econômico do território, não envolvendo outros setores da economia local, a ideia principal era o enriquecimento rápido através da atividade mineradora. O que ocorria em Goiás nesse período era bastante similar ao modelo de exploração mercantilista praticado nas demais províncias do país.

[...] emigrava-se às vezes por nada, e com simples e vagas esperanças de outras perspectivas. [...] a colonização não se orienta no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos do território para a satisfação das necessidades materiais da população que nela habita. Daí sua instabilidade, com seus reflexos no povoamento, determinando nele uma mobilidade superior ainda à normal dos países novos (PRADO JUNIOR, 2011, p. 75).

Foi nesse cenário de incertezas que a produção agropecuária surgiu em Goiás, contribuindo com a colonização do território e a exploração do ouro, numa economia de subsistência. Com o fortalecimento da agricultura, Goiás deixou de importar os principais gêneros agrícolas que eram necessários para a alimentação do povo aqui instalado; já no final do século XVIII, a produção agrícola era capaz de atender a demanda interna (ARRAIS; OLIVEIRA; LEMES, 2019).

Para Estevam (1997), a produção aurífera em Goiás, comparando-a com a mineira, foi bem modesta, tanto em rendimento quanto em termos demográficos. A produção extrativista já dava sinais de decadência em Minas Gerais, e as minas goianas pouco contribuíram para alterar esse cenário. O extrativismo foi a principal atividade econômica em Goiás, e o principal incentivador da expansão demográfica, sendo que a incipiente produção agropecuária coexistiu com a extração do ouro numa relação de custo-benefício complexa, uma vez que parte do

contingente de escravos deveria ser direcionada à produção de alimentos para atender a demanda da massa humana empregada nas minas.

A extração aurífera em Goiás alicerçada na escravidão deixou marcas na história goiana, não promovendo grandes mudanças sociais no período. A vida seguiu em Goiás, mesmo com a mineração em franco declínio, as vilas e os povoados espalhados pelo território seguiram baseados na economia de subsistência. Economicamente, o estado viveu um período decadente, pois, dada as condições de infraestrutura e os problemas sociais herdados do escravismo, a economia goiana não alcançou bons resultados.

Em nenhuma das hipóteses o futuro prometia ser brilhante para a capitania em termos de desenvolvimento mercantil. Na verdade, o entrave crucial da economia aurífera não estava no esgotamento das minas. Encontrava-se no escravismo. A estrutura escravista impediu diversificação econômica fornecendo resposta a diversas questões. [...] o regime escravista bloqueou possibilidades de inversões tecnológicas e conduziu a uma economia de baixos rendimentos e caráter eminentemente predatório (ESTEVAM, 1997, p. 25).

Não é do nosso interesse discutir o conceito de decadência em Goiás, por se tratar de um tema amplamente discutido, optamos, então, por descrever a transição entre a mineração e as atividades ligadas à produção agropecuária que permitiram a continuidade da expansão demográfica goiana, mesmo após o fim do ciclo do ouro. As grandes áreas do sertão goiano eram propícias à criação de gado que além de atender a demanda interna, também podia ser exportado para outras regiões do país, com destaque para Minas Gerais e São Paulo. Uma das vantagens em exportar gado era o transporte, uma vez que o gado vencia as grandes distâncias entre as fazendas goianas e o mercado consumidor, caminhando lentamente nas estradas que outrora escoaram grandes volumes de ouro.

A pecuária em Goiás exigia a importação de itens básicos como o sal, que era utilizado na alimentação do gado, sendo que a balança comercial goiana nem sempre era favorável. O preço pago pelo gado goiano era muito depreciado, pois o gado que vencia o longo caminho entre as fazendas goianas e os compradores mineiros e paulistas chegava magro e muito debilitado pelo tempo de viagem, sendo necessário um período de engorda antes do abate; o que acrescentou uma outra etapa na produção de carne, ficando os fazendeiros goianos com a menor parte do lucro. Mesmo com toda a dificuldade, a pecuária goiana foi importante para a manutenção da economia e preparou a base para que a agricultura de exportação surgisse mais adiante.

O que se pode observar é um fluxo de crescimento econômico moroso, porém ininterrupto, nos moldes e possibilidades de Goiás, visando atender às demandas dos centros econômicos mais desenvolvidos que absorviam a produção goiana e aos quais essa produção se subordinava em termos de exportação. Sem elevar a pecuária goiana a um patamar que exagera e até mesmo força uma ideia de progresso como forma de amenizar a crise econômica de Goiás após a mineração, temos nela um elemento capaz de refutar a representação que se fez, por tanto tempo, da suposta decadência de Goiás (CHAUL, 2015, p. 114).

O trabalho nas fazendas era realizado por índios e africanos que eram escravizados. “O africano escravizado participava do círculo do comércio colonial na forma de mercadoria e capital empenhado e, em certas ocasiões, funcionando inclusive como moeda de troca” (ARRAIS; OLIVEIRA; LEMES, 2019, p. 44). O tempo de vida útil de um homem escravizado no período de exploração do ouro dificilmente passaria de sete anos. A escravidão em Goiás foi um sistema muito complexo, sendo que alguns escravos poderiam negociar a sua liberdade de forma parcelada. De acordo com Arrais, Oliveira e Lemes (2019), alguns homens negros livres trabalhavam como escravos agregados, trabalhando na terra do seu senhor e pagando uma porcentagem da produção. Essas outras relações de trabalho do homem escravizado foram importantes principalmente nas fazendas destinadas à criação de gado.

A economia agrícola pode ser compreendida nesse período como um regime de transição entre a economia mineradora, que impulsionou a colonização e a fundação de diversos núcleos de povoamento, e a pecuária, que permaneceu e teve crescimento lento ao longo dos séculos XVIII e XIX em Goiás (BERTRAN, 1978). Nas fazendas goianas, eram produzidos os itens necessários para o consumo interno; como atividade acessória à agricultura, existia um setor artesanal para a produção de itens como o açúcar e a aguardente, além dos equipamentos para tecelagem que manipulavam o algodão, produzindo roupas que supriam a demanda goiana.

Para Bertran (1978), a criação de gado era destinada à exportação, enquanto a produção agrícola era calcada na economia de abastância. Por exportação compreende-se o comércio com outros estados para os quais o gado conseguia se autotransportar, lembrando que o território goiano era bem maior que o atual, e as províncias ao norte do estado mantinham comércio com as Regiões Norte e Nordeste do Brasil, especialmente o estado da Bahia, enquanto as províncias mais ao sul tinham, em Minas Gerais e São Paulo, as principais rotas comerciais. Dentre os produtos agrícolas produzidos em Goiás no final do século XIX, dois produtos se destacam nos registros de exportação, sendo eles: a marmelada de Santa Luzia e o fumo em corda (ARRAIS; OLIVEIRA; LEMES, 2019).

O século XX, especialmente a segunda metade, representa um período de significativa evolução do modelo agropecuário goiano. O estado de Goiás passou por inúmeras

transformações nesse período, principalmente em questões demográficas e sociais. Novas cidades foram surgindo, atraindo um grande contingente de trabalhadores, impactando a economia goiana e propiciando o fortalecimento da agropecuária que, a partir de 1970, se consolidaria na agroindústria, que será ainda mais importante para a melhoria do resultado econômico em Goiás. Dentre todos os fatores que contribuíram para o crescimento econômico de Goiás, o foco deste trabalho será o avanço da fronteira agrícola e o progresso técnico na agricultura, daí o recorte temporal desta pesquisa, haja vista que, a partir de 1970, os impactos desses fatores são mais perceptíveis na economia goiana.

## **2.1 A expansão da fronteira agrícola e o avanço da produção agrícola sobre o cerrado**

No decorrer do século XX, a economia goiana sofreu uma grande transformação, quando, por fatores exógenos, a agricultura em Goiás assumiu um papel de maior importância na economia nacional. A riqueza acumulada pelos cafeicultores possibilitou ao estado de São Paulo o investimento na indústria, tornando o estado um grande polo industrial, atraindo um grande contingente de trabalhadores e desequilibrando a relação entre o campo e a cidade. Mello (1984) afirma que a economia cafeeira propiciou as condições básicas para o nascimento do capital industrial e da grande indústria no Brasil. O Capital acumulado na produção do café possibilitou o surgimento de um mercado interno de proporções consideráveis. Para Estevam (1997), além de ter sido a responsável pela gênese industrial no país, a economia cafeeira também foi responsável pelo surgimento de uma nova divisão inter-regional do trabalho. Essa integração regional fez com que a economia goiana fosse impulsionada a produzir alimentos para o atendimento das demandas do mercado brasileiro, especialmente a do estado de São Paulo.

Numa escala menor, reproduzia-se a nível nacional aquilo que era praticado na relação colonial entre o Brasil e, principalmente, a Europa. Enquanto os países europeus se industrializavam, com destaque para a Inglaterra, o Brasil se posicionava como grande fornecedor de alimentos e outros itens primários de baixo Valor Agregado, suprindo a demanda externa. Com a industrialização de São Paulo, houve a necessidade de aumentar a produção agrícola em outros estados, para satisfazer as demandas de uma sociedade urbano-industrial que crescia rapidamente. Nesse contexto, ou seja, numa relação dependente da economia paulista, a economia goiana consegue integrar-se à produção capitalista alterando as estruturas de produção no estado.

Para Borges (2000), o Centro-Oeste é uma criação do Sudeste, quando analisamos o setor agrário. O que houve na Região Centro-Oeste foi a expansão das fronteiras agrícolas, que possibilitou a expansão industrial em São Paulo.

A partir das primeiras décadas do século, com o desenvolvimento urbano-industrial de São Paulo e a expansão da fronteira agrícola, a posição de Goiás na divisão regional do trabalho foi redefinida: além de exportador de gado, o Estado especializou-se também na produção e exportação de produtos agrícolas básicos para os mercados do Sudeste (BORGES, 2000, p. 15).

A expansão da fronteira demandou a criação de infraestruturas que possibilitassem maior integração nacional. “A integração do território goiano com o sudeste brasileiro e o crescimento da produção agropecuária regional tinham na ferrovia o meio mais viável e eficiente de consolidação” (CASTILHO, 2012, p. 2). Com a implantação da estrada de ferro, foi possível, principalmente para os produtores das Regiões Sul e Sudeste de Goiás, diversificar a produção agrícola, agora, voltada para o atendimento da demanda externa e com maiores possibilidades de transporte e ligação com o mercado consumidor.

De fato, o que elevou o dinamismo e a chegada do progresso, no bojo das transformações em São Paulo, foi a estrada de ferro inserida numa área capitalista de produção que avançou incorporando territórios limítrofes, levando progresso e proporcionando lucros (ESTEVAM, 1997, p. 10).

A construção de estradas de ferro expandiu a frente pioneira no Brasil, especialmente em regiões compostas pelo bioma Cerrado. “A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais” (MARTINS, 2014, p. 135). A expansão das fronteiras traz consigo a ideia de avanço demográfico sobre um grande vazio, como se apenas a produção capitalista fosse considerada válida para determinar a ocupação do território. A expansão das fronteiras não ocorreu em direção a um território vazio, pelo contrário, foi em direção a um tipo de ocupação não capitalista com outra configuração produtiva e econômica. Martins (2014) assegura que, sociologicamente, a definição de fronteira no Brasil é a situação de conflito social, a história da fronteira no Brasil é a história das lutas étnicas e sociais.

A fronteira agrícola, então, representa a incorporação de terras para a produção de forma capitalista. Como atesta a historiografia goiana, as grandes transformações políticas e econômicas ocorridas no Brasil, dentre elas destaca-se a Independência do Brasil em relação a Portugal, a Abolição da escravidão e a Proclamação da República, impactaram as bases em que se organizava a sociedade goiana. A burguesia cafeicultora, que deu início ao processo de

industrialização no estado de São Paulo, conseguiu o apoio estatal necessário para romper com as antigas relações de produção, de forma a viabilizar a empreitada capitalista industrial que ocorria de forma tardia no Brasil.

Houve contradição entre capitalismo industrial e trabalho compulsório em face da exigência de generalização do assalariamento e da busca de amplos mercados. Houve contradição entre capitalismo industrial e monopólio colonial porque a remoção do último, além de eliminar o lucro comercial, permitia a apropriação direta dos mercados. Por fim, houve contradição entre capital industrial e exclusivo metropolitano porque somente a liquidação deste garantiria a produção e o comércio livres de restrições e preços fixados monopolisticamente (ESTEVAM, 1997, p. 8).

A produção precisa atender a um padrão de lucratividade e os custos devem ser incorporados ao preço da mercadoria para determinar a viabilidade, ou não, do negócio. O principal custo que precisava ser considerado para a produção capitalista em Goiás, sem dúvida alguma, era o custo de transporte. A distância geográfica do território goiano fez com que, inicialmente, a agricultura tivesse um papel secundário na economia, sendo um suporte à produção pecuária extensiva, que conseguia atender ao mercado. “A frente de expansão tornou-se, no fundo, o mundo residual da expansão capitalista, o que está além do território cujas terras podem ser apropriadas lucrativamente pelo capital” (MARTINS, 2014, p. 157).

O conceito de território está longe de ser algo simples, provocando debates entre os estudiosos do tema. Esses debates ocorrem principalmente ao se buscar entender o território não apenas dentro dos conceitos da geografia, mas incluindo conceitos e ideias de outras ciências, como a antropologia, a sociologia e a economia. Para Santos et al. (2011) (2011, p. 13), “o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência”. O homem precisa agir e modificar a paisagem, e a sua ação vem carregada de ideologias, crenças e conhecimentos que culminarão na formação do território.

Nesse sentido, uma porção de terra só é considerada território quando devidamente apropriada e explorada (MORAES, 2005). Numa economia capitalista, a apropriação e o uso do território visam a integração ao mercado e à sua lógica, trata-se de uma construção social em um processo de rupturas e ajustes impulsionados pelos interesses de agentes econômicos.

[...] o território pode ser equacionado como uma construção simbólica, vinculado a um imaginário territorial. Contudo, trata-se também de uma materialidade, produzida pela apropriação material de espaços e pela dominação efetiva destes. Assim, a formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção

simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais (MORAES, 2005, p. 59).

A expansão da fronteira agrícola é um grande exemplo de como se deu a apropriação territorial no Brasil. A apropriação de um vasto “estoque” de terras que foram incluídas na lógica capitalista de produção modificou a configuração territorial, garantindo a expansão dos processos de acumulação de capital e implantando uma nova divisão do trabalho de acordo com as demandas do mercado. De uma colônia que apenas atendia os interesses da metrópole, a um importante fornecedor de *commodities* num mercado global, o território brasileiro passou por diversas mudanças, mas todas essas relações passadas deixaram marcas em nossa sociedade, sendo uma delas as grandes desigualdades regionais. A incorporação do Cerrado à produção de capital é um processo relativamente recente, porém um dos mais importantes para o entendimento da configuração territorial goiana.

Para entendermos a evolução territorial brasileira e, conseqüentemente, as mudanças ocorridas no território goiano, não podemos ignorar as principais fases da história brasileira, bem como a formação das elites políticas e seus interesses; uma vez que esses interesses contribuíram para a ocorrência, ou não, das metamorfoses no território. Cada grupo de poder, ao seu modo, contribuiu para a dinâmica territorial, incluindo ou excluindo territórios de acordo com os interesses momentâneos e o posicionamento político. Para Milton Santos, a história territorial brasileira está dividida em três períodos.

[...] podemos, *grosso modo*, admitir a existência de três grandes períodos da história territorial brasileira. O primeiro, que dura até a Segunda Guerra Mundial, é anterior à unificação do território e do mercado. O segundo, com o Brasil unificado, teria como fator dinâmico a indústria e como objetivo a construção nacional. O terceiro coincide com o processo de globalização e vige até os nossos dias (SANTOS; SILVEIRA, 2016, p. 265, grifos do autor).

Para Estevam (1997, p. 12), “o tempo de transformações no Brasil foi uno e, ao mesmo tempo, plural. Em função das desigualdades regionais, de raças, classes e culturas, frações do território assumiram ordenamento particular calcado em dinamismo, valores e símbolos próprios”. O estado de Goiás, bem como uma grande parte do país, esteve ligado, num primeiro momento, à exploração de recursos naturais e à produção agrícola, com destaque para a cana de açúcar no Nordeste e o café no Sudeste do Brasil. A busca por ouro foi o primeiro passo para a integração goiana ao território brasileiro, num processo de ocupação e povoamento que se deu de forma lenta.



A distância entre Goiás e São Paulo, principal centro comercial daquela época, e a total falta de infraestrutura tornaram esse processo uma grande aventura, e atribuindo certo heroísmo à figura do Bandeirante. Para atender as necessidades básicas dos escravos e senhores envolvidos na mineração, surge a pecuária e a agricultura como setores complementares, contribuindo de alguma forma com o povoamento goiano. “Os dez primeiros anos de mineração instalaram em Goiás quase 20.000 pessoas, que abriram caminhos, fundaram cidades, colocando em atividade grande parte do território” (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 51). O apogeu desse período foi curto, deixando como herança a atividade pecuária, que ainda não demonstrava o potencial de se tornar um grande atrativo comercial.

A capitania assemelhou-se a um mosaico desarticulado, voltado para fora de si mesmo, em decorrência de sua peculiar posição geográfica e da diversidade de "ilhas" de populações em seu território. Os caminhos abertos na era colonial – mesmo que desativados ou raramente utilizados – constituíram um rascunho para vias potenciais (ESTEVAM, 1997, p. 30, grifos do autor).

Num segundo momento, ocorre a integração de Goiás ao mercado nacional, impulsionado pelo crescimento industrial da Região Sudeste do Brasil. “No bojo do processo [de integração], Goiás constituía área de fronteira relativamente próxima a São Paulo e caracterizava-se, juntamente com Mato Grosso, enquanto o ‘segundo grande vazio nacional’ depois da Amazônia” (ESTEVAM, 1997, p. 94, grifo do autor). Com o crescimento econômico de São Paulo, ancorado na produção de café, e posteriormente numa indústria nascente, a expansão da fronteira agrícola é impulsionada, visando suprir a demanda paulista por itens básicos que darão suporte ao setor industrial. Além de fornecer itens essenciais, a expansão da fronteira permite também o surgimento de um mercado consumidor para os produtos manufaturados. “O Estado [de Goiás] tornava-se um significativo espaço econômico cada vez mais articulado ao processo de reprodução ampliada do capital” (BORGES, 2000, p. 29).

Contribuíram de forma marcante com o processo de integração, a implantação de ferrovias num primeiro momento, facilitando a comercialização da produção goiana e gerando novas possibilidades de produção de acordo com a demanda. A região do triângulo mineiro intermediava as negociações entre os produtores goianos e os compradores paulistas. Os municípios que eram beneficiados com a chegada dos trilhos experimentavam um processo de expansão produtiva e, conseqüentemente, maior acumulação. Num segundo momento, a construção de Goiânia, e toda a ideia de modernidade que esse processo trazia consigo, contribuiu ainda mais com as transformações socioeconômicas em Goiás.

A construção de Goiânia foi uma arrojada aposta a longo prazo, tornando-se uma "possibilidade geográfica" futura, mas permitindo, de imediato, amplas possibilidades de negócios, investimentos públicos com seus efeitos multiplicadores e acarretando, portanto, elementos potenciais para futura transformação regional (ESTEVAM, 1997, p. 88, grifos do autor).

O planejamento estatal e a construção de duas importantes cidades na Região Centro-Oeste contribuíram para que o estado de Goiás tivesse hoje um papel fundamental no comércio brasileiro. As construções de Goiânia, em 1934, e de Brasília, em 1960, foram obras importantíssimas para o processo de ocupação e integração da Região Centro-Oeste ao mercado nacional. É importante destacar que a necessidade de ligação dessas cidades ao estado de São Paulo impulsionou a construção de grandes rodovias que foram fundamentais para a modernização agrícola goiana. Com a expansão da fronteira agrícola incorporando as áreas de cerrado à produção capitalista, “criam-se as condições locais para uma agricultura moderna, um consumo diversificado e, paralelamente, uma nova etapa da urbanização” (SANTOS; SILVEIRA, 2016, p. 275).

O território goiano atualmente está ligado ao mercado internacional, atendendo demandas e sendo influenciado sobretudo pela República Popular da China. Goiás tem se consolidado no mercado mundial como um importante exportador de *commodities*, com destaque para a soja, a carne bovina e os minérios. Torna-se importante compreender o papel exercido pelo estado de Goiás num cenário amplo, e de que forma o estado está inserido na economia mundial, sendo influenciado por decisões tomadas nos principais polos financeiros.

Para o atendimento do proposto nesta pesquisa, o recorte temporário será da década de 1970 até o momento atual, isso se dá pela consolidação dos principais fatores que darão sustentação à modernização da agricultura em Goiás. Nesse período, os resultados de políticas regionais iniciadas principalmente nos governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek são mais visíveis. As transformações ocorridas na agricultura brasileira e, conseqüentemente, em Goiás, foram lentas e demandaram a implantação de planos e intervenções governamentais que culminaram na consolidação de Goiás como importante produtor agrícola. A década de 1970 marca, também, o início de uma das mais importantes empresas para a modernização agrícola em Goiás, especialmente no avanço da soja pelo Cerrado. Em 7 de dezembro de 1972, no governo Emílio Garrastazu Médici, foi sancionada a Lei nº 5.851, criando a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. Os objetivos da Embrapa, descritos no Artigo 2º da referida lei, consistem em “promover, estimular, coordenar e executar atividades de pesquisa, com o objetivo de produzir conhecimentos e tecnologia para o desenvolvimento agrícola do País” (BRASIL, 1972, p. 1) e demonstram a importância da agricultura para o país.

A agricultura em Goiás sofreu diversas transformações a partir de 1930, impulsionada por mudanças estruturais que ocorreram no país como um todo. A estrutura produtiva goiana que conhecemos atualmente começa a tomar forma a partir dos anos 1970, quando a produção começa a se direcionar mais ao atendimento do mercado do que à produção de alimentos essenciais para o consumo interno. O setor agrícola vai incorporando novas tecnologias, tornando-se cada vez mais dependente do aporte de capital. É a partir da década de 70 que há a consolidação do modelo agroindustrial em Goiás e o fortalecimento do que atualmente conhecemos como agronegócio.

Assim, na década de 1970, apesar da participação da agropecuária goiana não ter se alterado em relação à nacional, o crescimento foi de 8,7% do seu VA [Valor Agregado]. Destaca-se o início da modernização da atividade patrocinada pelo aumento do crédito rural, muito embora também tenha aumentado sua dependência da indústria, por um lado (máquinas e equipamentos), e agroindústria, pelo outro (como compradora de seus produtos). Nota-se, pela primeira vez, o aumento da importância da produção de produtos que ainda hoje são muito importantes na agricultura goiana (milho e soja). Por fim, é também nesse período que inicia-se o aumento da concentração da economia agropecuária em poucos municípios (JUNIOR; ROMANATTO, 2017, p. 26).

## **2.2 Políticas públicas e a participação do governo na modernização agrícola**

Para que a produção agrícola brasileira alcançasse os bons resultados apresentados atualmente, alguns fatores foram fundamentais. O primeiro desses fatores foi a abolição da escravidão no Brasil, ocorrida em maio de 1888. As dificuldades para a manutenção da mão de obra escrava já eram sentidas desde 1850, quando houve a proibição do tráfico negreiro. A mudança para o trabalho assalariado constitui importante fator na consolidação do mercado interno e, conseqüentemente, na expansão do capitalismo no Brasil. A expulsão dos escravos das terras em que trabalhavam também teve conseqüências na composição demográfica do país, com significativo aumento da população residente em cidades. “A abolição, dando alguma oportunidade de ir e vir aos negros, encheu as cidades do Rio e da Bahia de núcleos chamados africanos, que se desdobraram nas favelas de agora” (RIBEIRO, 2015, p. 146).

Ainda no século XIX, em 1850, foi promulgada a Lei de Terras no Brasil, com o objetivo de organizar a propriedade privada. “Foi a Lei de Terras que propiciou os meios para que os proprietários rurais reafirmassem de direito o monopólio da propriedade privada de terra no país” (SILVA, 1981, p. 59). Consolida-se, assim, a separação clara entre os proprietários dos meios de produção, especialmente a terra, e o proletariado, composto em sua grande maioria de antigos escravos que precisaram se adequar a esse novo modelo.

Tanto a Lei de Terras quanto a Lei Áurea foram promulgadas no período imperial, sendo que a última contribuiu de forma significativa para o golpe militar que culminou na mudança do regime, que a partir de 1889 passou a ser republicano. É importante considerarmos esse fato, pois, o governo republicano será de grande valia para a manutenção dos interesses de grandes produtores, e na formulação de políticas que permitirão a ascensão burguesa no Brasil. Na parceria entre o Estado – agora republicano – e os grandes cafeicultores, o capitalismo brasileiro se fortalece, promovendo a industrialização nacional e significativas transformações demográficas no Brasil. Mello (1984) chama a atenção para o fato do processo de industrialização brasileira ter sido lento, e ter havido no Brasil um processo de industrialização restringida.

Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeira da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial (MELLO, 1984, p. 110).

No período republicano, a população urbana apresentara crescimento enquanto a população rural declinara. Dois importantes setores tiveram predominância nesse período, o surgimento e a consolidação de indústrias que tinham como objetivo produzir no Brasil os principais itens que eram importados. As indústrias, utilizando de mão de obra assalariada, contribuíram para o fortalecimento do mercado interno e impulsionaram a demanda urbana, principalmente por alimentos. Houve maior pressão sob a agricultura, que precisou suprir a demanda urbana por alimentos, além de manter os lucros com a exportação de produtos agrícolas que ainda eram a grande fonte de riqueza para o país; nesse período, destaca-se principalmente o café produzido na Região Sudeste do país.

O crescimento da população urbana provoca a necessidade de diversificação e ampliação da produção no campo. Ao mesmo tempo, há a redução da mão de obra disponível para a produção agropecuária. Os escravos alcançaram a sua liberdade e por consequência foram expulsos das terras em que outrora viviam, sem nenhuma indenização ou assistência por parte do governo, para que a transição fosse realizada de forma a integrá-los ao novo modelo político e econômico que florescia no Brasil naquela época. Nesse cenário de incertezas e pressão, o papel exercido pelo governo na manutenção da lucratividade dos grandes proprietários de terra, e a proteção necessária à indústria nascente, será a grande marca do

governo republicado. “A industrialização e urbanização são processos complementares que costumam marchar associados um ao outro” (RIBEIRO, 2015, p. 149).

A expulsão dos escravos das grandes fazendas gerou um duplo problema de mão de obra, faltava mão de obra assalariada nas fazendas e faltava nas cidades. Isso ocorreu, pois, os antigos escravizados não se adequaram imediatamente ao novo modelo de produção e a massa de negros alforriados não foi incorporada à produção, ficando à margem da sociedade. Para resolver essa questão, o governo brasileiro patrocinou a imigração europeia. “A crise de desemprego que ocorre na Europa na passagem do século nos manda mais de 7 milhões de europeus. Quatro e meio milhões deles se fixaram definitivamente no Brasil, principalmente em São Paulo, onde renovaram toda a vida econômica local” (RIBEIRO, 2015, p. 146). A presença da mão de obra europeia provocou uma enorme mudança nas relações sociais, especialmente no campo, haja vista que o europeu não contava apenas com a proteção do Estado brasileiro, como os pobres negros; os imigrantes contavam com um aparato jurídico mais bem elaborado, mais eficiente e com a intervenção europeia para garantir alguns direitos essenciais, por exemplo, um salário justo pelo trabalho realizado.

Com o apoio, ou até mesmo a parceria, do governo brasileiro, os grandes produtores de café conseguiram bons resultados e canalizaram os recursos acumulados na produção do café para a implantação da indústria no Brasil. A produção de café voltada para exportação foi beneficiada com a política de desvalorização cambial, que garantia a renda dos cafeicultores. Além da intervenção no câmbio, a política de valorização do café, utilizada após o Convênio de Taubaté, formalizado em fevereiro de 1906, foi outra forma utilizada pelo Estado para assegurar a acumulação cafeicultora. “Nenhum outro produto colonial poderia ser objeto de uma política de defesa do tipo da que beneficiava o café” (FURTADO, 2007, p. 259).

Mello (1984, p. 99), ao analisar o tema, afirma que

a economia cafeeira capitalista cria, portanto, as condições básicas ao nascimento do capital industrial e da grande indústria ao: 1) gerar, previamente, uma massa de capital, concentrada nas mãos de determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial; 2) transformar a própria força de trabalho em mercadoria; e, finalmente, 3) promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis.

Prado Júnior (2012, p. 264) também discorre sobre o tema:

Aqueles que têm capitais aplicados na indústria são unicamente indivíduos que lograram reunir fundos suficientes para se estabelecerem nela por conta própria e independente. Alguns obtiveram grandes lucros na lavoura, particularmente do café. Quando depois de 1907, por exemplo, o café produzia larga margem de proveitos

graças à política de valorização, mas o seu plantio estava limitado e havia o perigo da recorrência da crise, muitos daqueles lucros foram aplicados na indústria que efetivamente depois de 1910, se desenvolve com rapidez.

A história da indústria no Brasil é amplamente discutida em diversos trabalhos, e não nos ocuparemos com esse tema. É importante, porém, lembrarmos da gênese industrial brasileira, pois, há uma simbiose entre o capital agrícola e a industrialização, como também há entre a urbanização e a industrialização brasileira. De certa forma, são fatores interligados e que contaram com a intervenção governamental para que os lucros fossem auferidos tanto na produção rural quanto na produção urbana. Assim, a relação campo-cidade ganhou novos contornos a partir do início do século XX, culminando no progresso técnico da agricultura, que, ao mesmo tempo em que foi impulsionado pela demanda industrial também impulsionou a indústria, tornando-se importante comprador dos chamados bens de capital. Segundo Graziano da Silva (1981), a produção capitalista se desenvolve inicialmente de forma mais lenta no campo, e vai acelerando com o progresso da indústria.

A industrialização da agricultura representa a subordinação da Natureza ao capital, quando então se liberta o processo de produção gradativamente das condições naturais dadas, passando-se a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias. Assim, se faltar chuva, irriga-se; se não houver solos suficientemente férteis, aduba-se; se ocorrerem pragas e doenças, responde-se com defensivos químicos ou biológicos; e se houver ameaças de inundação, estarão previstas formas de drenagem. A produção agropecuária deixa, assim, de ser uma esperança ao sabor das forças da natureza para se converter numa certeza sob o comando do capital (SILVA, 1981, p. 44).

O progresso técnico da agricultura proporcionou ao capital maior acumulação com a inserção do campo na lógica capitalista e financeira. Se com a industrialização e o êxodo rural temos uma separação clara entre o campo e a cidade, com o progresso técnico e a industrialização do campo temos novamente a junção do campo com a cidade em processos capitalistas. “A separação da cidade/campo só se dá por inteiro quando a indústria se muda para a cidade; a reunificação, quando o próprio campo se converte numa fábrica” (SILVA, 1981, p. 43).

O progresso técnico é visto na análise marxista como progresso das técnicas capitalistas de produção, ou seja, como um dos elementos da dominação do capital sobre o trabalho. Em resumo, todo o progresso das técnicas de produção representa antes de mais nada um progresso das técnicas capitalistas de produção, do processo de valorização do capital (SILVA, 1981, p. 24).

A análise marxista considera que o proprietário da terra extrai a chamada renda fundiária da terra, que só é possível ser extraída graças à propriedade privada da terra. Acontece que nem

toda terra gera o mesmo valor de renda fundiária e o retorno do investimento capitalista pode ser bem diferente, mesmo em terras similares, daí a importância de se compreender os conceitos de renda diferencial e renda absoluta ao estudar a produção agrícola, e como se dá a relação entre os custos na produção e o preço de venda. A renda absoluta pode ser compreendida como um tributo pago ao proprietário da terra pelo capitalista que a explora, sem ser o proprietário. O proprietário pode decidir por não utilizar a terra e deixá-la improdutiva, ou arrendá-la exigindo o pagamento da renda absoluta. O preço final deve contemplar os custos de produção e permitir a remuneração do capital empregado na produção, ou seja, deve ser suficiente para que o capitalista aufera, além de todos os custos de produção, a chamada renda diferencial.

**Quadro 1 – Conceitos de Renda Diferencial**

<b>Renda Diferencial</b>	<b>Renda Diferencial I</b>	<b>Renda Diferencial II</b>
É o lucro extraordinário, acima do lucro médio, obtido pelos capitais que operam em condições mais favoráveis de produção. É gerada pelo monopólio da utilização e exploração da terra.	Aquela fração “natural”, proveniente das diferenças de localização em relação ao mercado, e da fertilidade inerente aos tipos de solos. Se refere ao fato de que capitais da mesma grandeza aplicados em terras diferentes produzem resultados desiguais.	Aquela fração “fabricada” pela inversão suplementar de capitais, ou seja, de meios de produção e de trabalho numa mesma área de terra. Essa renda advém do fato de que capitais de mesma grandeza aplicados sucessivamente na mesma terra produzem também resultados diferentes, sendo por isso, considerada como a renda da terra proveniente da intensificação da agricultura pelo capital.

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em Graziano da Silva (1981).

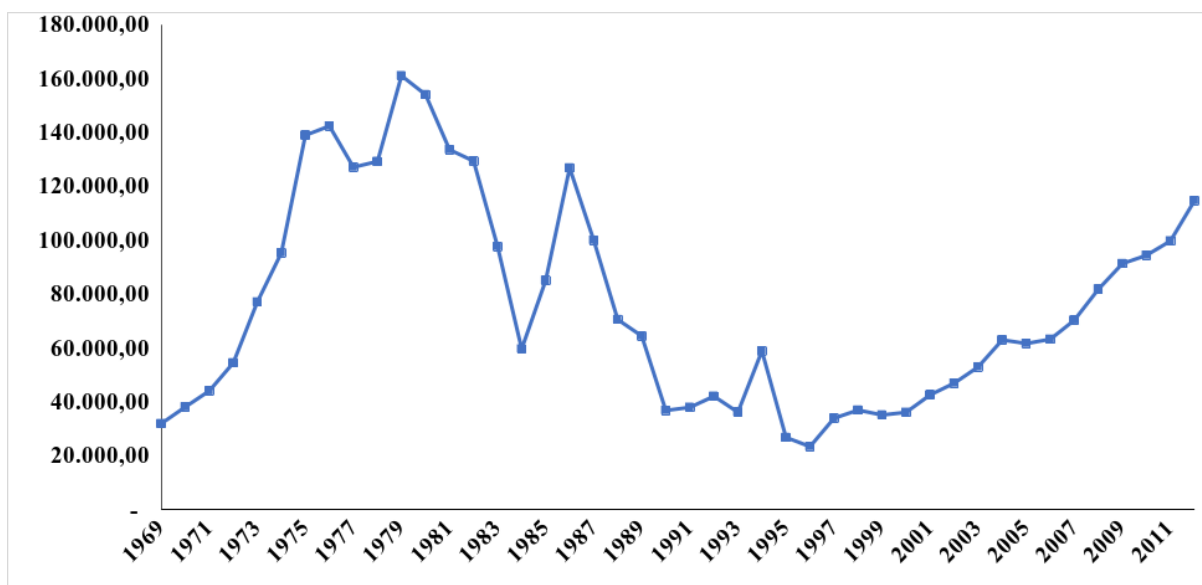
Para os propósitos deste trabalho, utilizaremos o conceito de Renda Diferencial, especialmente, a Renda Diferencial II, para discorrermos sobre a importância das políticas governamentais na modernização agrícola do país. A questão do Latifúndio não é uma novidade do século XX, ela vem desde os tempos da “empresa colonial”, e toda a economia brasileira já estava alicerçada na propriedade privada de grandes fazendas. A relação colonial não estava atrelada a grandes inversões de capitais, e a produtividade era devida a questões de fertilidades naturais, que eram extraídas ao limite; nem sempre sendo devolvido ao solo os nutrientes extraídos no processo. Ao chegar no limite de uma determinada porção de solo, mudava-se toda a estrutura produtiva para outros locais em busca de fertilidade e boa produção. A terra era

considerada um bem praticamente inesgotável, haja vista a possibilidade de sempre incorporar novas terras à produção.

Para a produção capitalista, essa realidade é transformada, mesmo mantendo como base o latifúndio, é necessária que a terra seja cada vez mais produtiva para que a lucratividade média seja cada vez maior. Dessa forma, a agricultura será cada vez mais intensiva de capital, proporcionando a obtenção da Renda Diferencial II, quando a aplicação sucessiva de capitais gera resultados diferentes. A transição para a agricultura moderna demandou um volume muito grande de capital para que fosse possível a implementação de novas técnicas à produção, e a disponibilidade de crédito subsidiado pelo governo contribuiu para essa modernização. Considera-se Crédito Rural o suprimento de recursos financeiros, por instituições do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), para aplicação exclusiva nas finalidades e condições estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR). O SNCR foi instituído pela Lei 4.829, de 5 de novembro de 1965.

O Gráfico 3 apresenta os dados disponibilizados pelo Banco Central (BACEN) sobre o volume de Crédito Rural a partir de 1969. Os valores estão corrigidos pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI), possibilitando a comparação dos valores. Os dados apresentados demonstram o crescimento no volume contratado na década de 1970, sendo o ano de 1979 o ápice dos valores negociados no período analisado. Esse montante de recurso público foi destinado à modernização e à expansão da atividade agrícola, especialmente com os valores destinados ao investimento em bens ou serviços, que segundo o BACEN deve ser estendido por vários períodos de produção.



**Gráfico 3** – Crédito Rural – valores constantes em 1.000.000 REAIS\*

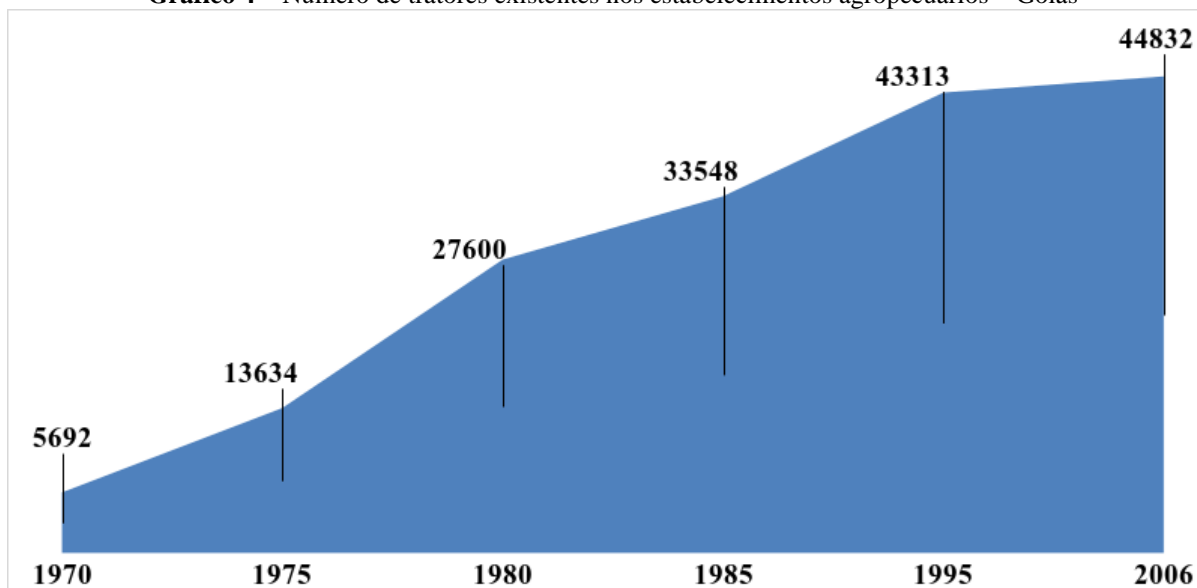
**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em Banco Central do Brasil – Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro-DEROP Registro Comum de Operações Rurais – RECOR

\* IGP-DI – Índice Médio Anual.

Na década de 1970 houve abundância de recursos disponibilizados, porém a conjuntura macroeconômica das décadas seguintes promoveu significativa redução nos valores negociados. Com sucessivas quedas nos valores negociados, somente a partir do ano 2000 os valores voltaram a apresentar crescimento, mas o resultado ainda é bem distante daquele apresentado em 1979.

Os recursos governamentais foram, então, empregados na aquisição de maquinário e insumos químicos que possibilitaram a modernização da agricultura brasileira. Os investimentos governamentais, na chamada Indústria de Base, geraram a disponibilidade de insumos e maquinários que passaram a ser utilizados pela agricultura, e essa demanda impulsionava cada vez mais o crescimento do setor industrial brasileiro. Nesse sentido, podemos dizer que o governo atuava em duas frentes. Primeiro, o governo facilitava a produção de bens industrializados, através de políticas de incentivos, como subsídios e barreiras alfandegárias, além de financiar através de linhas de crédito especiais as indústrias que iam se instalando no Brasil.

Do lado da demanda, o governo também agiu e um dos principais instrumentos de ação estatal foi o SNCR, que possibilitou ao produtor rural os recursos essenciais para adquirir os bens de capital necessários para a produção. Em Goiás, o número de tratores em estabelecimentos agropecuários teve crescimento de 385% na década de 1970, de acordo com dados do IBGE, conforme pode ser visualizado no Gráfico 4.

**Gráfico 4** – Número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários – Goiás

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em IBGE – Censo Agropecuário série histórica (1970/2006).

Mesmo se tratando de uma taxa de crescimento constante, percebe-se que a partir de 1995 a taxa de crescimento é menor. Esse fenômeno pode ser explicado pelo avanço da tecnologia embarcada em cada veículo agrícola, e o conseqüente aumento na produtividade por trator adquirido.

Desde o governo de Getúlio Vargas, o Brasil vem experimentando sucessivas ações governamentais visando o crescimento da indústria nacional. A sociedade brasileira, que passava a ser cada vez mais urbana e menos rural, apresentava problemas cíclicos que demandavam a intervenção estatal. Questões como desemprego urbano, segurança e moradia passaram a fazer parte da pauta de discussões do governo. Outra grande questão foi o equilíbrio entre a oferta de alimentos e a demanda impulsionada por uma massa de trabalhadores urbanos e que não produzem a sua própria alimentação. Essas questões promoveram diversas mudanças na agricultura brasileira e na forma como o setor agropecuário passou a ser visto pela classe política no Brasil.

Os planos para industrializar o Brasil contemplavam também a modernização agrícola. O planejamento brasileiro tinha uma visão bem ampla dos objetivos a serem atingidos economicamente e não procurava romper com nenhuma classe dominante, especialmente a classe dos grandes cafeicultores paulistas, que foi a gênese da burguesia nacional.

O planejamento global procura dar uma visão ampla do desenvolvimento da economia, fixando objetivos a atingir e procurando assegurar a consistência entre a oferta e a demanda de bens em todos os setores. Em sua fase inicial num país, porém,

não pretende ser um diagnóstico das condições econômicas gerais (um modelo de equilíbrio geral). Começa geralmente com um programa de investimentos públicos que não é apenas uma previsão orçamentária (LAFER, 1975, p. 16).

O estado de Goiás foi um dos grandes beneficiários do planejamento estatal brasileiro. Conforme se desenvolviam as regiões mais dinâmicas do país, crescia a demanda por produtos agrícolas, impulsionando assim a modernização agrícola em Goiás. “A expansão da fronteira agrícola em Goiás ocorreu em consonância com as transformações estruturais do Sudeste do país” (BORGES, 2000, p. 71). O avanço em direção à Fronteira, aliado ao planejamento estatal, conduziu a modernização agrícola em Goiás e possibilitou os ganhos de produtividade alcançados sobretudo a partir da década de 1970. Para Estevam (1997), a agricultura goiana valia-se principalmente dos fatores terra e trabalho e com pouca utilização de capital. Esse modelo de agricultura caracteriza, assim, as terras de fronteira.

O desenvolvimento regional foi um dos grandes desafios enfrentados pelo Brasil no século XX, questões como a imigração, a urbanização e a própria ocupação do território impulsionaram a expansão capitalista em Goiás. Com o apoio do Estado, o latifúndio expande-se em direção ao Oeste sem promover grandes mudanças na estrutura fundiária brasileira, os pequenos produtores tiveram seu papel na expansão agrícola goiana, porém, sem que isso garantisse alguma mudança social. Os planos governamentais beneficiaram aqueles produtores que possuíam capitais e que conseguiriam aplicá-los na expansão e modernização da agricultura.

Assim, a meta principal da política de colonização deveria ser a formação de um tipo de agricultura moderna, em que se resumissem as três funções básicas de uma empresa agrícola: capital, trabalho e administração. Com isso chegar-se-ia à formação de uma sociedade rural radicada ao solo pela posse da terra, praticando uma agricultura moderna. [...] O avanço da fronteira agrícola deveria ser implementado, preferencialmente, com imigrantes estrangeiros de nível sociocultural superior ao dos agricultores nativos (BORGES, 2000, p. 81).

Os empresários imigrantes, acostumados a um modelo de produção mais intensivo no uso de capitais, e beneficiados por programas estatais conseguiram extrair a Renda Diferencial da terra com o investimento de grandes volumes de capital. O preço da terra em regiões de fronteira também se mostrou como um grande atrativo para a imigração em Goiás, com um volume menor de capital era possível iniciar um empreendimento agrícola em terras goianas.

Os Planos governamentais implantados desde o governo do presidente Getúlio Vargas até a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), em 1974, beneficiaram o estado de Goiás com a instalação de infraestruturas, especialmente, a pavimentação de diversas

estradas ao promover a ligação do estado a outros centros comerciais. Apenas no norte do estado, através de incentivos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), foram implantados projetos para assentamento agrícola, sempre favorecendo os grandes proprietários de terras. Com a implantação do II PND, é executado um dos principais programas, que colocou o cerrado goiano em destaque, trata-se do POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados).

O POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) foi bastante explícito em seus objetivos e teve como orientação única a modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste e oeste de Minas Gerais. Distinguiu-se dos demais pela sua natureza tipicamente setorial: não visou extrapolar metas marcadamente de timbre econômico e estruturou-se em algumas atividades básicas, especificamente na dotação de infra-estrutura, pesquisa agropecuária e concessão de linhas de financiamento rural (ESTEVAM, 1997, p. 133).

De início, o POLOCENTRO favoreceu o estado de Minas Gerais, mas, com o sucesso da implantação agrícola em terras do Cerrado, logo foram direcionados investimentos para o estado de Goiás. De acordo com Shiki (1997), os recursos oriundos do programa eram destinados principalmente para a construção de armazéns, a implantação de redes de energia, a exploração do calcário e o florestamento através do Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET).

Na década de 1980, houve crise no financiamento por meio do Crédito Rural, e o surgimento de novos programas foi de extrema importância para a continuidade do processo de expansão agrícola sobre o Cerrado. O Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), criado em 14 de novembro de 1975, e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) são exemplos de programas que destinaram recursos para a continuidade da expansão da fronteira agrícola no cerrado brasileiro. A participação japonesa no PRODECER deixa claro os interesses internacionais nos cerrados como uma área estratégica de suprimento de *commodities*, principalmente a Soja Shiki (1997).

O avanço da monocultura sobre o bioma Cerrado demanda a intervenção estatal, afinal, para extrair lucro em terras pobres em nutrientes é necessário o investimento em tecnologia e pesquisa. Em outras palavras, somente uma agricultura moderna e em constante modernização consegue auferir lucro no cerrado. Graziano da Silva (1981) classifica as inovações tecnológicas na agricultura em três categorias que acompanham o progresso tecnológico da agricultura, conforme foi sistematizado no Quadro 02.

**Quadro 2** – Conceitos de inovação tecnológica

<b>Inovações</b>	<b>Características</b>
Mecânicas	Afetam de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho.
Físico-químicas	Modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção básico.
Biológicas	Afetam principalmente a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, a partir da redução do período de produção e da potenciação dos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas.

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em Graziano da Silva (1981).

A produção agropecuária que avança sobre o cerrado é uma produção capitalista e, como tal, segue a lógica da geração de capital. O capital não é regido pelas leis da natureza, e por intermédio das inovações tecnológicas consegue produzir em terras e climas que outrora eram impraticáveis. A soja plantada no cerrado é um exemplo de como a agricultura moderna consegue expandir-se, de forma lucrativa, em terras que eram consideradas improdutivas. A expansão da fronteira agrícola se torna possível graças ao avanço da tecnologia que é uma grande aliada do capital. “Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, os meios de produção criados pelo homem tornam-se progressivamente mais importante do que aqueles colocados à sua disposição pela natureza” (SILVA, 1981, p. 27).

A utilização de inovações tecnológicas em terras com alto teor de fertilidade pode gerar muito mais lucro do que a utilização em terras menos férteis, então, pode-se dizer que a utilização de processos tecnológicos em terras de fronteira é algo ilógico, uma vez que seria muito mais rentável a aplicação de capitais em terras férteis, obtendo, assim, maior Renda Diferencial. Em relação a esse questionamento não deve ser ignorado que o Capital se move em direção à fronteira após a sua aplicação e a sua acumulação nas melhores terras.

Evidentemente, o capital procura o caminho mais fácil para o seu desenvolvimento no campo, apoderando-se primeiro das terras que geram renda diferencial pela sua melhor localização e/ou fertilidade. Mas, é claro que essas vantagens naturais são limitadas, motivo pelo qual ele continua a se expandir para além das melhores terras (SILVA, 1981, p. 27).

As inovações tecnológicas que possibilitaram o avanço do capital sobre o cerrado foram facilitadas pelo financiamento estatal. O POLOCENTRO permitiu a aceleração do processo capitalista em Goiás através de linhas de crédito destinadas principalmente a grandes proprietários de terra. Os pequenos produtores não conseguiam se beneficiar das linhas de crédito disponibilizadas pelo programa, principalmente pela dificuldade em atender aos requisitos burocráticos para comprovação da viabilidade financeira. O Estado associou-se, dessa forma, ao grande empresário rural e garantiu o avanço da agricultura moderna em Goiás. “Não fosse o peso da intervenção estatal dificilmente se projetaria com tamanha rapidez o processo capitalista de ocupação da fronteira. Neste sentido, o Estado brasileiro caracterizou-se como o principal veículo de generalização das relações capitalistas no campo” (ESTEVAM, 1997, p. 135). O Crédito Rural possibilitou a aquisição de maquinário agrícola e, juntamente com o maquinário, a utilização de insumos que possibilitaram o aumento da produtividade, especialmente de grãos.

Outra forma que o Estado utilizou para beneficiar a produção agrícola foi por meio da Embrapa, cuja atuação contribuiu para a modernização agrícola em Goiás. Para Graziano da Silva (1981, p. 37) “a EMBRAPA deu ênfase a programas de desenvolvimento da produção animal e vegetal através de melhoramento genético em especial nas regiões dos cerrados”. O desenvolvimento de sementes melhoradas foi e continua sendo de extrema importância para a produção agropecuária no cerrado. Nesse sentido, é importante destacar o papel da EMBRAPA, pois o Estado assume os custos relacionados à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias que posteriormente serão distribuídas aos capitalistas. A questão das pesquisas tecnológicas para o cultivo no Cerrado é tão importante que a EMBRAPA dedica uma unidade específica para o Cerrado.

A Embrapa Cerrados foi criada para o desenvolvimento do Centro-Oeste com o objetivo de desenvolver sistemas agrícolas viáveis para o Cerrado. A pesquisa agropecuária desenvolvida pela empresa estabeleceu como missão o desenvolvimento de tecnologias para viabilizar a ocupação do Cerrado e mitigar as principais limitações ao uso agrícola das terras do Cerrado. Os problemas como a baixa fertilidade dos solos, a incidência de pragas e a presença de doenças em áreas de monocultura dificultavam a produção de forma rentável, fatores esses que motivaram o desenvolvimento de inúmeras pesquisas que visavam a melhor adaptação da agricultura moderna ao cerrado brasileiro.

Em suma, o papel do Estado na modernização agrícola baseou-se no fornecimento de crédito subsidiado aos agricultores, beneficiando principalmente os grandes proprietários de

terras; e promovendo as inovações tecnológicas por meio de pesquisas, com destaque para a atuação da EMBRAPA.

### 2.3 O funcionamento da cadeia produtiva do agronegócio

Atualmente não é possível analisar a agricultura como um setor isolado dentro da economia nacional. Os outrora conhecidos setores primário, secundário e terciário estão cada vez mais interligados, e o termo Agronegócio tem se mostrado mais elucidativo em relação à produção agropecuária. A soja, por exemplo, ao ser considerada uma *commodity* agrícola traz consigo toda uma cadeia de produtos e serviços que visam a acumulação capitalista de empresários dentro do agronegócio.

De acordo com Araújo (2020), o termo agronegócio só foi difundido no Brasil na metade da década de 1990 e trata-se de uma derivação do termo *agribusiness* que, nos Estados Unidos, já era utilizado desde 1957, sendo lançado pelos professores John Davis e Ray Goldberg, ambos da Universidade de Harvard.

O termo *agribusiness* espalhou-se e foi adotado pelos diversos países. No Brasil, essa nova visão de “agricultura” levou algum tempo para chegar. Só a partir da década de 1980 começa a haver difusão do termo, ainda em inglês. [...] O termo *agribusiness* atravessou praticamente toda a década de 1980 sem tradução para o português e foi adotado de forma generalizada, inclusive por alguns jornais, que mais tarde trocaram o nome de cadernos agropecuários para *agribusiness* (ARAÚJO, 2020, p. 5-6).

Graziano da Silva (1998) afirma que o conceito de *agribusiness* foi ampliado por Goldberg em 1968, após o estudo de alguns “complexos” na Flórida, incluindo as *agribusiness industries*. Fizeram parte desse estudo os complexos do trigo, da soja e da laranja. Percebeu-se que o destino dos produtos agrícolas já não era o consumidor final, mas sim as agroindústrias, e isso forçou a mudança no conceito original de *agribusiness*, abrindo caminho para o estudo de subsistemas e as inter-relações existentes na produção de um determinado produto.

Os trabalhos da Escola de Havard tiveram o grande mérito de deslocar o centro da análise “de dentro para fora da fazenda”, evitando tratar o setor agrícola como isolado do resto da economia. A ideia de *agribusiness*, não apenas ressalta os vínculos intersetoriais existentes, como coloca a produção agrícola como parte de um “sistema de *commodities*” muito mais amplo, enfatizando as suas relações com o mundo dos grandes negócios (SILVA, 1998, p. 66, grifos do autor).

Além dos estudos desenvolvidos nos Estados Unidos, outro importante conceito aplicado à produção agrícola surge na França, trata-se do conceito de *filière*. Enquanto o

conceito americano visualizava a produção agrícola em forma de sistemas, ligando a produção nas fazendas a outros setores da economia, o conceito francês trazia a ideia de cadeia na produção, estudando os fluxos e os encadeamentos por produto dentro de cada subsetor envolvido na produção agrícola. Os subsistemas envolviam: as indústrias responsáveis pelo fornecimento de insumos à produção, também chamadas de “indústrias a montante”; a produção agropecuária; e as agroindústrias responsáveis pelo processamento dos produtos agrícolas, agora, transformados em insumos. Além disso, as agroindústrias também são conhecidas como “indústrias a jusante”.

**Quadro 3** – Sistemas envolvidos na produção agropecuária

<b>SISTEMA A MONTANTE</b>	<b>PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA</b>	<b>SISTEMA A JUSANTE</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Máquinas;</li> <li>• Implementos;</li> <li>• Defensivos;</li> <li>• Fertilizantes;</li> <li>• Corretivos;</li> <li>• Sementes;</li> <li>• Pesquisa;</li> <li>• Tecnologia;</li> <li>• Financiamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preparo e manejo de solos;</li> <li>• Plantios;</li> <li>• Tratos culturais;</li> <li>• Irrigação;</li> <li>• Colheita;</li> <li>• Formação e manutenção de pastagens.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Armazenamento;</li> <li>• Beneficiamento;</li> <li>• Abate de animais;</li> <li>• Industrialização;</li> <li>• Embalagens;</li> <li>• Distribuição;</li> <li>• Logística de transportes;</li> <li>• Propaganda.</li> </ul>

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em Araújo (2020).

O importante, em ambos os conceitos, é compreender que a produção segue um fluxo baseado em informações e em disponibilidade de capitais. “Pode-se dizer que tanto o conceito de sistema agroindustrial do grupo de Montpellier [*filière*], como o de *agribusiness* de Goldberg e seus seguidores são apenas redefinições do agregado setorial macroeconômico na fase da agricultura industrializada” (SILVA, 1998, p. 70).

Conclui-se, então, que o termo Agronegócio abarca uma série de complexos agroindustriais que estão inter-relacionados. O complexo da soja, por exemplo, está ligado a outros complexos, como o milho e a carne. Parte da produção de soja é destinada às indústrias de ração, que fornecerão insumos para a produção de carne. A plantação e o manejo da soja podem ser realizados conjuntamente com a plantação do milho, e utilizar de tecnologias e maquinários similares no processo, o que impacta nas decisões de produção. O foco deste trabalho é analisar parte do complexo da soja, especialmente aquele voltado à exportação. Sendo assim, doravante utilizaremos os conceitos de Complexo Agroindustrial (CAI) e



Complexo Agroexportador da Soja (CAS) para analisar com mais precisão o objeto de pesquisa deste trabalho.

As grandes transformações pelas quais a agricultura goiana passou, com destaque para as ocorridas na década de 1970, possibilitaram o surgimento de Complexos Agroindustriais. A agricultura deixa de ter o seu foco apenas na alimentação, modelo agroalimentar, e passa a ter contornos cada vez mais capitalistas com foco na comercialização de insumos para o mercado interno, e, após a década de 1990, também para o mercado externo. A modernização da agricultura promove a integração da produção agrícola a outros setores da economia num processo de simbiose, nesse processo, o destaque é a integração com a indústria, que além de fornecer o maquinário necessário para a industrialização da agricultura, passa a demandar insumos agrícolas.

Para Lunas (2001, p. 30), “o conceito de CAI é um processo de interdependência entre os setores industriais e o setor rural resultado de um processo histórico, iniciado pela modernização agrícola, que tem se aprofundado com a industrialização da agricultura.” O recorte temporal deste trabalho coincide com a constituição e o crescimento desses complexos, que serão fundamentais para a economia goiana, bem como, para os resultados alcançados no comércio internacional. Graziano da Silva (1998 p.31) afirma que

a constituição dos CAIs pode ser localizada na década de 70, a partir da integração técnica intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras. [...] A partir daí não é mais a agroindústria que comanda a dinâmica industrial como um todo. Ao contrário, a agroindústria passa a depender diretamente do desenvolvimento do setor industrial de máquinas e equipamentos para si própria e para a agricultura.

Pode-se dizer que a constituição dos CAIs é o último de três processos pelos quais a agricultura brasileira passou no século XX. Embora sejam complementares, é importante compreender as diferenças entre cada processo. O primeiro processo é o da modernização agrícola, da qual falamos na seção anterior, que tem a alta demanda por importações como uma das suas principais características. A modernização se deu mediante a inserção de maquinário e outras inovações na produção agrícola, impulsionando a industrialização nacional e contribuindo para que fosse implantada a Política de substituição de importação no Brasil.

Num segundo momento ocorre a industrialização da agricultura, quando a indústria nacional consegue produzir Bens de Capital e insumos voltados especificamente para a agricultura. Esse processo ocorre entre os anos de 1965 e 1975, e foi impulsionado pela intervenção estatal. Com a modernização e a industrialização agrícola é possível integrar os

processos, formando os CAIs. Doravante, a modernização agrícola não depende da capacidade de importar insumos e maquinário, os limites agora são colocados pela própria dinâmica agrícola e pelo capital inserido nessa atividade (SILVA, 1998).

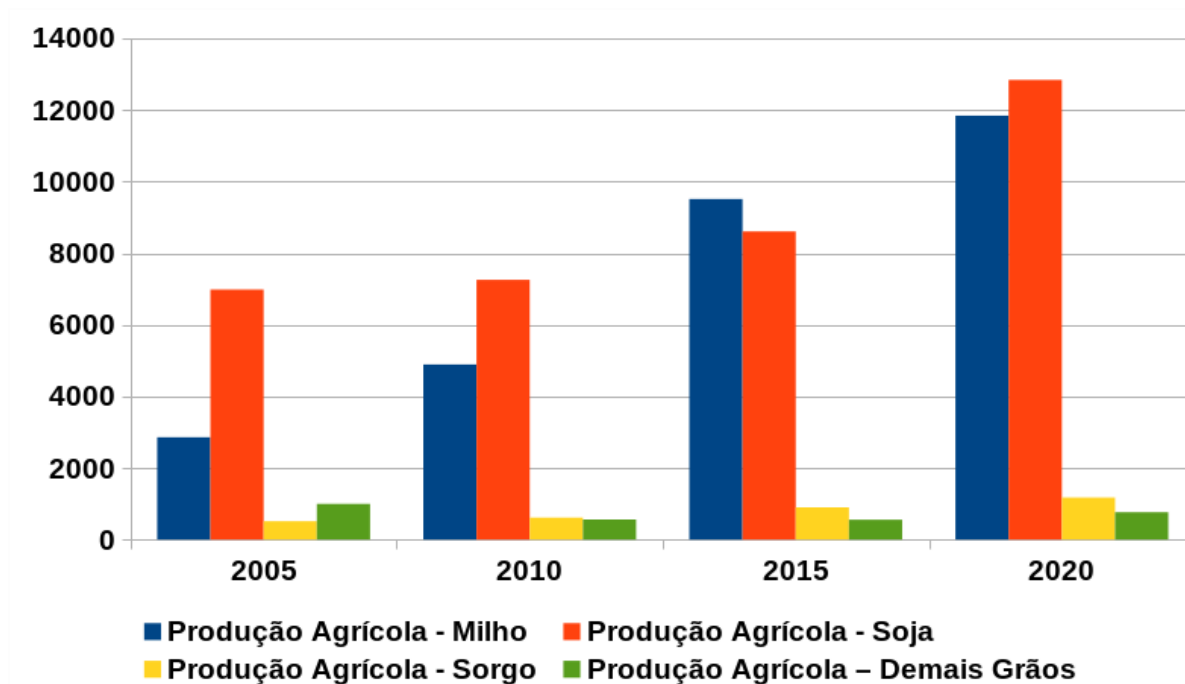
A produção de soja em Goiás tem apresentado crescimento acelerado nas últimas décadas. Os dados da Tabela 2 demonstram que entre os anos 2000 e 2018 o crescimento da produção foi de 178,42%, enquanto a área colhida cresceu 120,76% em todo estado, demonstrando ganhos de produtividade na produção da soja goiana.

**Tabela 2** – Produção de soja em Goiás em anos selecionados

Ano	Área Colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)
2000	1.491.066	4.092.934
2005	2.663.380	6.983.860
2010	2.445.600	7.252.926
2015	3.260.025	8.606.210
2018	3.291.668	11.395.436

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) / Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB).

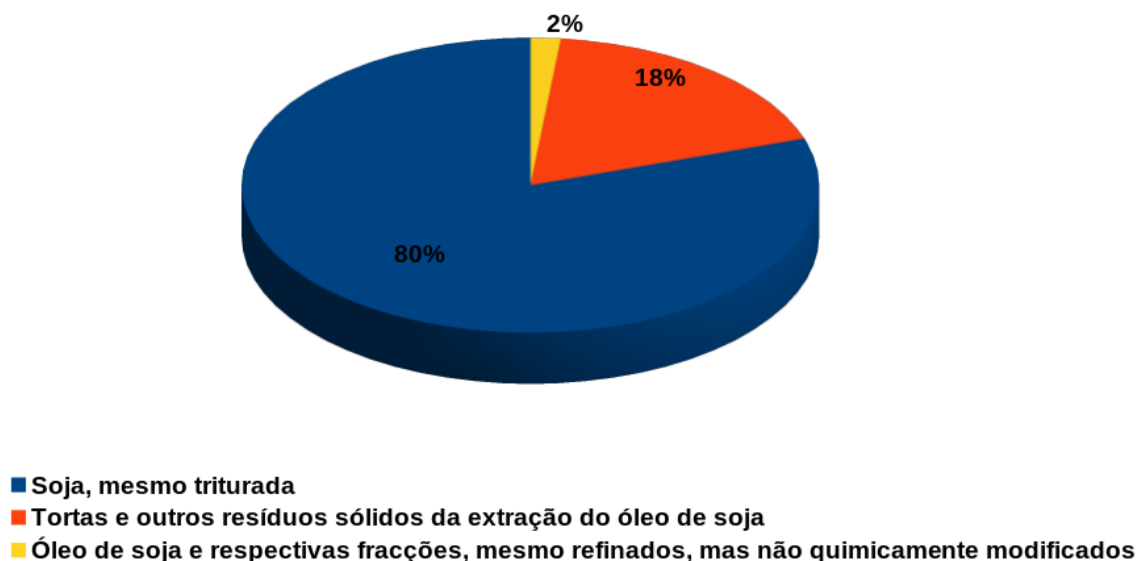
Ao analisarmos a produção de grãos em Goiás, comparando-a com a produção de soja, conclui-se que, em média, a soja corresponde a aproximadamente 50% da produção de grãos no estado. Além da soja, destaca-se também a produção de milho e sorgo, que são os principais grãos produzidos no estado, e que possuem forte ligação com o CAI da Carne. A produção de grãos vem crescendo ano a ano impulsionada pelo aumento da produção de milho e soja. No ano de 2020, 97,13% da produção de grãos no estado concentrou-se em três itens: a produção de soja, com 48,24%, seguida pela produção de milho e de sorgo com 44,49% e 4,41%, respectivamente. Veja o Gráfico 5.

**Gráfico 5** – Produção de grãos em Goiás – anos selecionados (1.000 toneladas)

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em IBGE/IMB (Instituto Mauro Borges de Estatísticas) e Estudos Socioeconômicos.

Parte da produção é direcionada ao CAI da soja, para ser esmagada. Após o esmagamento é extraído o óleo que é muito utilizado na alimentação brasileira, e o farelo que é utilizado como insumo na produção de rações. Tanto o óleo quanto o farelo também são exportados, mas a exportação de grãos *in natura* corresponde a maior parcela do comércio exterior. No ano de 2020, pouco mais de 78% das exportações do Complexo soja foram do item “Soja, mesmo triturada”, sendo exportado U\$ 2.377.308.139 e 6.954.054 toneladas. A exportação de óleo de soja foi de U\$ 101.283.371; enquanto a exportação de tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja foi de U\$ 552.956.666, com participação de 3,34% e 18,24% respectivamente. As informações foram plotadas no Gráfico 6 para melhor visualização das informações.

**Gráfico 6** – Exportação goiana de soja e derivados no ano de 2020 – Valor FOB (US\$)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em COMEX STAT – Ministério da Economia.

Conclui-se que a soja é um dos itens mais importantes do agronegócio goiano e muito importante na contabilidade social do estado. Dada a sua importância no comércio mundial, as decisões sobre a produção são cada vez mais influenciadas por fatores exógenos. Benko (1998), ao descrever o processo de globalização da economia e a dualidade entre o global e o local, compreende que as regiões produtivas estão cada vez mais especializadas e cada vez mais dependentes, apesar de tudo, das outras regiões. O mesmo pode ser dito do estado de Goiás, especialmente do agronegócio, que depende cada vez mais das decisões tomadas nos grandes centros comerciais. O Complexo Agroexportador da Soja, conforme veremos nos próximos capítulos, possui grande relação com as decisões geopolíticas dos formuladores de política chineses.

Esses novos eixos produtivos constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais, sob direção do capital transnacional, que já não obedecem a projetos nacionais de desenvolvimento, sendo o capital mundial, ao contrário, o que define que nichos privilegiar e impulsionar nas economias específicas. Nas novas condições, até o imaginário despertado com a industrialização em torno da produção sob direção local e com respostas a necessidades nacionais acabou por ser derrubado (OSORIO, 2012a, p. 113).

O agronegócio segue sendo importante para a economia nacional, principalmente para os saldos da Balança Comercial. Para o estado de Goiás, a importância do setor é ainda maior, impulsionando a economia de municípios no interior do estado. Torna-se importante o estudo das relações que envolvem Goiás e os principais importadores de *commodities*, como a soja, para entender melhor os resultados apresentados pelo setor. A entrada de capital estrangeiro

garante a continuidade dos processos de inovação do CAI da soja, que se converte em maior lucratividade e maior acumulação capitalista.

## 2.4 As inovações tecnológicas na produção da soja

A soja [*Glycine max* (L.)] é uma planta herbácea pertencente à família das leguminosas, subfamília das papilionáceas, e à tribo das phaseoleae. Possui caule ereto com tamanho que pode variar de 0,5 a 1,5m, com folhas trifoliadas e raízes ramificadas que podem chegar a 1,80m de comprimento. Desenvolvem vagens (legumes) que podem conter de uma a cinco sementes lisas, elípticas ou globosas. É uma planta muito dependente da luz solar e o fotoperiodismo exerce um importante papel na adaptação da planta a determinadas regiões (MATTOS, 1987).

A soja hoje cultivada mundo afora é muito diferente dos ancestrais que lhe deram origem. Nos seus primórdios, a soja era uma planta rasteira e habitava a costa leste da Ásia, principalmente a região norte da China. Sua evolução ocorreu de plantas oriundas de cruzamentos naturais entre duas espécies de soja selvagem, que foram domesticadas e melhoradas por cientistas da antiga China (DALLAGNOL *et al.*, 2007, p. 1).

A origem da soja não é um consenso entre os principais estudiosos do tema, sabe-se que há milênios a soja é produzida e consumida na Ásia, especialmente na China e no Japão, sendo uma importante fonte de proteínas na alimentação humana. O plantio experimental de soja na Europa teve início em 1739, quando o Jardim Botânico de Paris recebeu algumas sementes enviadas da China por missionários. Nos Estados Unidos, os primeiros relatos datam de 1804, na Pensilvânia (BONATO; BONATO, 1987).

Segundo Mattos (1987), a soja chegou ao Brasil no ano de 1882 no estado da Bahia. Outras experiências ocorreram em São Paulo por volta do ano 1908, e no Rio Grande do Sul em 1914. Inicialmente o plantio de soja tinha caráter experimental e o seu consumo não fazia parte da cultura brasileira. A produção comercial de soja no Ocidente ganhou fôlego a partir da década de 1940, o que provocou mudanças também na produção brasileira.

Até o início da década de [19]50, a produção esteve concentrada no Oriente. Destacavam-se, como os principais produtores, a China, a Manchúria, o Japão e a Coréia. A partir de 1940, a produção começou a crescer em ritmo mais acelerado no Ocidente, especialmente nos Estados Unidos. Em 1942, os Estados Unidos passaram a ocupar o primeiro lugar na produção mundial. Nesse ano, sua produção representou 36,5% do total mundial (BONATO; BONATO, 1987, p. 10).

Em relação à produção nacional, a soja começou a ganhar importância também nesse período. Até o ano de 1940, a soja foi cultivada em instituições de pesquisa, com fins experimentais e por colonos japoneses, que já tinham incluído a planta à sua alimentação, porém, sempre em pequena escala. A partir de então começou a ser utilizada na alimentação de porcos, e a primeira exportação de excedentes ocorre em 1949, no Rio Grande do Sul. (MATTOS, 1987).

Inicialmente a produção de soja foi incorporada à produção agropecuária brasileira como insumo à produção de carne. O esmagamento da soja possibilitou a utilização do grão em dois segmentos que alcançaram sucesso ao longo dos anos. Em primeiro lugar, o farelo de soja, rico em proteína, constitui um importante insumo na produção de rações para alimentação de animais produtores de carne. Outro produto extraído após o esmagamento da soja é o óleo, que se tornou tradicional na alimentação brasileira, substituindo os óleos de origem animal. Além do óleo de soja, utilizado na alimentação e na indústria de alimentos processados, há também a demanda por biocombustível, em que a soja tem destaque na produção nacional (DALLAGNOL *et al.*, 2007).

O crescimento da demanda pela soja impulsionou a busca por novas terras. A adaptação da oleaginosa na Região Sul do país se deu, principalmente, pelas características similares entre o clima dos estados sulistas e o clima dos Estados Unidos, de onde vieram as primeiras sementes. A expansão territorial só foi possível após a melhorias genéticas das sementes comercializadas no Brasil, uma vez que, inicialmente, as condições edafoclimáticas não eram favoráveis. De acordo com Brasil (2021), os cultivares de soja ofertados estão agrupadas em convencional; transgênicas com tolerância ao herbicida glifosato (RR); e transgênicas com tolerância ao glifosato e controle de um grupo de lagartas (Intacta RR2 PRO™).

Todos os cultivares estão carregados de biotecnologia, possibilitando os ganhos de produtividade nas diferentes condições edafoclimáticas do Brasil. A escolha dos cultivares por parte dos produtores deve levar em consideração alguns fatores. Para facilitar a escolha, estudos da Embrapa Soja dividiram o território nacional em Macrorregiões Sojícolas e em Regiões Edafoclimáticas. Os municípios de Rio Verde e Jataí estão enquadrados na Macrorregião 3 – SUDESTE, e na Região Edafoclimática REC 301. Com base nessas informações, o produtor consegue selecionar a semente mais produtiva em qualquer cultivar escolhido.

Há, no Brasil, uma grande discussão sobre o uso de sementes geneticamente modificadas, também conhecida como transgênicas. Atualmente cerca de 80% da produção brasileira de soja é geneticamente modificada, com destaque para as Regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil (KORB; GASPARINI; MENDONÇA, 2012). A exportação de grãos, com baixo

Valor Agregado, e os custos oriundos da logística para o escoamento da produção até os portos, localizados a quilômetros de distância das lavouras, comprometem a lucratividade do Complexo agroexportador, e é um dos principais impulsionadores do uso de sementes transgênicas na produção. Aliada a outros aportes tecnológicos, como o uso de máquinas de última geração, as sementes podem reduzir os custos e aumentar a produção de grãos.

Cultivares melhoradas, portadoras de genes capazes de expressar alta produtividade, ampla adaptação e boa resistência/tolerância a fatores bióticos ou abióticos adversos, representam usualmente uma das mais significativas contribuições à eficiência do setor produtivo. O ganho genético proporcionado pelas novas cultivares ao setor produtivo tem sido muito significativo – cerca de 1,38% ao ano (BRASIL, 2013, p. 96).

O fato é que grandes grupos empresariais organizam e controlam a distribuição de sementes, geralmente aliadas à aquisição de outros produtos “exclusivos”, como herbicidas e fertilizantes, gerando grande lucros às indústrias que fazem parte do segmento “antes da porteira”. O debate ético sobre o uso das sementes transgênicas não será objeto de estudo neste trabalho, outros pesquisadores têm trazido muito mais luz a um tema tão caro à saúde da sociedade brasileira. Para o foco deste estudo, é importante considerar que as inovações biotecnológicas também fazem parte da modernização agrícola e influenciam as decisões dos produtores rurais.

O avanço da produção de grãos sobre o bioma Cerrado também demanda muita tecnologia no preparo e no manejo do solo. Para a incorporação de novas terras ao processo produtivo, são necessários alguns estudos e o investimento na preparação do solo de acordo com as características das sementes a serem plantadas.

De modo geral, essas áreas a serem incorporadas são novas e seu preparo exige investimentos, sobretudo em desmatamentos, limpeza de tocos e raízes e uso de corretivos de solos (calcários e outros fertilizantes). [...] Após a retirada de amostras de solos, procede-se ao levantamento topográfico da área, a fim de efetuar as medidas de prevenção de erosão e outros cuidados conservacionais de solos (ARAUJO, 2020, p. 52).

A questão de preparação do solo é de fundamental importância para o sucesso da plantação, bem como para a sua sustentabilidade. Após o plantio, o solo também recebe a atenção do produtor num processo chamado de manejo do solo ou tratos culturais.

O manejo do solo para a semeadura é a primeira e talvez a mais importante operação a ser realizada. O mesmo compreende um conjunto de práticas que, quando usadas racionalmente, resultam em alta produtividade das culturas com baixos custos. Por

outro lado, quando usadas de maneira incorreta, podem levar o solo rapidamente à degradação física, química e biológica, diminuindo o seu potencial produtivo (CONTE *et al.*, 2020, p. 55).

Com o intuito de evitar o uso excessivo de maquinário agrícola, e a produção insuficiente de fitomassa com a conseqüente redução da cobertura do solo, a Embrapa sugere a adoção do Sistema Plantio Direto (SPD). Com a utilização desse sistema, o plantio da soja será feito intercalado com outras culturas, como o milho, que deixarão resíduos no solo, favorecendo a soja no momento do plantio.

O SPD é um sistema conservacionista de manejo do solo, fundamentado na mínima mobilização do solo, na sua cobertura permanente por culturas ou por seus resíduos e pela adoção de modelos de produção diversificados, baseados na rotação e consorciação de culturas. No Brasil, o SPD surgiu no início da década de 1970 a partir de experiências pioneiras de produtores do Paraná (CONTE *et al.*, 2020, p. 56).

Ao adotar esse sistema, o produtor consegue conciliar boa produtividade com rentabilidade. É necessário, porém, que seja feito um bom planejamento para que a produção de soja seja aliada a outra cultura com elevada produção de fitomassa, a qual será utilizada na cobertura do solo, elevando a quantidade de matéria orgânica no solo e contribuindo para a adição de carbono ao solo.

Além da preocupação com a qualidade do solo, outra importante questão para o sucesso da produção é a irrigação. “A irrigação consiste na adição de água ao solo na quantidade e periodicidade requeridas pelas culturas e pelos métodos mais adequados.” (ARAÚJO, 2020, p. 53). Cada vez mais há a necessidade de planejar o consumo eficiente de cada insumo, e os recursos hídricos também devem fazer parte dessa equação. As características de cada porção de solo determinam a quantidade mais eficiente de insumos, como herbicidas e fertilizantes. Nesse sentido, a Agricultura de Precisão (AP) ganha terreno, fazendo com que os grandes produtores tenham o máximo de controle possível sobre os resultados da produção. A AP pode ser entendida como um “sistema de gestão que leva em conta a variabilidade espacial do campo com o objetivo de obter um resultado sustentável social, econômico e ambiental” (INAMASU; BERNARDI, 2014, p. 22).

Para a realização de um bom planejamento é necessário ter em consideração a variabilidade espacial, ou seja, não é possível tratar de maneira uniforme toda a área disponível para a produção. Até mesmo em propriedades menores não é viável considerar uniformemente toda a área, sendo necessário considerarem as aptidões agronômicas de cada porção do solo



(INAMASU; BERNARDI, 2014). Os dados geoestatísticos devem ser analisados e, com uso de maquinário com recursos tecnológicos compatíveis, o planejamento deve ser executado.

A disponibilização de sinal de satélites GPS, viabilizou a instalação de receptores em colhedoras, possibilitando armazenar dados de produção instantânea associada à coordenada geográfica. Em 1996, surge no mercado colhedoras com capacidade de mapeamento da produção, gerando o *boom* da Agricultura de Precisão no mundo, tornando possível a prática de mapeamento e aplicação de insumos à taxa variada por meio de máquinas (INAMASU; BERNARDI, 2014, p. 22).

A produção agrícola demanda, cada vez mais, o uso intensivo de tecnologia, o que também significa o uso intensivo de capital. O crescimento comercial da produção de soja, até se tornar uma importante *commodity* agrícola, se beneficiou da intervenção estatal que culminou nos processos de modernização agrícola. Os segmentos “antes da porteira” foram beneficiados com políticas públicas que favoreceram a industrialização dos principais insumos, bem como garantiram o crédito necessário para que os produtores adquirissem os avanços tecnológicos produzidos pelo setor industrial voltado para a agricultura.

No segmento dentro da porteira, os produtores foram beneficiados com a política de crédito subsidiado, além das políticas de preços mínimos, que deram a segurança necessária para que o capital pudesse se expandir pelo campo. Como dito anteriormente, essas políticas permitiram o avanço da soja em direção ao bioma Cerrado, transformado em fronteira agrícola, onde uma vasta variedade de vegetação é substituída pela monocultura e pastagens, comprometendo a sobrevivência do bioma nas próximas décadas.

Em relação ao segmento “fora da porteira”, a promulgação da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, também conhecida como Lei Kandir, ao garantir a isenção do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre as exportações, inclusive de “produtos primários”, favoreceu o setor agroexportador. Se as questões logísticas comprometem a competitividade do setor no comércio mundial, a forte representação do agronegócio na política brasileira garante alguns incentivos e proteções ao setor. No caso do setor agroexportador de soja em Goiás, as relações bilaterais, envolvendo o Brasil e a China, tiveram grande influência nos resultados obtidos nas últimas duas décadas. Esse assunto será abordado mais detalhadamente no próximo capítulo.

### **3 A RELAÇÃO DEPENDENTE DA ECONOMIA GOIANA, ANÁLISE DOS RESULTADOS ECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DE RIO VERDE E JATAÍ**

Estudar a economia brasileira e a sua relação com o capitalismo mundial tem sido o trabalho de importantes pensadores ao longo dos últimos anos. No século passado (século XX), houve diversos debates entre pensadores brasileiros e latino-americanos, cuja maior parte convergia para a conclusão de que a economia nacional comportava um caráter dependente em relação ao capitalismo mundial. Aparentemente, não havia conformismo entre os teóricos, e a maioria das teorias propunha caminhos para que o Brasil rompesse a barreira do subdesenvolvimento; a forma como analisavam o passado e projetavam o futuro era o que os diferenciavam e os colocavam em lados opostos. Esse antagonismo de ideias foi muito importante para consolidar o pensamento econômico brasileiro e avançar na construção de teorias próprias que conseguissem responder aos problemas aqui vivenciados.

Enquanto o mundo vivia o pós-guerra e o florescimento das políticas Keynesianas, tendo como pano de fundo a Guerra Fria envolvendo os Estados Unidos e a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as principais teorias se mostravam insuficientes para explicar os problemas do “novo mundo”. Não é mistério que os tradicionais teóricos sociais e econômicos se preocuparam em explicar os problemas ocidentais, focando principalmente na Europa e só recentemente nos Estados Unidos. É nesse contexto que surgem e ganham destaque pensadores que leem os clássicos, mas se voltam para os problemas domésticos, propondo-se a estudar as características e as particularidades que as tradicionais teorias ignoravam, ou simplesmente não acompanhavam.

Há de se destacar o trabalho de Celso Furtado e Raúl Prebisch, importantes pensadores sobre a relação periférica da América Latina. Furtado, além de atuar no campo teórico, propôs e executou políticas públicas, sendo a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) uma de suas mais importantes contribuições práticas. Em âmbito regional, destaca-se o trabalho da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que é vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU) e visa propor soluções para os problemas econômicos e sociais dos países latino-americanos, da qual surgiram muitos pensadores que contribuíram, e ainda contribuem, com o debate das questões periféricas que envolvem o Brasil e seus países vizinhos. Por fim, a escola de pensamento oriunda da CEPAL ficou conhecida como estruturalismo.

Quando o assunto é o capitalismo periférico latino-americano, a partir da década de 1940, a escola desenvolvimentista procurou pautar o debate e, dela, derivou a explicação para

a dependência postulada por Fernando Henrique Cardoso em parceria com Enzo Faletto (1981), além do próprio estruturalismo cepalino (XAVIER, 2018). O foco estava nas questões endógenas, sendo o subdesenvolvimento atribuído, até mesmo, a questões culturais. Para os pensadores desenvolvimentistas, tanto os problemas do passado quanto os do futuro passavam por questões estruturais, ignorando ou reduzindo o peso dos fatores exógenos, como o poder imperialista, tão discutido por pensadores marxistas, como Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo. Em contraponto a esse conjunto de ideias postulado pelos desenvolvimentistas, surge a Teoria Marxista da Dependência (TMD), teoria essa que utilizaremos como aporte teórico em nossa discussão.

Inicialmente, é importante destacar o que diferencia a TMD das demais correntes teóricas brasileiras, e o porquê da sua aplicação ainda ser válida para explicar as barreiras que continuam a impedir o Brasil de figurar entre o pequeno grupo de países desenvolvidos. Segundo Katz (2020, p. 98), “os teóricos da dependência polemizaram com as interpretações liberais que atribuíam o atraso regional à absorção insuficiente da civilização ocidental ou à herança cultural indígena, mestiça e hispano-portuguesa”. Para Xavier (2018, p. 388), “a Teoria Marxista da Dependência (TMD), legada por Ruy Mauro Marini e outros intelectuais latino-americanos, mostra que não é correto admitir a condição periférica de uma dada economia em virtude apenas de sua dinâmica interna”.

A Teoria Marxista da Dependência é fruto do trabalho intelectual de Ruy Mauro Marini, Theotonio Santos e Vânia Bambirra. Entre os anos de 1960 e 1970, os três autores se debruçaram sobre as teorias marxistas na tentativa de explicar o atraso dos países latino-americanos. Outro importante pensador foi Andre Gunder Frank, complementando a TMD com a visão de metrópole satélite. Partilhando de similaridades e diferenças, “ambas as visões confrontavam com a tese de desenvolvimento associado dependente proposto por Fernando Henrique Cardoso” (KATZ, 2020, p.97). Frank focou principalmente na polarização entre os países centrais e os periféricos, considerando, em sua análise, os países latino-americanos de forma homogênea, enquanto Marini, Bambirra e Santos focavam nas especificidades de cada país e em como as causas do subdesenvolvimento eram diferentes. Impulsionados pelos efeitos da Revolução Cubana e pela possibilidade de construção de uma nova sociedade, obviamente pendendo para o lado socialista da polarização ideológica do pós-guerra, eles procuram aprofundar seus estudos sobre a relação dependente, acrescentando o trabalho de outros intelectuais marxistas mundo afora.

Marini, Bamberger e Santos tentaram moldar o marxismo ao estudo da nova realidade latino-americana do pós-guerra. Por essa razão, eles embarcaram na mesma busca de noções específicas que Baran-Sweezy enfrentavam com o excedente; Amin, com valor mundial; e Mandel com as “ondas longas”. Essa investigação seguiu, por sua vez, a trilha inaugurada por Lenin com o desenvolvimento desigual; por Luxemburgo, com a revisão da acumulação primitiva; e por Trotsky, com o desenvolvimento desigual e combinado (KATZ, 2020, p. 106).

Percebe-se que o trabalho teórico dos pensadores da TMD foi algo bem elaborado e estruturado no pensamento de grandes clássicos marxistas. A análise dos ciclos capitalistas, feita nas décadas de 1960 e 1970, permanece válida; ainda que o modelo imperialista tenha se alterado, bem como as relações de trabalho e a produção de mais-valia, os postulados da TMD podem contribuir com a compreensão do papel desempenhado pelo Brasil e com a participação do estado de Goiás na divisão internacional do trabalho. O arcabouço teórico encontrado na TMD é muito vasto e, para o propósito deste trabalho, o foco será principalmente no estudo de Marini sobre o Ciclo do Capital na Economia Dependente, obviamente, sem ignorar a contribuição de outros pensadores sobre o tema.

O conceito de imperialismo é de fundamental importância para a compreensão da TMD em sua origem e em sua aplicação na atualidade. O estudo da obra de Marini nos leva a aprofundar em conceitos como a superexploração da força de trabalho e o subimperialismo, que estão diretamente ligados ao estudo do imperialismo. De acordo com Xavier (2021, p. 20), “os movimentos do capital, assim como suas forças de atração sobre os territórios e todos os demais problemas que gravitam em torno de ambos encontram respostas no fenômeno do Imperialismo”. Não se trata de um conceito ultrapassado que foi útil durante a Guerra Fria e que perdeu a sua validade, as políticas imperialistas ainda exercem forte influência na América Latina.

[...] não resta atestado maior de que o conceito de imperialismo é, por excelência, um conceito marxista, edificado a partir de um dado contexto histórico cujos traços, ainda que tenham se modificado, não foram completamente abolidos. O novo imperialismo, o que o torna consideravelmente mais complexo que o imperialismo clássico, tem seus vetores de ação em movimento num contexto de supremacia do capital fictício, um contexto de expansão dos mercados sem precedentes e de dispersão do poder político e econômico para novos países do globo (XAVIER, 2021, p. 21).

A TMD avança no estudo do imperialismo, acrescentando as especificidades latino-americanas, procurando responder as principais questões que perpetuam essa relação dependente e impedem o desenvolvimento econômico. Para Amaral (2012, p. 28),

a proposta da teoria da dependência era, então, a de compreender e analisar os efeitos do processo de internacionalização na estrutura interna dos países considerados periféricos. Deste modo, é como se a explicação e caracterização dos fenômenos mais gerais ocorridos em nível mundial ficasse a cargo da teoria do imperialismo, enquanto que a percepção de como esses fenômenos mais gerais impactariam a estrutura social, econômica, política e cultural interna dos países periféricos seria tarefa própria da teoria da dependência. Em outras palavras, o que nos parece é que o objetivo dos teóricos clássicos do imperialismo era o de analisar as alterações ocorridas no sistema capitalista como um todo e o objetivo da teoria da dependência, complementarmente, era o de verificar como a lógica imperialista se reproduzia na periferia a partir do desenvolvimento do capitalismo em seu interior, construindo categorias teóricas específicas que dessem suporte a essa investigação.

Com a independência e a constituição de governos locais, os países latino-americanos mudaram o foco de sua economia, deixando de apenas atender aos interesses coloniais com a exportação de produtos primários, e começaram a focar na consolidação do mercado interno. Em meados do século XX, questões como a industrialização e a crescente demanda interna dominavam a pauta de discussões entre os principais pensadores sociais, sendo que muitos pensavam apenas em emular os processos vivenciados na Europa. Segundo Amaral (2012, p. 29), “nestas circunstâncias, tomam corpo o institucionalismo conservador rostowiano, bem como a concepção heterodoxa de desenvolvimento da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina – dos anos 40 e 50, especialmente com as contribuições de Prebisch (1949) e Furtado (1959)”. Os processos de substituição de importações, por meio dos quais os governos empenharam-se em fomentar a industrialização nacional, estavam presentes em quase todos os países americanos, alguns, como o Brasil, conseguiram avançar mais em seus processos industriais, porém, sem perder as características de sua dependência, afinal, a industrialização de um país não o transformaria, automaticamente, em um país desenvolvido.

Tanto o institucionalismo conservador rostowiano quanto a concepção heterodoxa de desenvolvimento da CEPAL defendiam o cumprimento de etapas necessárias para que os países pudessem ser considerados desenvolvidos. Os cepalinos avançaram um pouco mais em suas teorias, analisando as especificidades das economias latino-americanas e conseguindo influenciar os formuladores de política econômica. Para eles, “haveria possibilidade de desenvolvimento capitalista na periferia, desde que fosse aplicada uma política econômica adequada, com medidas corretivas direcionadas ao comércio internacional, numa espécie de desenvolvimento autônomo que atingiria, em algum momento, seu estado pleno e superior” (AMARAL, 2012, p. 31). À atuação dos governos, visando superar essas etapas, formulando políticas por meio das quais o Estado atuaria de forma intencional na economia, deu-se o nome de desenvolvimentismo, ou ainda nacional-desenvolvimentismo.

Em relação à aplicação dos conceitos defendidos pelos desenvolvimentistas e a constatada ineficiência em solucionar o problema do subdesenvolvimento, Xavier (2021, p. 26) afirma o seguinte:

em síntese, a história demonstrou que a associação ao capital internacional, mesmo acompanhada por mudanças internas, como a criação e consolidação de instituições públicas, o fim de práticas políticas consideradas conservadoras, bem como a modernização do aparelho estatal, não foram capazes de romper a dependência econômica por parte das principais economias latino-americanas (Brasil, Argentina, Chile, Colômbia e México). Noutros termos, mesmo tendo superado as chamadas debilidades internas, não foi possível a constituição de uma economia efetivamente autônoma do ponto de vista da acumulação capitalista, com distribuição de renda e redução da concentração de riqueza.

Para Amaral (2012, p. 32),

[...] em linhas gerais, a percepção é a de que o modo de produção capitalista é intrinsecamente desigual e excludente e que desenvolvimento e subdesenvolvimento são fenômenos antagônicos – por se tratarem de situações distintas dentro de uma mesma lógica de acumulação – e, ao mesmo tempo, complementares. Isto se justifica pelo fato de que a lógica mundial de acumulação capitalista possui características que produzem o desenvolvimento de determinadas economias na mesma medida em que produzem o subdesenvolvimento de outras. Daí conclui-se que a dependência é uma característica estruturante das economias periféricas diante da prevalência da lógica de acumulação capitalista, restando às nações dependentes apenas a possibilidade de transitarem entre distintos graus de dependência.

O papel desempenhado pelo capital fictício na economia brasileira foi descrito por Marini no Ciclo do Capital na Economia Dependente, que passamos a analisar doravante.

Muito além do que qualquer questão social ou política, o que move o empresário capitalista é a possibilidade de acumulação de capital, que, na análise marxista, só é possível com a apropriação da mais-valia. Para Luxemburgo (1970, p. 19), “o sistema capitalista não só gera uma tendência permanente à produção geral, mas também ao incremento constante do processo reprodutivo, renovando-se a produção em escala sempre crescente”. Ao apresentar o Ciclo do Capital na Economia Dependente, Marini demonstra como a acumulação ampliada do capital é realizada, o ciclo possui três fases: I – Circulação, II – Produção e III – Circulação (MARINI, 2012). A fórmula que descreve o movimento pelo qual o dinheiro assume a forma de mercadoria na primeira fase de circulação, sendo transformado num processo de produção, permitindo que o capital recupere novamente a forma de dinheiro, é a seguinte:

$$D-M \dots P \dots M'D'$$

Na primeira fase do ciclo (D-M), o capital dinheiro faz-se presente, possibilitando a criação de mais-valia. Para Marini, o capital dinheiro que permite o início do ciclo pode ter três fontes: 1 – o estoque de capital privado interno disponível para uma nova rodada de investimento, a mais-valia nacional converte-se em investimento nacional; 2 – o investimento público com origem no Estado – o Estado apropria-se de parte da mais-valia, e, em alguns casos, o próprio Estado é o criador de mais-valia, que pode ser investida na primeira fase do ciclo; e 3 – o capital estrangeiro disponibilizado para a produção.

[O capital estrangeiro] pode se apresentar basicamente sob duas formas: como investimento direto, quando de maneira exclusiva ou compartilhada (ou seja, associada) o capitalista estrangeiro investe diretamente na economia dependente, detendo a propriedade total ou parcial do capital produtivo a que o investimento deu lugar e apropriando-se diretamente da mais-valia total ou parcial ali gerada; e como investimento indireto, quando o capital estrangeiro se coloca à disposição dos capitalistas internos (nacionais e estrangeiros), sob a forma de empréstimos e financiamentos, contratado diretamente com os capitalistas receptores ou com o Estado, que os redistribui a estes ou os integra a seu próprio investimento (MARINI, 2012, p. 25).

Nos países dependentes, onde ocorreram processos tardios de industrialização, o papel do Estado e do capital externo possui uma relevância muito grande no processo de acumulação. Logo, o controle e as principais decisões não ficam a cargo dos nacionais, mas estão bem além de suas fronteiras; isso é, sem dúvida alguma, um dos grandes entraves ao desenvolvimento econômico das economias dependentes. Muito além de questões estruturais, a forte influência do capital estrangeiro sufoca qualquer possibilidade de crescimento autônomo.

A segunda fase do ciclo é a fase de Acumulação e Produção (P). Nessa fase, o capital disponível se converte em insumos e meios de produção; as decisões tomadas nesse período garantem o sucesso na obtenção de mais-valia. Quando, além do capital estrangeiro, há o emprego de tecnologias inacessíveis para o produtor nacional, há uma tendência à criação de um monopólio tecnológico, favorecendo as grandes empresas e permitindo uma mais-valia extraordinária (MARINI, 2012).

Além das questões tecnológicas, outro fator que contribui para a extração de mais-valia é a superexploração da mão de obra, reduzindo, ainda mais, os custos de produção. Para os teóricos da TMD, a questão da mão de obra é um assunto muito importante, pois a baixa remuneração também impacta no crescimento da demanda interna, haja vista que a maioria dos trabalhadores não consegue participar do mercado, pois o salário recebido garante, no máximo, a sua subsistência.

A fase da Circulação (D'M') é o momento em que o capital é reconvertido em dinheiro. Basicamente, o capital, sob a forma de mercadoria, apresenta-se em três categorias fundamentais: 1 – bens de consumo fundamentais; 2 – bens de consumo suntuários; e 3 – bens de capital (MARINI, 2012). Em uma economia dependente, há a predominância da produção de bens de consumo, uma vez que os bens de capital são adquiridos junto aos países centrais, que ofertam aos países dependentes aquilo que já se tornou obsoleto ou ultrapassado em seus países. As empresas capitalistas realizam os seus lucros e, como há uma grande presença de capital estrangeiro, é nesse momento que parte da mais-valia é enviada para fora do país, enquanto a parte que aqui fica é insuficiente para romper as barreiras solidificadas pela má distribuição de renda, tendo a superexploração do trabalho a sua maior característica.

[...] poderíamos dizer que o ciclo do capital na economia dependente se caracteriza por um conjunto de particularidades. Entre elas, o papel que joga o capital estrangeiro na primeira fase da circulação, tanto sob a forma dinheiro como sob a forma mercadoria, assim como o fato de que a produção determina transferência de mais-valia (que se farão visíveis na segunda fase da circulação), fixa a mais-valia extraordinária e se desenvolve sobre a base da superexploração do trabalho (MARINI, 2012, p. 35).

Analisando os trabalhos de Marini, focando principalmente no tema da superexploração do trabalho (AMARAL; CARCANHOLO, 2012, p. 90), tais autores afirmam que

configura-se, assim, um capitalismo *sui generis* na periferia, justamente porque parte do excedente gerado nesses países é enviada para o centro – na forma de lucros, juros, patentes, *royalties*, deterioração dos termos de troca, entre outros –, não sendo, portanto, realizada internamente.

O foco deste trabalho é o agronegócio, especialmente a exportação de soja para a China. Ao analisarmos as características principais que envolvem o Brasil e o país asiático, percebemos “que o agronegócio brasileiro configura, dada uma assimetria na divisão internacional do trabalho e uma dinâmica econômica orientada segundo as exigências do capital financeiro, uma nova lógica de dependência” (XAVIER, 2021, p. 104). Mudam-se as condições e os países que integram o centro do capitalismo mundial, mas a condição periférica permanece reforçando as características de uma relação imperialista – ainda que em outra roupagem –, afinal, “o capitalismo necessita se expandir para sobreviver e, para se expandir, necessita se impor e dominar” (BAMBIRRA, 2013, p. 219).

Enquanto a TMD era gestada, a América Latina passava por grandes transformações econômicas, especialmente no campo industrial. Ocorre que a indústria, aqui implantada, mantinha a essência imperialista e dependente, tendo a empresa transnacional, o papel principal



nos processos industriais. O capital estadunidense, então, ganha fôlego e encontra mercados com grande capacidade de reprodução. Já o Brasil consegue avançar um pouco mais nesse processo, passando a influenciar os países vizinhos em um processo que também é muito importante para a TMD, o subimperialismo; as empresas transnacionais instaladas no Brasil reinvestem em outros países a mais-valia aqui produzida, porém o centro de decisão está localizado fora do Brasil, e é nessa direção que caminha o capital dinheiro, gerando riqueza e perpetuando o ciclo de dependência. Nesse contexto, a industrialização não anulou o perfil exportador de bens primários dos países latino-americanos, na verdade, tornou-se um complemento deste, mantendo uma relação dependente com o setor exportador. Por fim, a burguesia nacional acumulou capital, atuando na exportação de produtos, os quais eram demandados pelos países centrais. Esse capital foi fundamental para os processos de industrialização aqui realizados.

[...] enquanto o setor exportador é o setor econômico fundamental da sociedade, as possibilidades de expansão dos demais setores estão dadas por ele. É a partir de sua expansão, como já foi assinalado, que se geram as condições para o crescimento da base industrial; é através deste setor que são financiados os gastos do setor estatal, que se expande ao setor terciário, etc. (BAMBIRRA, 2013, p. 93).

No Brasil, o capital disponível para os processos de industrialização foi acumulado na economia cafeeira. Segundo Mello (1984, p. 98), “não pode subsistir qualquer dúvida de que a economia cafeeira assentada em relações capitalistas de produção engendrou os pré-requisitos fundamentais ao surgimento do capital industrial e da grande indústria”. A aliança entre a burguesia nacional e o capital estrangeiro possibilitou o avanço dos processos de industrialização, mas, conforme já mencionado no capítulo anterior, o setor agrícola também se fortaleceu e se industrializou, reforçando ainda mais a relação de dependência com os países hegemônicos. O que se vê atualmente é uma retração dos setores industriais e o fortalecimento das exportações de bens primários, com a China se tornando o maior parceiro comercial, favorecendo o agronegócio.

O Agronegócio reforçou a importância de culturas orientadas pela demanda externa em detrimento do abastecimento local. A mesma especialização é encontrada na mineração e nas explorações a céu aberto promovidas por empresas transnacionais. Elas obtêm grandes lucros, pagam impostos baixos e generalizam calamidades ambientais (KATZ, 2020, p. 320).

No Brasil, o agronegócio tem sido um setor de extrema importância para os resultados econômicos, apresentando excelentes resultados na exportação de diversas *commodities*. A alta

produtividade auferida no setor agroexportador é fruto do avanço tecnológico e do investimento de um grande volume de capital. Desse modo, a modernidade encontrada em maquinário e insumos, bem como em toda cadeia de produção, permite o atendimento da demanda mundial e coloca o Brasil em posição de destaque. O desenvolvimento do setor agroexportador e os bons resultados alcançados não invalidam, porém, os pressupostos da TMD, considerando-se que o setor está totalmente ligado aos interesses das nações hegemônicas.

Enfim, o que se pretende esclarecer é que, na concepção marxista, só é possível entender o que acontece nos países subdesenvolvidos quando vemos seu desenvolvimento enquanto um processo de produção e reprodução dependente, ponto de vista que está presente em todos os autores dessa vertente. Este sistema é dependente porque reproduz um sistema produtivo cujo desenvolvimento é limitado por relações mundiais que necessariamente levam ao desenvolvimento somente de certos setores da economia, por condições tradicionalmente desiguais, por uma competição doméstica com o capital internacional em condições de desigualdade e pela imposição de relações de superexploração da força de trabalho doméstica, possibilitando a divisão do excedente econômico, por ela gerado, entre forças externas e internas de dominação (AMARAL, XXXX, p.45).

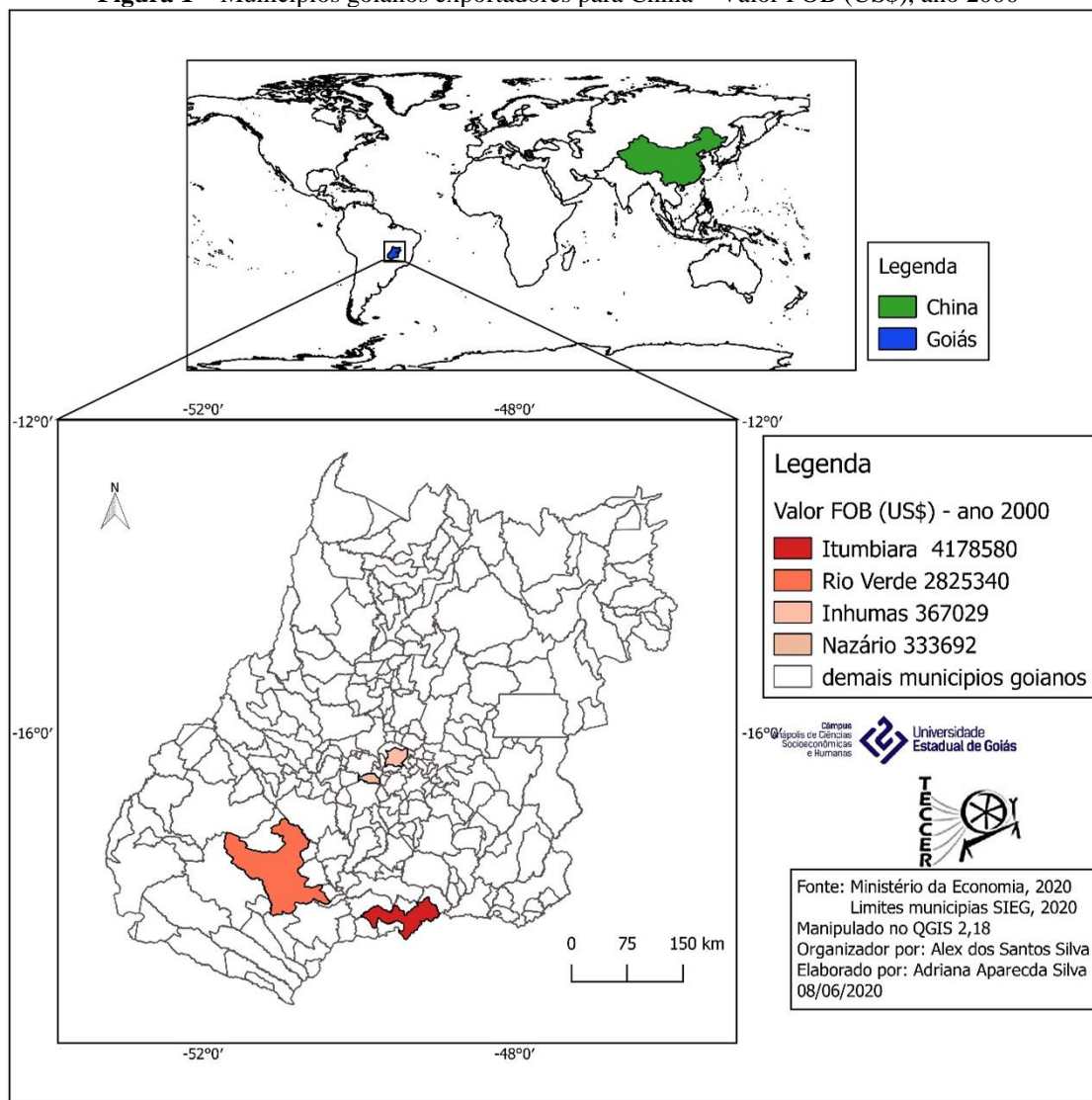
O foco do nosso trabalho é a relação de dependência entre o Brasil e a China, destacando as características do agronegócio brasileiro, especialmente a exportação de soja em Goiás. Após analisarmos a história da China e a evolução da agricultura no estado de Goiás, voltaremos o nosso foco para a exportação de soja, discutindo a validade da TMD nessa relação comercial que vem ganhando cada vez mais importância. Ainda que seja difícil classificar a China como um país imperialista, não se pode negar que, ao avançarmos no estudo sobre a expansão comercial chinesa, mais encontramos características similares às praticadas pelos países imperialistas no século XX.

### **3.1 A expansão do comércio goiano com a China**

A China tem ampliado a sua influência em Goiás, adquirindo grande volume da produção goiana e expandindo os negócios com diversos municípios. Os municípios goianos procuram dinamizar a sua economia, ampliando o comércio com o mercado externo, aproveitando-se de acordos e de políticas que envolvam o Brasil e os principais blocos econômicos. A melhoria nas relações entre a China e o Brasil, especialmente no período em que o grupo BRICS se consolidava, portanto, pode ser percebida em Goiás e não apenas no crescimento do valor transacionado. Enquanto acordos eram assinados em nível nacional, mais municípios estreitavam as relações comerciais com o país asiático, ou seja, crescia o número de municípios que negociavam sua produção com o mercado chinês.

No ano 2000, apenas os municípios de Itumbiara, Rio Verde, Inhumas e Nazário tiveram relações comerciais com a China. Itumbiara e Rio Verde, com a exportação de soja, ainda com valores bem modestos, e os demais com a exportação de couros e peles, curtidos ou em crosta, de bovinos (incluindo os búfalos) ou de equídeos. Veja a Figura 1:

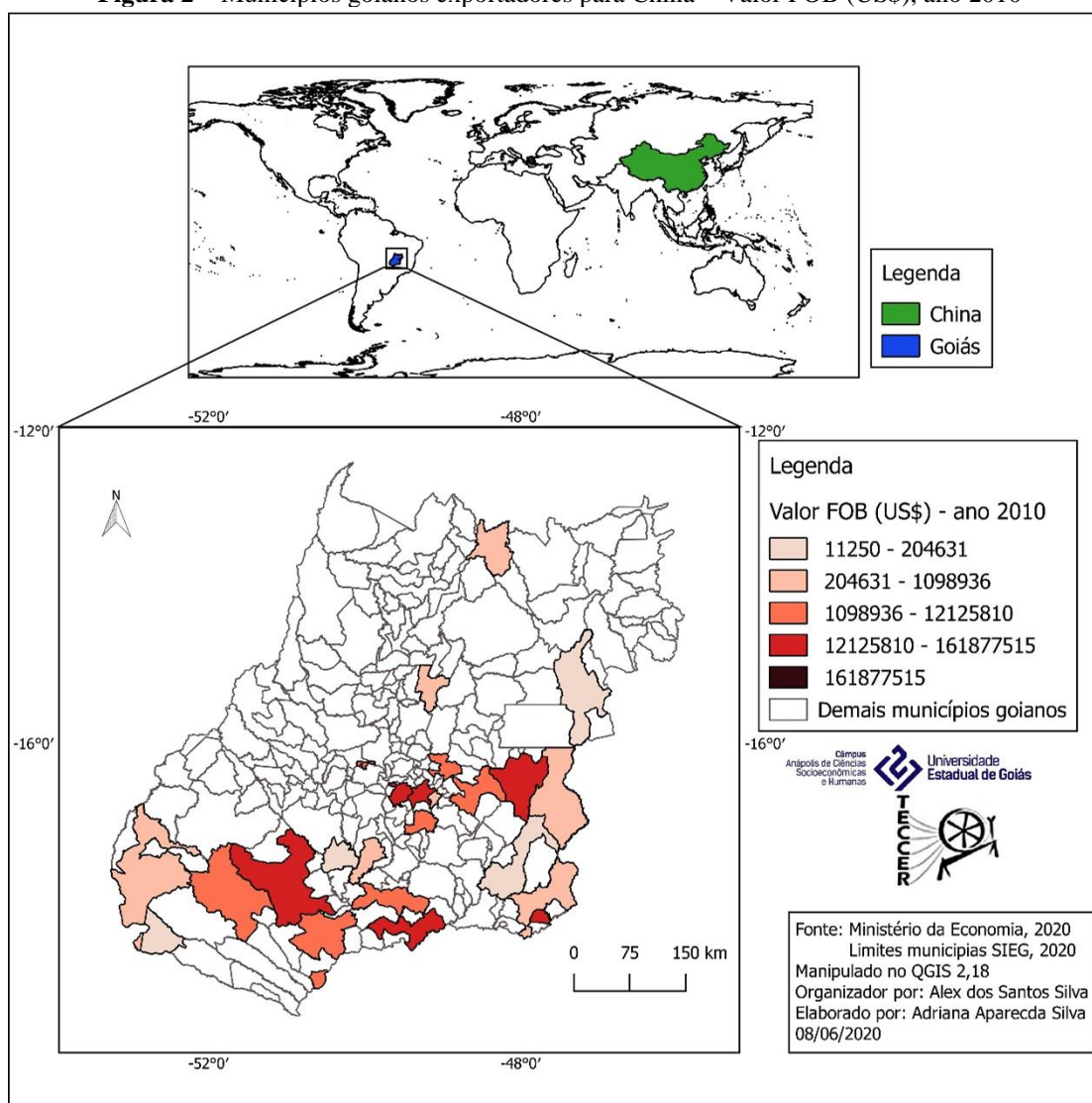
**Figura 1** – Municípios goianos exportadores para China – Valor FOB (US\$), ano 2000



Nesse período, a Holanda era o principal destino das exportações goianas, seguida pelos Estados Unidos e pela Alemanha. Já a China ocupava a oitava posição, com valores similares aos do Chile e da Argentina. Para a Holanda, a exportação de carne e seus derivados dominavam a pauta, somados à exportação de quartzo e de soja.

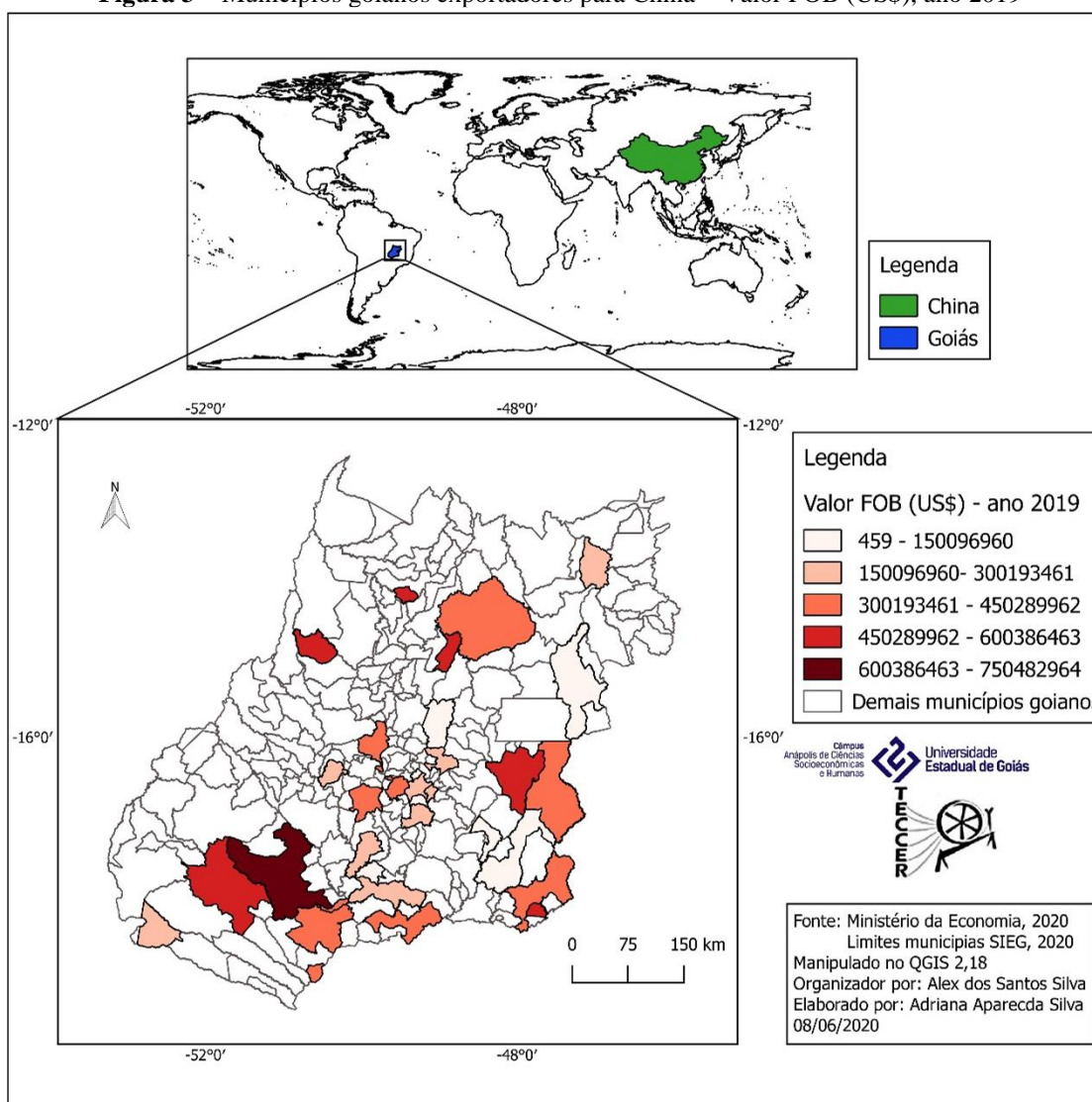
Os dados de 2010 já apresentam uma significativa mudança em relação à participação chinesa nas exportações goianas. Enquanto no começo do século apenas quatro municípios exportavam para a China, em 2010, esse número era de vinte e cinco municípios exportadores, principalmente nas regiões sudeste e sul do estado. Veja a Figura 2 a seguir:

**Figura 2** – Municípios goianos exportadores para China – Valor FOB (US\$), ano 2010



Os dados do ano de 2019 atestam ainda mais o crescimento da relação comercial entre Goiás e China. Rio Verde assume a liderança dos municípios exportadores, cujo maior destaque é a exportação de soja. Três grupos de produtos dominaram a pauta de exportações em 2019, sendo o complexo da soja, destaque nos municípios de Rio Verde e de Jataí, primeiro e terceiro lugar, respectivamente, no *ranking* de exportações goianas para a China. A exportação de carnes é o destaque do município de Mozarlândia, que ocupa o segundo lugar no *ranking*. No município de Alto Paraíso, o destaque é a exportação de minérios de cobre e seus concentrados.

**Figura 3** – Municípios goianos exportadores para China – Valor FOB (US\$), ano 2019



Os três principais produtos exportados para a China são: a soja, a carne bovina e o ferro-ligas. Ao todo, em 2019, foram exportados para a China produtos que podem ser agrupados em quarenta e um grupos, e foram exportados por trinta e três municípios. No período entre o ano 2000 e o ano de 2019, cinquenta e sete municípios tiveram o mercado chinês como um dos destinos de suas exportações. A expansão da demanda chinesa e a melhoria na relação bilateral entre o Brasil e a China promoveram, assim, resultados significativos na economia goiana, em especial nos municípios de Rio Verde e de Jataí.

O município de Rio Verde, cujo desenvolvimento iniciou-se em 1838, com a chegada de colonizadores mineiros e paulistas dedicados à vida pastoril, desde o século XIX, se destaca pela exportação de produtos ligados à agropecuária, sendo que, no início, o gado rio-verdense era o principal item exportado. De acordo com o IBGE, no ano de 2010, a população total do

município era de 176.424 habitantes, e o Instituto Mauro Borges projetava que, no ano de 2020, a população total seria de 230.049 habitantes. Localizado na região de planejamento do sudoeste goiano, com território de 8.374,255 km<sup>2</sup>, Rio Verde se destaca como o maior exportador de soja goiana, figurando entre os maiores municípios exportadores do Brasil.

O município de Jataí, localizado na região sudoeste de Goiás, também teve a sua criação ligada à criação de gado e é fruto da migração de fazendeiros oriundos de Minas Gerais. Em 1864, foi criado o Distrito de Paraíso de Jataí, em 1982, o Distrito foi elevado à categoria de município, com território desmembrado do município de Rio Verde. Com área total de 7.178,792 km<sup>2</sup> e população de 88.006 em 2010, de acordo com o IBGE, e com projeção de 101.213 em 2020, de acordo com o Instituto Mauro Borges, Jataí também se destaca pela exportação de soja, sendo o segundo maior exportador do grão no estado.

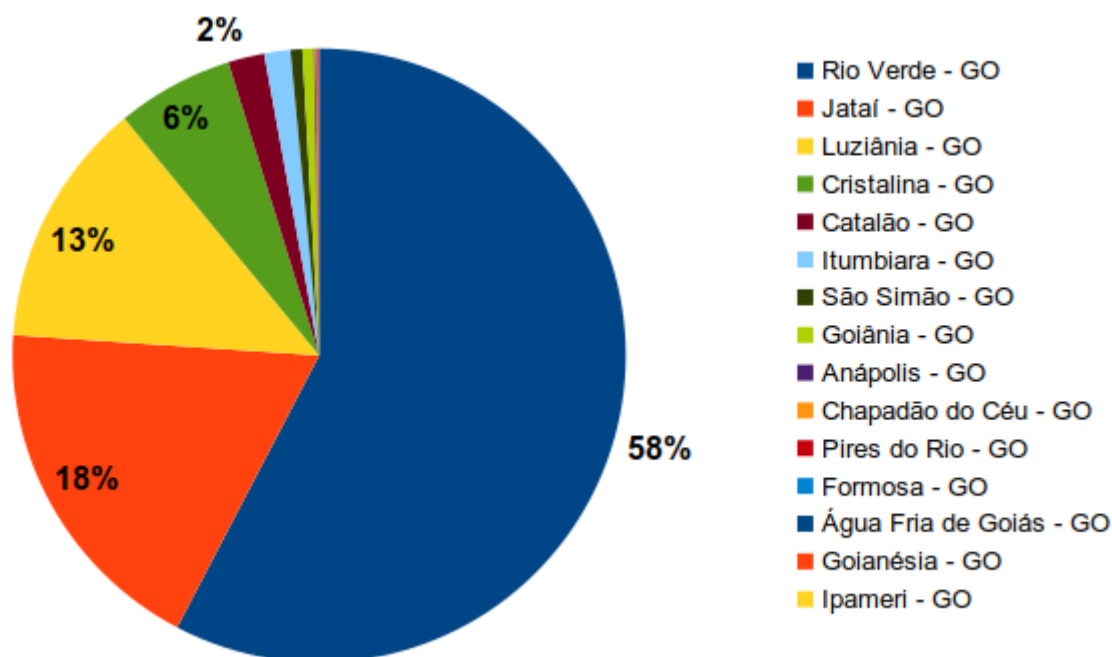
No ano de 2021, Rio Verde foi o município do centro-oeste brasileiro melhor ranqueado na lista dos maiores exportadores de soja, ocupando a quinta posição, sendo seguido pelo município de Sorriso, no Mato Grosso. Jataí ocupou a vigésima posição, com valores similares aos dos municípios de Primavera do Leste e Rondonópolis, no Mato Grosso. Esses dados podem ser vistos na Tabela 3.

**Tabela 3** – Exportação de soja por município – 2021 (1.000 US\$)

POSIÇÃO	MUNICÍPIO	VALOR FOB (US\$)	PERCENTUAL
1	Paranaguá – PR	3.007.297	0,0778
2	Rio Grande – RS	2.065.751	0,0535
3	Passo Fundo – RS	1.907.050	0,0494
4	Maringá – PR	1.707.452	0,0442
5	Rio Verde - GO	1.659.302	0,0429
6	Sorriso - MT	1.239.424	0,0321
7	Santos - SP	1.211.328	0,0314
8	São Francisco do Sul - SC	1.002.393	0,0259
9	Querência - MT	863.172	0,0223
10	Luís Eduardo Magalhães - BA	837.870	0,0217
11	Sinop - MT	829.404	0,0215
12	Cruz Alta - RS	804.672	0,0208
13	Porto Alegre - RS	722.368	0,0187
14	Guarujá - SP	711.800	0,0184
15	Balsas - MA	706.754	0,0183
16	Campo Novo do Parecis - MT	607.545	0,0157
17	Uberlândia - MG	584.565	0,0151
18	Primavera do Leste – MT	575.308	0,0149
19	Rondonópolis – MT	545.944	0,0141
20	Jataí – GO	529.141	0,0137
<b>Total exportado</b>		<b>38.638.731</b>	<b>1,0000</b>

**Fonte:** Comex Stat – Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais/Ministério da Economia. Elaborado pelo autor (2022).

No ano de 2021, a exportação de soja em Rio Verde alcançou US\$ 1.659.301.815, representando 57,66% do total de exportação do grão em Goiás, seguido por Jataí e Luziânia, com US\$ 529.140.564 e US\$ 73.573.517, respectivamente. Os três municípios foram responsáveis por 89,04% do valor total de soja exportada, que também foi exportada por outros doze municípios no período.

**Gráfico 7** – Exportação de soja por município – 2021 (1.000 US\$)

**Fonte:** Comex Stat – Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais/Ministério da Economia. Elaborado pelo autor (2022).

Ao analisarmos os dados referentes à exportação de soja em Rio Verde e em Jataí, percebe-se, claramente, o crescimento do valor exportado a cada ano e o aumento no comércio do grão com a China. Em Rio Verde, a partir do ano de 2011, o valor de soja exportada cresceu de forma acentuada, consolidando a participação do município no cenário nacional. Dessa forma, o crescimento do comércio com a China, nesse período, também cresceu, em 2011, 69,13% da soja exportada em Rio Verde foi direcionada à China; em 2018, o percentual foi de 91,35%; nos demais anos, o percentual ficou acima de 80,00%. Em Jataí, embora o valor exportado seja menor, também é possível verificar o crescimento das exportações, especialmente para a China. A partir de 2011, a média de exportação de soja para a China esteve acima de 80,00%, sendo os anos de 2011 e 2016 o período de maior comércio de soja entre o município de Jataí e o país asiático, com as exportações para a China alcançando o percentual de 100,00% e 96,92%, respectivamente. Esses dados são representados na Tabela 4.



**Tabela 4** – Exportação de soja por período – 2000-2021 (1.000 US\$)

ANO	RIO VERDE - GO			JATAÍ - GO		
	TOTAL	CHINA	PERCENTUAL	TOTAL	CHINA	PERCENTUAL
2000	7.586	2.825	0,37246	0	0	-
2001	6.118	985	0,16100	30.769	0	0,00000
2002	12.924	5.893	0,45597	0	0	-
2003	16.639	7.694	0,46241	0	0	-
2004	7.667	1.879	0,24511	2.994	1.961	0,65496
2005	75.308	49.796	0,66122	2.361	2.050	0,86833
2006	5.621	4.703	0,83664	18.489	17.506	0,94684
2007	376	0	0,00000	33.571	16.713	0,49783
2008	5.169	2.030	0,39278	5.161	379	0,07353
2009	64.237	32.503	0,50598	18.391	10.776	0,58595
2010	38.031	30.742	0,80834	75	0	0,00000
2011	140.540	97.149	0,69126	2.252	2.252	1,00000
2012	193.905	155.881	0,80390	64.390	51.889	0,80586
2013	179.879	154.909	0,86119	40.117	30.960	0,77175
2014	337.964	279.391	0,82669	39.192	30.630	0,78153
2015	202.279	167.318	0,82717	42.702	31.532	0,73842
2016	332.959	294.073	0,88321	47.993	46.515	0,96921
2017	595.788	521.153	0,87473	129.590	119.876	0,92504
2018	526.359	480.839	0,91352	117.739	106.633	0,90567
2019	784.134	700.348	0,89315	380.871	328.015	0,86122
2020	1.154.497	1.023.915	0,88689	498.405	428.771	0,86028
2021	1.659.302	1.351.462	0,81448	529.141	443.323	0,83782

**Fonte:** Comex Stat – Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais/Ministério da Economia. Elaborado pelo autor (2022).

Fica claro, portanto, pelos dados apresentados até o momento, que o comércio de soja tem grande importância para os municípios de Rio Verde e de Jataí. Ao analisarmos os dados, também fica evidenciado a importância do comércio com a China para a exportação de soja. Passaremos, então, ao estudo dos indicadores econômicos dos municípios, para verificarmos se os resultados do comércio de soja impactaram os demais indicadores, especialmente aqueles que se relacionam com a qualidade de vida da população.

### 3.2 Resultados Econômicos<sup>4</sup>

#### 3.2.1 MUNICÍPIO DE RIO VERDE

<sup>4</sup> Os dados econômicos referentes aos anos de 2020 e 2021 foram influenciados pela pandemia de COVID-19 (2019-nCoV) que foi oficialmente declarada pela Organização Mundial de Saúde OMS em 11 de março de 2020.

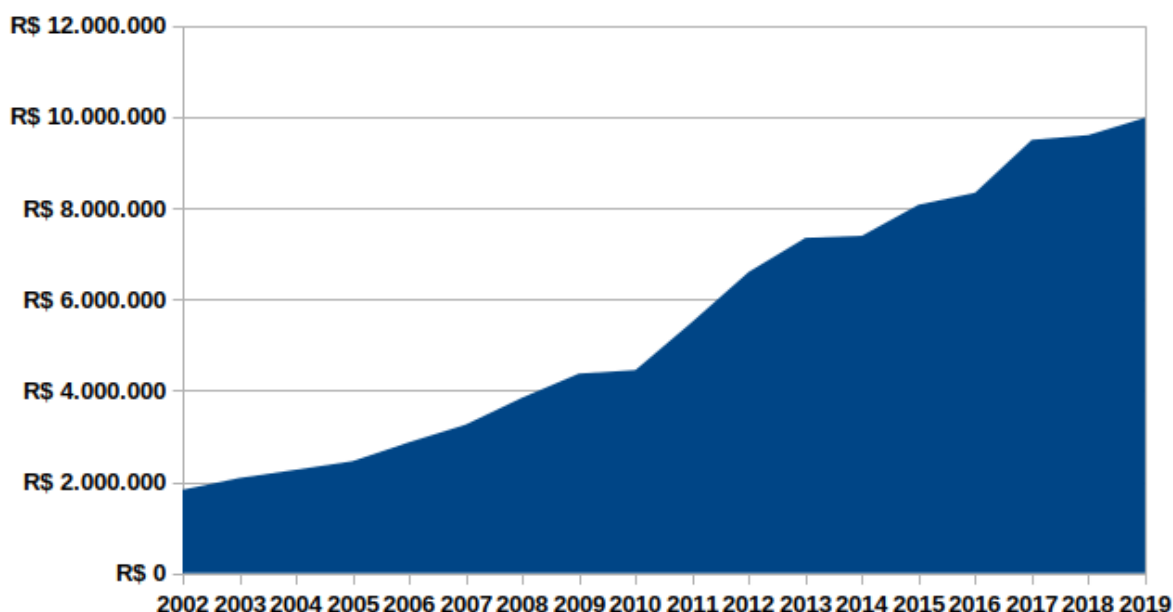
A Balança Comercial, que é a relação entre as exportações e as importações de uma determinada localidade, é um importante indicador a ser observado. No período analisado, o município de Rio Verde apresentou saldo negativo apenas nos anos de 1999, 2000 e 2008. Percebe-se, no período, o crescimento acentuado das exportações, proporcionando saldos elevados na Balança Comercial rio-verdense. O saldo da Balança Comercial é importante para o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), que é composto pelo gasto das famílias com bens de consumo, pelos investimentos em bens de capital, pelos gastos do governo e pelas despesas líquidas do setor externo. Os dados estão expressos na tabela seguinte.

**Tabela 5** – Balança Comercial – Rio Verde (1.000 US\$ FOB)

Ano	Corrente de comércio	Exportação	Importação	Saldo
1999	26.466	7.048	19.418	-12.371
2000	32.278	8.717	23.561	-14.844
2001	53.715	28.952	24.763	4.189
2002	87.287	67.682	19.605	48.077
2003	48.349	28.812	19.537	9.275
2004	96.264	54.850	41.414	13.436
2005	225.249	182.559	42.690	139.869
2006	137.382	99.975	37.406	62.569
2007	209.060	110.153	98.907	11.245
2008	205.014	58.531	146.484	-87.953
2009	212.649	140.913	71.737	69.176
2010	245.683	147.758	97.925	49.833
2011	512.353	334.380	177.973	156.407
2012	714.055	508.329	205.726	302.603
2013	676.525	499.064	177.461	321.603
2014	785.840	601.940	183.901	418.039
2015	634.512	469.018	165.495	303.523
2016	729.024	600.174	128.851	471.323
2017	1.105.956	977.418	128.539	848.879
2018	993.251	853.489	139.763	713.726
2019	1.494.975	1.335.257	159.718	1.175.539
2020	1.774.320	1.675.038	99.283	1.575.755
2021	2.265.575	2.037.448	228.127	1.809.321

Fonte: Banco de Dados Estatísticos de Goiás – Instituto Mauro Borges. Elaborado pelo autor (2022).

O PIB de tal município vem apresentando acentuado crescimento desde o ano 2000, consolidando a posição de Rio Verde dentre os maiores PIBs do estado de Goiás. A exportação de soja contribui para a melhoria desse indicador, impactando positivamente o resultado da Balança Comercial do estado. Em 2019, o PIB rio-verdense foi o quarto maior do estado, ficando atrás de Goiânia, de Anápolis e de Aparecida de Goiânia, demonstrando a importância do município para a economia goiana.

**Gráfico 8** – Rio Verde: Produto Interno Bruto a preços correntes – PIB (R\$ mil)

**Fonte:** Banco de Dados Estatísticos de Goiás – Instituto Mauro Borges. Elaborado pelo autor (2022).

O Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) divulga um importante indicador para a análise dos municípios goianos, trata-se do Índice de Desempenho Municipal (IDM), que é uma divulgação bianual, esta possibilita a percepção de avanços e retrocessos na evolução histórica dos municípios goianos, nas dimensões analisadas dentro de suas limitações metodológicas.

O Índice de Desempenho Municipal (IDM) é um indicador sintético multidimensional que tem como objetivo representar o nível de desenvolvimento de cada um dos municípios goianos. Ao todo são trabalhados 37 indicadores agrupados em seis dimensões: Economia (7); Trabalho (4); Educação (9); Segurança (5); Infraestrutura (4); e Saúde (8).

Cada dimensão contribui igualmente para a composição do índice final, ou seja, cada uma tem o mesmo peso no cálculo final. Essa medida assume valores entre 0 e 10, sendo que quanto mais próximo de zero, pior é o desempenho do município nas seis áreas contempladas, e quanto mais próximo de 10, melhor o desempenho. Do mesmo modo, cada indicador contribui igualmente na composição das dimensões e é padronizado com valores de 0 a 10 (IMB, 2021, p. 6).

Os resultados alcançados por Rio Verde em relação a esse indicador demonstram o quanto o município pode avançar nas questões sociais, visando a melhoria na qualidade de vida dos habitantes. Em geral, o IDM rio-verdense fica próximo a 5,0, sendo que o indicador com maior pontuação é o relacionado à Segurança. Os dados apresentados na Tabela 6 demonstram que houve crescimento nos indicadores de Economia e de Segurança, porém os indicadores relacionados à Saúde têm piorado ao longo dos anos.

**Tabela 6** – Índice de Desempenho Municipal (IDM) – município de Rio Verde

Variável	2012	2014	2016	2018	2020
IDM Geral	5,15	4,84	4,71	4,89	5,26
IDM Economia	3,96	4,35	4,22	3,77	5,01
IDM Educação	5,38	5,26	5,01	5,33	5,77
IDM Infraestrutura	4,69	4,66	4,65	4,82	4,45
IDM Saúde	7,76	5,44	5,17	5,26	5,65
IDM Segurança	5,96	6,03	5,35	6,27	6,91
IDM Trabalho	3,14	3,28	3,87	3,90	3,77

**Fonte:** Banco de Dados Estatísticos de Goiás – Instituto Mauro Borges. Elaborado pelo autor (2022).

Quando se estuda a infraestrutura do município, percebe-se o quanto a qualidade de vida dos rio-verdenses está comprometida. O IDM Infraestrutura avalia os seguintes itens: cobertura da rede de água tratada; infraestrutura dos prédios das escolas públicas urbanas; cobertura da rede de energia elétrica; cobertura da rede de esgoto; e cobertura da rede de telefonia fixa e *internet*. Trata-se de um indicador de fundamental importância para a qualidade de vida da população, especialmente dos trabalhadores que têm maior demanda em relação aos serviços públicos.

### 3.2.2 MUNICÍPIO DE JATAÍ

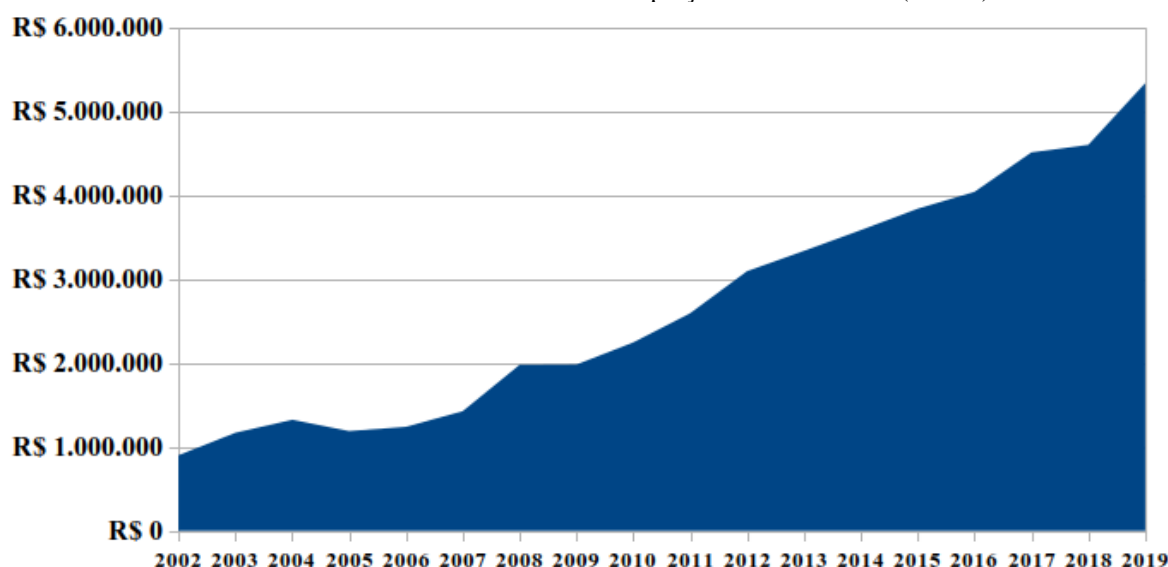
A Balança Comercial do município de Jataí, no período analisado, é deficitária na maior parte do tempo; entre os anos de 1999 e 2009, somente nos anos de 2001, 2007 e 2009, as exportações superaram as importações. A partir de 2009, o município passou a apresentar resultados positivos em relação ao saldo da Balança Comercial, embora nos anos 2013 e 2016 as importações tenham superado as exportações, e, conseqüentemente, o saldo tenha sido negativo. Ver Tabela 7.

**Tabela 7 – Balança Comercial – Jataí (1.000 US\$ FOB)**

<b>Ano</b>	<b>Corrente de comércio</b>	<b>Exportação</b>	<b>Importação</b>	<b>Saldo</b>
1999	375	-	375	-375
2000	3.068	-	3.068	-3.068
2001	40.592	32.222	8.370	23.852
2002	6.989	258	6.731	-6.473
2003	22.561	3.481	19.080	-15.600
2004	45.613	13.232	32.381	-19.149
2005	30.373	8.325	22.049	-13.724
2006	49.611	19.693	29.917	-10.224
2007	103.906	56.567	47.339	9.227
2008	138.467	55.431	83.036	-27.604
2009	107.314	82.167	25.147	57.020
2010	82.414	48.896	33.518	15.378
2011	125.718	69.784	55.933	13.851
2012	141.523	109.394	32.129	77.265
2013	184.424	67.974	116.450	-48.476
2014	126.306	79.345	46.961	32.384
2015	97.393	56.331	41.062	15.269
2016	152.917	73.064	79.852	-6.788
2017	356.875	293.687	63.187	230.500
2018	226.929	150.601	76.328	74.273
2019	719.133	639.596	79.536	560.060
2020	743.459	667.185	76.274	590.912
2021	711.115	625.337	85.778	539.559

**Fonte:** Banco de Dados Estatísticos de Goiás – Instituto Mauro Borges. Elaborado pelo autor (2022).

Em relação ao PIB, Jataí tem se destacado entre os municípios goianos, apresentando constante crescimento no período analisado. O agronegócio, especialmente a exportação de soja, tem contribuído para a melhoria do resultado jataiense, colocando o município em posição de destaque dentre os municípios interioranos.

**Gráfico 9** – Jataí: Produto Interno Bruto a preços correntes – PIB (R\$ mil)

Fonte: Banco de Dados Estatísticos de Goiás – Instituto Mauro Borges. Elaborado pelo autor (2022).

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), o município de Jataí está mais bem ranqueado que o município de Rio Verde. Destaca-se em Jataí os indicadores relacionados à Segurança, à Saúde e à Educação. Os dados estão expressos na Tabela 8.

**Tabela 8** – Índice de Desempenho Municipal (IDM) – município de Jataí

Variável	2012	2014	2016	2018	2020
IDM Geral	5,19	5,11	5,26	5,49	5,68
IDM Economia	3,00	3,65	3,61	3,14	4,24
IDM Educação	5,64	5,64	5,13	5,93	6,65
IDM Infraestrutura	5,25	5,58	5,65	6,32	5,38
IDM Saúde	8,58	6,98	7,59	7,41	7,31
IDM Segurança	5,92	5,79	6,15	6,88	7,02
IDM Trabalho	2,74	3,01	3,45	3,24	3,47

Fonte: Banco de Dados Estatísticos de Goiás – Instituto Mauro Borges. Elaborado pelo autor (2022).

A economia jataiense vem apresentando resultados positivos no período estudado, principalmente na evolução do PIB, porém, mesmo assim, o PIB *per capita* do município é baixo, e pouco evoluiu no período analisado. As atividades ligadas ao agronegócio se destacam e impulsionam o crescimento dos indicadores financeiros, entretanto, os setores industriais e de serviços não apresentam o mesmo crescimento do setor agrário. Na composição do IDM Economia, os indicadores que mais contribuem para um resultado abaixo da média jataiense são o PIB *per capita*, o setor industrial e o setor de serviços, com resultados de 2,13, 1,21 e 0,62 no ano de 2020.

### 3.3 O agronegócio e os indicadores sociais

Os indicadores apresentados demonstram que os valores transacionados, entre os países ou as regiões, não podem ser os únicos a serem considerados ao analisar-se os resultados econômicos. Durante o período analisado neste trabalho, houve significativo crescimento no volume transacionado entre os municípios de Rio Verde e de Jataí, e a contribuição do agronegócio nesse crescimento é inegável. Para além de toda a publicidade que o agronegócio dispõe, há sérios problemas que não são levados em consideração, ou seja, o agronegócio gera riquezas cuja maior parte serão acumuladas nos países centrais.

Embora este trabalho não tenha se aprofundado nas minúcias que envolvem a comercialização de soja no estado de Goiás, é possível, alicerçados nos pressupostos da TMD, afirmar que os problemas sociais encontrados nos municípios analisados ocorrem em função da condição dependente da economia goiana.

Objetivamente, o que ocorre é que as economias dependentes acabam se especializando na produção de mercadorias com menor avanço tecnológico (dependência tecnológica) e, portanto estão sujeitas, dada a lei tendencial de igualação das taxas de lucro, a esse tipo de transferência de valor em direção aos países centrais. Com isso, parece-se irrevogável a visão de dependência de Marini, como um processo que responde à lógica de acumulação global através da produção de valores na periferia que são apropriados no centro (AMARAL; CARCANHOLO, 2012, 97).

A questão da superexploração da força de trabalho é um tema importantíssimo para a compreensão dos pressupostos da TMD. E, se, por um lado, as técnicas de produção no campo têm avançado de forma a depender cada vez mais de capital, excluindo do campo a figura do trabalhador precário, por outro lado, têm contribuído para a formação do Exército Industrial de Reserva, que colabora com a contração dos salários na economia dependente. Depreende disso problemas como a má distribuição de renda e a dificuldade de desenvolvimento de outros setores econômicos, por exemplo, o de serviços. Ainda que exista todo um esforço midiático na tentativa de mitigar os efeitos da dependência do agronegócio e, conseqüentemente, da problemática agrária nacional, Xavier (2021, p. 81, grifo nosso) afirma:

infere-se que, e para tanto é encontrado apoio nos escritos de Ruy Mauro Marini sobre o caráter dependente das economias latino-americanas, a questão agrária encontra-se no centro dessa problemática. [...] Associados esses elementos que conformam o agrário nacional, quais sejam, estrutura fundiária concentrada, superexploração da força de trabalho, aumento da dependência de *commodities*, ademais de outros fatores correlatos ao agronegócio, como a participação na dinâmica global de acumulação financeira, via participação de corporações transnacionais, no capital das empresas instaladas em território brasileiro, é configurado um contexto de reprodução da

condição de dependência econômica, a despeito da existência de um grande parque industrial e de um setor de serviços não menos importante.

O comércio de soja, especialmente para a China, tem contribuído para a melhoria dos indicadores econômicos dos municípios de Rio Verde e de Jataí, porém, tem contribuído pouco para a redução das mazelas que a dependência ocasiona. A dinâmica econômica encontrada no agronegócio, aliada às inovações do mercado financeiro, fazem com que a terra se torne um investimento desejável, muitas vezes por questões especulativas, e, por isso, muitos trabalhadores e trabalhadoras têm sido expulsos de suas terras. Para Sassen (2016), não só os trabalhadores têm sido expulsos, mas a fauna e a flora também são expulsas para darem lugar à monocultura. No caso do Cerrado, a soja tem sido a principal responsável pela expulsão tanto de trabalhadores quanto da fauna e da flora nativas.

Faz-se necessário, então, o trabalho de pesquisadores, na tentativa de chamar a atenção para as características sociais que envolvem o capitalismo dependente. O Cerrado goiano tem sido, constantemente, substituído pelas extensas plantações de soja e por pastagens; e é preciso trazer luz às mazelas desse modelo de reprodução do capital, especialmente a superexploração da força de trabalho que tanto contribui para a perpetuação da pobreza de milhões de trabalhadores. Espera-se que este trabalho tenha contribuído para o debate sobre as questões sociais que envolvem o agronegócio goiano e a expansão do capital chinês num contexto de novo imperialismo.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, o agronegócio tem sido um setor de extrema importância para os resultados econômicos, apresentando excelentes números na exportação de diversas *commodities*. O mercado agroexportador é de fundamental importância para a economia goiana. A alta produtividade auferida no setor agroexportador é fruto do avanço tecnológico, do investimento de um grande volume de capital e da disponibilidade de terra com preços reduzidos. A terra, que é tão importante para a produção agrícola, vem sendo utilizada à exaustão, e há sempre a necessidade de expandir a área cultivável, colocando em risco o bioma e todo o ecossistema ligado ao Cerrado. A modernidade encontrada em maquinários e insumos, bem como em toda a cadeia de produção, permite o atendimento da demanda mundial e coloca o Brasil em posição de destaque.

No cenário mundial, ganha destaque o crescimento da economia chinesa nas últimas décadas e o impacto desse crescimento na geopolítica mundial. Não há como negar que a economia dos principais países latino-americanos foi impactada, positivamente, com o avanço dos investimentos chineses na região, porém, ainda é cedo para afirmar se os benefícios econômicos serão convertidos em melhoria na qualidade de vida das populações envolvidas. Muito além de um grande comprador, a RPC também se apresenta como um facilitador, oferecendo crédito e parcerias para o desenvolvimento local, o que representa uma demanda histórica dos países em desenvolvimento. Essa postura permite, aos chineses, a expansão desenfreada sob o território latino, adquirindo ativos estratégicos e se posicionando como um importante *player* na geopolítica local.

Embora a relação sino-brasileira tenha ganhado destaque nas últimas décadas, especialmente pelo volume comercial que envolve os dois países, trata-se de uma relação bem mais antiga, e que passou por períodos de aproximação e de distanciamento ao longo do tempo. O estado de Goiás tem aproveitado o bom momento diplomático e comercial entre o Brasil e a China, alcançando bons resultados econômicos. Para tanto, os municípios de Rio Verde e de Jataí expandiram a exportação de soja para a China, conquistando bons números na Balança Comercial.

O desenvolvimento do setor agroexportador e os bons resultados alcançados não invalidam os pressupostos da TMD, considerando que o setor está totalmente ligado aos interesses das nações hegemônicas. Daí a importância de lançar-se mão da Teoria Marxista da Dependência como sustentação teórica para a análise, buscando elucidar as grandes dificuldades que os municípios enfrentam, mesmo com os bons resultados econômicos. Torna-

se importante compreender, portanto, que, mesmo com os bons resultados econômicos alcançados, a condição de economia dependente persiste e deixa marcas mormente na vida dos municípios.

Ainda que a economia chinesa tenha crescido e que muitos analistas tenham decretado o fim da hegemonia estadunidense, não está claro que haverá alteração na liderança da Ordem Mundial. O poderio militar e a importância do dólar americano para os negócios mundiais ainda conseguem sustentar a hegemonia americana que vem se reinventando especialmente a partir da crise 1970. O certo é que a China tem alcançado lugar de destaque na geopolítica mundial, incomodando, assim, a liderança estadunidense.

O comércio de soja, especialmente para a China, tem contribuído para a melhoria dos indicadores econômicos dos municípios de Rio Verde e de Jataí, porém, tem contribuído pouco com a redução das mazelas que a dependência ocasiona. Além das questões envolvendo a qualidade de vida do povo, há a preocupação com a conservação do Cerrado. Isto é, a plantação de soja é a principal responsável pela expulsão tanto de trabalhadores quanto da fauna e da flora nativas no território goiano.

Esta pesquisa não esgota todo o assunto pertinente aos problemas sociais que existem, apesar de todo o sucesso do agronegócio. Buscou-se apontar o crescimento da participação goiana no mercado da soja, e demonstrar o quanto os problemas sociais ainda persistem. Com isso, algumas lacunas foram abertas, exigindo a continuação de novos estudos a respeito do tema, aprofundando a relação do agronegócio e do desenvolvimento econômico do território.

## REFERÊNCIAS

- ABLAS, Luiz Augusto de Queiroz; FAVA, Vera Lúcia. **Dinâmica Espacial do Desenvolvimento Brasileiro**. São Paulo: Ipe Usp, 1985. 143 p. Volume 2.
- AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. São Paulo, 2012. 147 p.
- AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias (org.). Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. Cap. 3. p. 87-102.
- ARAÚJO, Massilon J.. **Fundamentos de Agronegócio**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2020. 192 p.
- ARRAIS, Cristiano Alencar; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de; LEMES, Fernando Lobo. **O Século XVIII em Goiás**: a construção da colônia. Goiânia: Cãnone Editorial, 2019. 152 p. (Triologia Goiana). Volume 2.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2008. 432 p.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013. 408 p.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Tradução de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvea. Florianópolis: Insular, 2013. 224 p.
- BARBOSA, Altair Sales. Peregrinos do cerrado. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 5, p. 145-193, 1955. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109234>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- BENKO, Geoges. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução do século xx. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Território**: globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. Cap. 5. p. 51-71.
- BENKO, Georges. Organização econômica do Território: algumas reflexões sobre a evolução no século xx. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Território**: globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. Cap. 5. p. 51-71.
- BERTRAN, Paulo. **Formação Econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978. 160 p.
- BONATO, Emídio Rizzo; BONATO, Ana Lidia Variani. **A soja no Brasil**: história e estatística. Londrina: Embrapa Soja, 1987. 61 p. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/446431/a-soja-no-brasil-historia-e-estatistica>. Acesso em: 25 abr. 2021.

BORGES, Barsanufio Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960.** Goiânia: Editora da Ufg, 2000. 171 p.

BRASIL. EMBRAPA SOJA. . **Tecnologias de produção de soja:** região central do brasil 2014. Londrina: Embrapa Soja, 2013. 265 p. (Sistemas de Produção / Embrapa Soja, ISSN 2176- 2902; n.16). Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/975595/tecnologias-de-producao-de-soja---regiao-central-do-brasil-2014>. Acesso em: 25 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 5851, de 7 de dezembro de 1972. Autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências.. **Lei.** Brasília, 7 dez. 1972. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/15851.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/15851.htm). Acesso em: 24 abr. 2021.

BRASIL. EMBRAPA SOJA. **Conheça o portfólio de cultivares de soja da Embrapa.** 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivares>. Acesso em: 25 abr. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Fundação Alexandre de Gusmão - Funag. **Histórico das relações bilaterais do Brasil:** china. China. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/historia-das-relacoes-bilaterais-do-brasil/china>. Acesso em: 01 dez. 2021.

CASTILHO, Denis. Estado e rede de transportes em Goiás-Brasil (1889-1950). **Scripta Nova.** Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de noviembre de 2012, v. XVI, n. 418 (67). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-67.htm>. Acesso em: 9 jan. 2022.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Chile). Nações Unidas - Onu. **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe, 2021.** Santiago: Cepal, 2021. 195 p. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47147/3/S2100319\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47147/3/S2100319_es.pdf). Acesso em: 25 nov. 2021.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política econômica do Brasil.** 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015. 605 p.

CHAUL, Nars Fayad. **Caminhos de Goiás:** da construção da decadência aos limites da modernidade. 4. ed. Goiânia: Editora Ufg, 2015. 293 p.

CONTE, Osmar *et al.* Manejo do solo. In: SEIXAS, Claudine Dinali Santos *et al.* (ed.). **Tecnologias de produção de soja.** Londrina: Embrapa Soja, 2020. p. 55-80. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1123928/tecnologias-de-producao-de-soja>. Acesso em: 25 abr. 2021.

DALL'AGNOL, Amélio *et al.* **O complexo agroindustrial da soja brasileira.** Londrina: Embrapa Soja, 2007. 12 p. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/470318/o-complexo-agroindustrial-da-soja-br>. Acesso em: 25 abr. 2021.

DOMINGUEZ, Francisco. Após a atual, crise qual o futuro da relação estratégica entre a América Latina e a China? In: LIMA, Marcos Costa (org.). **Perspectiva Asiáticas.** Rio de

Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Para O Desenvolvimento: Folio Digital, 2016. Cap. 5. p. 135-164. (Pensamento Crítico).

ESTEVAM, Luis Antonio. **O tempo da Transformação**: estrutura e dinâmica na formação econômica de goiás. 1997. 180 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285435>. Acesso em: 22 jul. 2018.

FIORI, José Luís. Sobre o poder global. **Novos Estudos - Cebrap**, [S.L.], n. 73, p. 61-72, nov. 2005. FapUNIFESP (SciELO).

FIORI, José Luís. O Sistema Interestatal Capitalista no Início do Século XXI. In: FIORI, José Luís; MEDEIRO, Carlos Aguiar de; SERRANO, Franklin P. (org.). **O Mito do Colapso do Poder Americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 11-70.

JÚNIOR, Sérgio Borges Fonseca; ROMANATTO, Eduiges. **AGROPECUÁRIA GOIANA**: uma análise em perspectiva histórica. Goiânia: Imb, 2017. 52 p. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2017/agropecuaria-goiana-uma-analise-em-perspectiva-historica.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 350 p.

FURTADO, Celso. **Raízes do subdesenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 222 p.

GONÇALVES, Ricardo Mário. A presença chinesa no Oceano Índico Ocidental no século XV: as viagens de cheng-ho. **Revista de História**, [S.L.], v. 34, n. 70, p. 331, 30 jun. 1967. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1967.126109>.

IKENBERRY, G. John. A ascensão da China e o futuro do Ocidente: o sistema liberal sobreviverá?. In: SPEKTOR, Matias; NEDAL, Dani (org.). **O que a China quer?** Rio de Janeiro: Fgv, 2010. Cap. 3. p. 63-81. (Coleção FGV de Bolso. Série Entendendo o Mundo).

INAMASU, Ricardo Yassushi; BERNARDI, Alberto Carlos de Campos. Agricultura de Precisão. In: BERNARDI, Alberto Carlos de Campos *et al* (ed.). **Agricultura de precisão**: resultados de um novo olhar. Brasília: Embrapa, 2014. Cap. 1. p. 21-33. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1002959/agricultura-de-precisao-resultados-de-um-novo-olhar>. Acesso em: 25 abr. 2021.

JABBOUR, Elias. **China**: socialismo e desenvolvimento sete décadas depois. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi Fundação Maurício Gaboís, 2020. 280 p.

KATZ, Cláudio. **A Teoria da Dependência**: 50 anos depois. Tradução de Maria Almeida. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 384 p.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Tradução de Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. 572 p.

KORB, Arnildo; GASPARINI, Bruno; MENDONÇA, Francisco de Assis. Soja transgênica: riscos, incertezas e interesses em jogo. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 246-274, 17 dez. 2012. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2012v9n2p246>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2012v9n2p246>. Acesso em: 25 abr. 2021.

LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1975. 184 p. (Debates).

LEITE, Alexandre Cesar Cunha. O atual momento do desenvolvimento chinês: planejamento regional, investimento e comércio internacional. In: VADELL, Javier (org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte: Puc Minas, 2018. Cap. 9. p. 259-283. (Pensamento Crítico).

LEITE, Alexandre Cesar Cunha; RAMOS, Lohana Gabriela Simões de Oliveira. Investimentos chineses na América do sul: um desenho das preferências de destino e setores. In: LIMA, Marcos Costa (org.). **Perspectiva Asiáticas**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Para O Desenvolvimento: Folio Digital, 2016. Cap. 6. p. 165-192. (Pensamento Crítico).

LO BRUTTO, Giuseppe. El papel de China en el actual proceso de reconfiguración geoeconómica y geopolítica en América Latina: un análisis de sus implicaciones en las dinámicas de la cooperación sur-sur. In: VADELL, Javier (org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte: Puc Minas, 2018. Cap. 4. p. 103-138.

LUNAS, Divina Aparecida Leonel. **Constituição do Complexo Agroindustrial da Soja no Sudoeste de Goiás**. 2001. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/27307>. Acesso em: 25 abr. 2021.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Tradução de J. Pérez Bances. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. 516 p.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. Tradução de Mathias Seibel Luce. São Paulo: Boitempo, 2012. Cap. 1. p. 21-36.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014. 187 p.

MATTOS, Marialice Pavam de. **Soja**: a mais importante oleaginosa da agricultura moderna. São Paulo: Ícone, 1987. 73 p. (Coleção Brasil Agrícola).

MEDEIROS, Carlos A.. China: entre os séculos xx e xxi. In: FIORI, José Luís (org.). **Estados e moedas**: no desenvolvimento das nações. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. Cap. 11. p. 379-411.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. 182 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 154 p.

MOTTA, Ronaldo Serôa da. A Questão Econômica da Questão ambiental. In: SHIKI, Shigeo; SILVA, José Graziano da; ORTEGA, Antonio Cesar (org.). **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**. Uberlândia: Grafica da Ufu, 1997. Cap. 2. p. 25-34.

OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da Revolução; Elegia para uma Re(li)gião**: sudene, nordeste. planejamento e conflitos de classes. São Paulo: Boitempo, 2008. 275 p.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S.L.], v. 47, n. 1, p. 7-30, jun. 2004. FapUNIFESP (SciELO).

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva - estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. Cap. 4. p. 103-133.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. Cap. 2. p. 37-86.

PALACÍN, Luis; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás: 1722 - 1972**. 7. ed. Goiânia: Editora da Ucg Editora Vieira, 2008. 184 p.

PINENT, Carlos. **Breve introdução à história da China**: da formação da civilização chinesa ao século XXI. Porto Alegre: Sulina, 2015. 301 p.

POMERANZ, Kenneth. **A grande divergência**: a china, a europa e construção da economia mundial moderna. Lisboa: Edições 70, 2013. 624 p. Tradução de Miguel Mata.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 446 p.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. 364 p.

RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. v. 1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Para O Desenvolvimento: Contraponto, 2012. 742 p.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Global, 2015. 358 p.

RIBEIRO, José Felipe; WALTER, Bruno Machado Teles. Fitofisionomias do bioma cerrado. In: SANO, Sueli Matiko; ALMEIDA, Semíramis Pedrosa de; RIBEIRO, José Felipe. **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina: Embrapa, 1998. Cap. 3. p. 89-166. Disponível em: <http://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&id=554094&biblioteca=vazio&busca=554094&qFacet>. Acesso em: 22 abr. 2021.

ROSS, John. Lições do desenvolvimento econômico da China para América Latina. In: LIMA, Marcos Costa (org.). **Perspectiva Asiáticas**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Para O Desenvolvimento: Folio Digital, 2016. Cap. 4. p. 91-133.

SANDRONI, Paulo (org.). **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999. 650 p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. Em colaboração com Denise Elias. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 136 p.

SANTOS, Milton et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 416 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século xxi**. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016. 473 p.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. São Paulo: Paz e Terra, 2016. 341 p. e-book.

SHENG, Shu. **A história da China popular no século XX**. Rio de Janeiro: Fgv, 2012. 204 p. (Coleção FGV de bolso. Série história).

SHIKI, Shigeo (org.). Sistema Agroalimentar no Cerrado Brasileiro: caminhando para o caos?. In: SHIKI, Shigeo; SILVA, José Graziano da; ORTEGA, Antonio Cesar (org.). **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**. Uberlândia: Grafica da Ufu, 1997. Cap. 8. p. 135-165.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: Unicamp. Ie, 1998. 211 p.

SILVA, José Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981. 210 p.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. 3. ed. Tradução de Alexandre Amaral, Eunice Ostrensky. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2016. 623 p.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da Ordem Global**. São Paulo: Paz e Terra, 2017. 350 p. Tradução de Adriano Scandolara.

STUENKEL, Oliver. **O mundo pós-ocidental: potências emergentes e a nova ordem global**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 251 p.



TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano. In: FIORI, José Luís (org.). **O Poder Americano**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. p. 111-138.

TREVISAN, Cláudia. **Os chineses**. São Paulo: Contexto, 2019. 332 p.

VADELL, Javier; RAMOS, Leonardo; NEVES, Pedro. As implicações internacionais do modelo chinês de desenvolvimento do Sul Global: consenso asiático como network power. In: LIMA, Marcos Costa (org.). **Perspectiva Asiáticas**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Para O Desenvolvimento: Folio Digital, 2016. Cap. 3. p. 67-90. (Pensamento Crítico).

XAVIER, Glauber Lopes. **O capitalismo dependente brasileiro**: ensaios de análise marxista. Goiânia: Kelps, 2021. 158 p.

XAVIER, Glauber Lopes. MATOPIBA: a ocupação da nova fronteira agrícola nos quadros do padrão exportador de especialização produtiva. **Confins**, [S.L.], v. 1, n. 39, p. 0-0, 2 mar. 2019.

XAVIER, Glauber Lopes. O imperialismo na América Latina e a atualidade da Teoria Marxista da Dependência. **Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 387-395, ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/xmKNmDJTcyk85sMLkkDjcvn/?lang=pt>. Acesso em: 08 nov. 2021.